

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Rita de Cássia Ramos

**Texto e intertextos em *Tutaméia* (terceiras estórias):  
uma leitura da linguagem poética de Guimarães Rosa**

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO

2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Rita de Cássia Ramos

**Texto e intertextos em *Tutaméia (Terceiras Estórias)*:  
uma leitura da linguagem poética de Guimarães Rosa**

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Língua Portuguesa, sob a orientação da Professora Doutora Regina Célia Pagliuchi da Silveira.

SÃO PAULO

2010

Banca Examinadora

-----

-----

-----

## **AGRADECIMENTOS**

Aos mestres e funcionários do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC-SP, pela dedicação;

À Dra. Regina Célia Pagliuchi da Silveira, pela orientação sábia, pela força de suas convicções e pela compreensão em relação a meus anseios e limites;

À Dra. Maria Helena Nery Garcez e à Dra. Aparecida Regina Borges Sellan, por suas valiosas sugestões durante minha Banca de Qualificação e por sua gentileza ao dá-las;

À Aurora Rodrigues Ramos, minha mãe, e a meu pai Jerônimo Pereira Ramos (in Memoriam), por me ensinarem o valor do estudo;

À Clarice Rich Ramos de Campos, minha filha, por ser solidária, por estar sempre ao meu lado;

À Cecília Maria Pereira Ramos dos Santos e à minha sobrinha Camila Ramos dos Santos, pelo incentivo constante;

A Azildo de Souza Campos Júnior, pelo apoio.

A Ailton Bedani, pelo apoio.

À Sandra Maria Guerra da Silva Hadad, pela amizade e pelo incentivo sincero;

A Vinícius Carneiro de Albuquerque, pelo valioso empréstimo de livros e pelas dicas;

A meus irmãos, sobrinhos, amigos e alunos, pela torcida inestimável.

Rita de Cássia Ramos  
Texto e intertextos em *Tutaméia (Terceiras Estórias)*: Uma leitura da linguagem poética de Guimarães Rosa

## RESUMO

Este trabalho está situado na área de produção textual e tem por tema o desvelamento de sentidos implícitos da linguagem poética de Guimarães Rosa em um conto de *Tutaméia (Terceiras Estórias)*, intitulado “João Porém, o criador de perus”.

Partindo de um sistema de referência orientado pelo próprio autor, as pistas e os despistes do prefácio “Aletria e hermenêutica”, buscamos o desvelar dos segredos da enunciação engenhosa de Guimarães Rosa, caracterizada pela linguagem poética com a qual o autor cria e recria unidades lexicais para a representação lingüística do texto produto.

Esta pesquisa está fundamentada teoricamente em princípios da Análise Crítica do Discurso com vertente sóciocognitiva, da Linguística Textual e em estudos realizados a respeito da linguagem poética.

Seguindo Jauss (1989), efetuamos a leitura heurística que é linear. A seguir, foi realizada a leitura hermenêutica, que é alinear, complementada por intertextos de diversas áreas do saber.

Os resultados obtidos demonstram que, no conto selecionado, a estória de João Porém, um sertanejo que prospera e faz próspera sua província natal, que cria amor e permanece fiel a uma donzela inventada por seus conterrâneos, pode ser definida como “de abstração”, cuja finalidade não se restringe ao entretenimento, mas ao aprendizado de seus leitores, acerca de sua linguagem poética, fundamentada na variedade oral mineira, acerca da transcendência, com referência a reminiscência platônica e, disfarçadamente, aludindo aos “anos dourados” da cultura brasileira.

Palavras-Chave: Análise Crítica do Discurso; Lingüística Textual; Leitura heurística, hermenêutica e intertextual; Linguagem Poética de Guimarães Rosa.

Rita de Cássia Ramos

Texto e intertextos em *Tutaméia (Terceiras Estórias)*: uma leitura da linguagem poética de Guimarães Rosa

### **ABSTRACT**

This work is located in the textual production area and approaches the revealing of implicit meanings in the poetical language of Guimarães Rosa in a short story of *Tutaméia (Terceiras Estórias)*, with the title “João Porém, o criador de perus” (João Porém, the Turkey Breeder).

From a reference system guided by the author, the clues and misleads of the “Aletria e hermenêutica” foreword, we seek to unveil the secrets of the ingenious enunciation of Guimarães Rosa, which is characterized by the poetical language with which the author creates and recreates lexical units for the linguistic representation of the text.

This study is theoretically based on the principles of Critical Discourse Analysis with a social and cognitive branch, of Textual Linguistics, and on studies carried out in relation to the poetical language.

Following Jauss (1989), we performed a heuristic, which is linear. Then, we performed the hermeneutic reading, which is non-linear, complemented by intertexts of a variety of knowledge areas.

The findings demonstrate that in the selected short story, the story of João Porém, a back-country dweller that prospers and that brings prosperity to his home county, creates love and remains loyal to a maiden made up by his fellow countrymen, may be defined as “belonging to an abstraction.” Its purpose is not restricted to entertainment, but to provide learning to readers on the poetical language, which literarily represents the oral “mineira” variety, on transcendence, with references to platonic reminiscences and in disguise, alluding to the “golden years” of Brazilian culture.

Key words: Critical Discourse Analysis; Textual Linguistics; Heuristic, Hermeneutic, and Inter-Textual Reading; Poetical Language of Guimarães Rosa.

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>5</b>
Fundamentação Teórica.....	5
1.1 Texto e sua estrutura complexa.....	5
1.1.1 As categorias canônicas da narrativa.....	7
1.1.2 As categorias analíticas: sociedade, cognição e discurso.....	8
1.2 O discurso literário .....	9
1.3 A problemática da linguagem poética .....	11
1.3.1 Um percurso de leitura da linguagem poética.....	16
1.4 A leitura como co-enunciação .....	23
1.5 Intertextualidade .....	28
1.6 Contestação ideológica e “marco de cognição social”.....	31
1.7 A enunciação .....	33
1.7.1 Os dêiticos.....	34
1.7.2 Os subjetivemas .....	35
1.7.2.1. Os substantivos.....	35
1.7.2.2 Os adjetivos .....	35
1.7.2.3 Os verbos subjetivos .....	35
1.7.2.4 Advérbios subjetivos .....	37

1.7.3 Princípios para o exame da inscrição da subjetividade .....	37
1.7.4 O sujeito enunciador .....	40
1.8 O “eu” do discurso literário .....	41
1.8.1 As diferentes cronologias da enunciação .....	42
1.8.2 O sujeito da enunciação .....	43
1.9 Critério de segmentação do texto-produto para análise .....	44
1.10 A adivinha .....	45
1.11 Grau, sistema e funcionalismo .....	49
<b>CAPÍTULO II</b> .....	<b>51</b>
<b>REPRESENTAÇÕES DE GUIMARÃES ROSA</b> .....	<b>51</b>
2.1 Uma representação de João Guimarães Rosa: a sua vida.....	51
2.2 Uma representação intertextual de João Guimarães Rosa.....	55
2.2.1 Os quatro prefácios de <i>Tutaméia</i> .....	57
2.2.2 Considerações sobre primeiro prefácio .....	57
2.2.2.1. As partes do prefácio .....	59
2.2.2.1.1 Primeira parte.....	59
2.2.2.1.2 Segunda parte do prefácio.....	63
2.2.2.1.3 Terceira parte .....	76

<b>CAPÍTULO III</b> .....	79
<b>Segredos de uma enunciação engenhosa</b> .....	79
3.1 Divisão em episódios do texto-base.....	79
3.2 Leitura heurística do conto “João Porém, o criador de perus” .....	82
3.2.1 Análise da epígrafe do conto.....	82
3.2.2 Análise do título do conto.....	83
3.2.3 Análise da frase inicial do conto.....	83
3.2.4 Análise do primeiro episódio .....	83
3.2.5 Análise do segundo episódio .....	84
3.2.6 Análise do terceiro episódio .....	85
3.2.7 Análise do quarto episódio .....	87
3.2.8 Análise do quinto episódio .....	89
3.2.9 Análise do sexto episódio .....	89
3.2.10. Análise do sétimo episódio .....	92
3.2.11 Análise do oitavo episódio .....	96
3.2.12 Análise do nono episódio .....	101
3.2.13 Análise do décimo episódio .....	105
3.2.14 Análise do décimo primeiro episódio .....	108

3.2.15 Análise do décimo segundo episódio.....	111
3.2.16 Análise da Avaliação .....	113
<b>CAPÍTULO IV.....</b>	<b>117</b>
<b>EM BUSCA DA PERGUNTA PARA A QUAL O CONTO ANALISADO É A RESPOSTA.....</b>	<b>117</b>
<b>4.1 Leitura hermenêutica e intertextual.....</b>	<b>117</b>
4.1.1 Resposta ao questionamento 1.....	117
4.1.2 Resposta ao questionamento 2.....	118
4.1.3 Resposta ao questionamento 3.....	120
4.1.4 Resposta ao questionamento 4.....	120
4.1.5 Resposta ao questionamento 5.....	121
4.1.6 Resposta ao questionamento 6.....	122
4.1.7 Resposta ao questionamento 7.....	123
4.1.8. Resposta ao questionamento 8.....	124
4.1.9 Resposta ao questionamento 9 .....	126
4.1.10 Resposta ao questionamento 10 .....	128
4.1.11 Resposta ao questionamento 11.....	137
4.1.12 Resposta ao questionamento 12 .....	141
4.1.13 Resposta ao questionamento 13.....	146
4.1.14 Resposta ao questionamento 14.....	146

<b>CAPÍTULO V</b> .....	153
<b>A subjetividade enunciativa de Guimarães Rosa</b> .....	153
5.1 Análise das categorias canônicas dos episódios.....	153
5.1.1 Análise do Primeiro episódio.....	153
5.1.2 Análise do segundo episódio.....	154
5.1.3 Análise do terceiro episódio.....	155
5.1.4 Análise do quarto episódio.....	156
5.1.5 Análise do quinto episódio .....	157
5.1.6 Análise do sexto episódio .....	158
5.1.7 Análise do sétimo episódio .....	159
5.1.8 Análise do oitavo episódio.....	160
5.1.9 Análise do nono episódio .....	161
5.1.10 Análise do décimo episódio .....	162
5.1.11 Análise do décimo primeiro episódio .....	162
5.1.12 Análise do décimo segundo episódio .....	162
5.1.13 Análise da Avaliação .....	164
5.2. O inter-relacionamento do antropônimo com episódios	
da narrativa.....	164
5.3. A ressemantização do antropônimo.....	167
5.3.1 A ressemantização do antropônimo, considerada a categoria do do Conflito.....	168

5.3.2 A ressemantização do antropônimo, considerada a categoria da Resolução.....	169
5.3.3 O significado do antropônimo, de gramema a lexema.....	169
5.4 As três isotopias organizadoras do texto.....	170
5.5 O sintagma maior do texto.....	170
5.6. A subjetividade inscrita no enunciado.....	170
5.6.1 Os dêiticos do conto analisado.....	171
5.6.1.1 Os pronomes do conto analisado.....	171
5.6.1.2 Os dêiticos espaciais do conto analisado.....	172
5.6.1.3 Os dêiticos temporais do conto analisado .....	173
5.6.2 Os substantivos do conto analisado .....	174
5.6.3 Os adjetivos do conto analisado .....	176
5.6.4 Os verbos do conto analisado.....	177
5.6.5 O advérbio do conto analisado.....	178
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>180</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>182</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>187</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*O Rosa; ele diz sempre outra coisa além do que está dizendo.*

Carlos Drummond de Andrade

Esta dissertação está vinculada à linha de pesquisa Texto e Discurso Variedades Oral e Escrita do Programa de Estudos Pósgraduados em Língua Portuguesa da PUC/SP.

A pesquisa realizada está situada na área de produção textual e tem por tema o desvelamento de sentidos implícitos da linguagem poética de Guimarães Rosa em um conto de *Tutaméia (Terceiras Estórias)*.

Consideramos que a linguagem poética decorre da enunciação lingüística para a construção do texto-produto; dessa forma, ela é manifestada em diferentes tipos de texto.

A enunciação de Guimarães Rosa é caracterizada pela linguagem poética com a qual o autor cria e recria unidades lexicais para a representação lingüística do texto produto.

A pesquisa realizada está fundamentada teoricamente em princípios da Análise Crítica do Discurso com vertente sóciocognitiva, da Linguística Textual e em estudos realizados a respeito da linguagem poética.

### Objetivos da pesquisa

Temos por objetivo geral contribuir para uma perspectiva de leitura da linguagem poética na prosa literária, em Língua Portuguesa. São objetivos específicos:

1. Fornecer elementos para compreensão da linguagem poética a partir de intertextos e interdiscursos;

2. Selecionar intertextos relativos à vida de Guimarães Rosa e do livro *Tutaméia (Terceiras Estórias)*;
3. Tratar da criatividade lexical rosiana, considerando os neologismos presentes no texto e suas relações co-textuais, para uma leitura heurística e hermenêutica da linguagem poética;
4. Buscar aspectos culturais com raízes históricas e sua dinâmica em cada contemporaneidade, a partir de uma leitura de reconstrução histórica para o conto selecionado.
5. Descobrir a pergunta que teria engendrado o conto selecionado.

## **Procedimento metodológico**

A pesquisa realizada teve por procedimento metodológico a leitura da linguagem poética de Guimarães Rosa. Para tanto, foram realizadas as leituras heurística, hermenêutica e de reconstrução histórica do conto selecionado. Para tanto, definimos os seguintes passos:

1. Analisar a epígrafe do conto escolhido, por meio do reconhecimento de itens lexicais chaves;
2. Segmentar o conto, procedendo ao reconhecimento de cada unidade formalmente autônoma e destacada da narrativa (os episódios);
3. Analisar, em cada segmento, aspectos da linguagem poética de Guimarães Rosa, por meio do reconhecimento de itens lexicais chaves;
4. Responder a questionamentos produzidos durante a leitura heurística, que, eventualmente, permaneceram sem respostas, por meio do encontro de intertextos de diversas áreas do saber;
5. Parafrasear o conto, para dividir os episódios em suas categorias canônicas (apresentação, conflito, resolução);

6. Verificar o inter-relacionamento do antropônimo “João Porém” com episódios da narrativa e o processo de ressemantização do antropônimo conforme a progressão dos episódios do conto;
7. Verificar as isotopias organizadoras do texto, até o encontro do sintagma maior, por meio da redução das microestruturas em macroestruturas;
8. Examinar o conflito sócio-cognitivo representado em língua no texto, por meio do encontro de expressões do texto (itens lexicais chaves) que sugerem essa oposição, ou permitem inferi-la;
9. Localizar palavras que, no conto, portam carga mais elevada de subjetividade e reuni-las de acordo com suas classes gramaticais;

Dessa forma, o conto “João Porém, o criador de perus” foi instaurado como texto-base, com o qual se iniciou a leitura heurística que é linear. A seguir, foi realizada a leitura hermenêutica, que é alinear, complementada por intertextos.

## **Organização da dissertação**

Esta dissertação compõe-se de cinco capítulos:

O primeiro capítulo traz a fundamentação teórica, que consideramos propícia ao desvelamento dos segredos do texto rosiano;

O segundo capítulo traz aspectos da vida de Guimarães Rosa, da obra *Tutaméia (Terceiras Estórias)*, em especial, do prefácio “Aletria e hermenêutica”, cujo estudo nos ampliou o sistema de referências acerca da poética de Guimarães Rosa;

O terceiro capítulo apresenta análises acerca da linguagem poética de Guimarães Rosa, durante a realização da leitura heurística do conto “João Porém, o criador de perus”;

O quarto capítulo apresenta as respostas aos questionamentos produzidos durante a primeira análise do conto (leitura heurística). Trata-se das leituras hermenêutica e intertextual, de reconstrução histórica.

O quinto capítulo apresenta os resultados obtidos acerca do exame da criatividade lexical de Guimarães Rosa, no que se refere à ressemantização do antropônimo João Porém, bem como aspectos da subjetividade enunciativa do literato mineiro.

# CAPÍTULO I

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo contém noções que orientaram nosso desvelamento textual. Partimos do pressuposto de que, para levarmos a efeito nossa pesquisa, seria necessário dar conta da inter-relação Discurso, Sociedade e Cognição.

Cabe dizer que o conto escolhido, bem como as demais estórias de *Tutaméia*, é considerado enigmático, o que tem afastado muitos leitores potenciais, mesmo aqueles que são leitores do literato mineiro, e que, assim, perdem a oportunidade de se deslumbrarem com sua ficção de grande criatividade.

### 1.1 Texto e sua estrutura complexa

Consideramos o discurso como interação cognitivo-social e que, em língua, o texto consiste na formalização lingüística de discursos.

Segundo Kintsch e Van Dijk (1983), o texto define-se por uma estrutura complexa, organizada em microestrutura, macroestrutura, superestrutura e base de texto.

A microestrutura do texto, no ato de leitura, é a primeira estrutura a que o leitor tem acesso. Consiste na seqüência de palavras e frases explicitadas no texto, organizada, durante o ato de textualização, a partir de conhecimentos gramaticais e lexicais do produtor.

A macroestrutura do texto é a transformação da microestrutura, por inferências e regras de cancelamento de informação semântica, em proposições e

macroproposições, organizadas e hierarquizadas, produzindo, por meio desse processo, um texto reduzido. É a macroestrutura que processa a microestrutura textual em proposições e em macroproposições, produzindo-se, assim, o sentido mais global do texto.

A superestrutura do texto consiste numa estrutura esquemática, num esquema textual vazio, que é convencionado socialmente a fim de formalizar situações discursivas. Esse esquema define-se por categorias textuais e regras de ordenação, e é importante seu conhecimento para o auxílio do leitor na produção de sentidos e na redução das informações semânticas obtidas e expandidas no seu ato de leitura.

A base do texto define-se como a estrutura semântica do discurso, que se encontra atualizada pela microestrutura textual e possibilita ao leitor construir a macroestrutura textual a partir do reconhecimento da superestrutura do texto que lê. Compreende o conjunto de proposições explícitas e implícitas do texto.

Os autores, ao proporem essa concepção de texto, basearam-se em estudos da psicologia cognitiva sobre a memória, centrados nos aspectos estruturais do sistema de armazenagem de informações e nos processos de controle, retenção e reelaboração de informações.

Segundo essa abordagem, a memória passa a ser considerada como sistema de armazenagem dos conhecimentos constituídos pelo indivíduo, sendo que, nesse sistema, se diferenciam a memória de longo prazo da memória de curto prazo.

Na memória de longo prazo, estão armazenadas as superestruturas. A produção da macroestrutura deriva de estratégias do leitor, com a utilização da memória de curto prazo.

A macroestrutura, ao ser construída, é armazenada na memória de longo prazo; caso isso não ocorra, as informações obtidas da base do texto perdem-se.

O processamento das informações, segundo Van Dijk, é realizado recursivamente, expandindo e reduzindo-se proposições, cuja natureza é semântica. Durante o ato de ler, produz-se a expansão, por inferências, mas recorrendo-se a

conhecimentos anteriormente armazenados na memória a longo prazo do leitor, de maneira a se construir um n-tuplos de proposições.

Durante a expansão, ocorre também a explicitação de implicaturas lingüísticas e implícitos socio-culturais relativos ao conhecimento lingüístico do leitor. Como há uma unidade de memória, denominada “chunk”, ao expandir, recursivamente, se reduz e, assim, processam-se os sentidos mais globais do texto.

### **1.1.1 As categorias canônicas da narrativa**

Kintsch e Van Dijk (1975), revisando as categorias canônicas da narrativa, propõem que a superestrutura da história comporta as categorias da Apresentação, Conflito e Resolução, podendo ou não ser seguida pela categoria Moral.

A categoria Apresentação define-se por uma situação inicial que pode ser descrita com a caracterização dos agentes, das propriedades, do lugar, do momento e das circunstâncias físicas e sócio-culturais.

A categoria Conflito define-se por um ou diversos acontecimentos que visam à transformação da situação inicial.

A categoria Resolução consiste nos resultados relativos à transformação operada pelo sujeito agente, em que surge uma situação nova.

Na Avaliação, são apresentadas as avaliações do narrador em relação às ações transformadoras praticadas pelo agente, de forma a apresentar a sua opinião.

Segundo Van Dijk (1978), superestruturas esquemáticas consistem em formas convencionais que caracterizam um gênero específico do discurso, dispondo sequências textuais de sentenças e designando funções específicas para tais sequências.

Para o autor, essas superestruturas não se encontram diretamente relacionadas a palavras ou sentenças (ou a seu significado), já que organizam unidades de nível mais alto, tais como episódios, e que por esse motivo é preciso uma ligação entre o esquema textual e sua manifestação em palavras e sentenças.

Assim, cada categoria da superestrutura da história é preenchida por um ou mais temas, e cada tema é especificado por um episódio, que, por sua vez, é expresso por uma seqüência de sentenças. Cada episódio se organiza também por categorias canônicas da narrativa e o conjunto de episódios se inter-relacionam formando o sintagma global do texto.

Segundo Reis e Lopes (1988:33), “episódio” designa “uma unidade formalmente autônoma e destacada, em relação a um todo narrativo”, ou ainda como sendo uma unidade narrativa, que varia de extensão, podendo ou não ser demarcada exteriormente, na qual uma ação autônoma em relação à totalidade da narrativa é narrada e que mantém conexões com o todo em que se insere.

Acerca dos episódios, cabe dizer ainda que, conforme Haidu (1983:660),

os episódios tendem a aparecer em feixes agrupados por uma isotopia específica. O seu ‘fechamento’ faz deles o equivalente de uma seqüência semiótica, e a presença de uma isotopia unificadora agrupa-os numa totalidade intermediária entre a seqüência e o sintagma total do texto.

### **1.1.2 As categorias analíticas: sociedade, cognição e discurso.**

Conforme Silveira (2000), a sociedade é definida por um conjunto de grupos sociais que estão em constante conflito, devido às suas crenças decorrentes de conhecimentos avaliativos acerca de ocorrências no mundo. Cada grupo social produz suas crenças a partir de um ponto de vista, decorrente de propósitos, objetivos e interesses comuns que agregam pessoas de forma a torná-las membros de um grupo sócio-cognitivo.

Para Silveira, a cognição define-se por um conjunto de conhecimentos construídos socialmente, a partir da perspectiva do grupo social. Tais conhecimentos são, portanto, opiniões, isto é, formas de avaliação do que ocorre no mundo e, por esta razão, não podem ser verificáveis no mundo.

Para a autora, o discurso consiste em uma prática social interacional, atualizada, verbalmente, por textos organizados por tipos esquemáticos, nos discursos formais e institucionais.

## 1.2 O discurso literário

Orlandi (1983) afirma que no discurso lúdico a utilização da linguagem, em relação às práticas sociais, visa ao prazer. Como um tipo de discurso não se define em sua essência, mas como tendência, pode-se afirmar que se trata de um tipo de discurso que possui, por critério, a interação e a polissemia, além da relação dos interlocutores com o objeto do discurso.

Assim, o discurso lúdico é “aquele em que a reversibilidade entre interlocutores é total, sendo que o objeto do discurso se mantém como tal na interação, resultando disso a polissemia aberta.” (p. 142).

O discurso literário é lúdico, portanto, tem o pendor para a multiplicidade de sentidos, não se ocupando prioritariamente com o problema da verdade, e sim com a verossimilhança produzida.

Segundo Aguiar e Silva (1979:42), quando num livro de história somos informados sobre um determinado acontecimento, sabemos que se trata de fatos acontecidos num tempo e num espaço reais, envolvendo personagens que efetivamente existiram. Quando lemos, porém, em *Os Maias*: “A casa que os Maias vieram habitar em Lisboa, no Outono de 1875, era conhecida da vizinhança da Rua S. Francisco de Paulo (...)”, sabemos que não estamos perante fatos realmente acontecidos, pois os personagens, o espaço e o tempo somente são verdadeiros no universo imaginário criado pela obra literária. No entanto, o autor afirma uma certa dependência entre o discurso literário e a realidade: o discurso literário “é indissociável de uma determinada historicidade e de um determinado universo ideológico.” (pág. 44)

Assim, a literatura consistiria na criação de mundos possíveis, sendo que tais mundos se encontram em estreita conexão com uma certa historicidade e um certo universo ideológico que estão representados em língua, no texto literário.

Lenhardt & Pasavento (1988) discutem a noção de ficção ao distinguirem a narrativa histórica da literária. Conforme o ponto de vista desses autores, o historiador parte da fonte, do fato, do documento, tomado como um acontecimento,

cuja singularidade é irreduzível, para, a partir deles compor o contexto a ser estudado, ou parte do contexto, para chegar ao acontecimento.

A partir dessa perspectiva, o fato existe anteriormente à construção da narrativa efetuada pelo historiador, sob a forma de representação já elaborada, que serve de material para a construção de uma versão dos fatos. No entanto, a história necessita de arquivos, de métodos e de critérios científicos, já que almeja produzir conhecimento científico.

Segundo esses autores, a literatura, por sua vez, não prescinde desse aparato, pois, nela, a criação do fato é resultado da escrita, e o ponto de partida é um conjunto de informações com certa amplitude, que forma o contexto de referência relativamente coerente. Assim, a literatura, apesar de não dispensar o conhecimento e a leitura do conjunto de informações em que se apoia para sua contextualização, na narrativa literária, o produtor pode dar asas à imaginação, criar um mundo feito de palavras.

A diferença entre discurso literário e os demais discursos sociais diz respeito à sua ação criativa. De forma geral, Sánchez (1992) apresenta o discurso literário como aquele que se encontra nos interstícios da História, e, sendo assim, parte do factual para a construção de mundos possíveis.

Segundo Maingueneau (1996), o mundo real, que a obra pretende representar como um mundo exterior a ela mesma, somente é acessível pelo “mundo” produzido pela obra literária. A obra, de certo modo, deve ser o universo que presumidamente representa.

A obra literária, portanto, conforme o autor, revela um mundo por meio da matéria de sua enunciação, num mesmo movimento. Essa enunciação, por sua vez, institui esse mundo e mantém um discurso oblíquo acerca de tal mundo, por sua própria maneira de enunciar.

O texto, dada sua maneira de dizer, pressupõe um certo universo, que é justamente aquele surgido por sua própria enunciação. Assim, é porque o mundo possui certas propriedades que o texto enuncia numa determinada maneira;

contudo, é essa maneira de enunciar que faz surgir o mundo que supostamente legitima.

Conforme Van Dijk (1997), todo discurso é definido por um contexto discursivo que se apresentam como um esquema mental, memorizado pelas pessoas que o conhecem, e que o discurso acadêmico designa como gênero. Um contexto discursivo se define por participantes, suas funções e suas ações. Nesse sentido, o discurso literário se define por um sujeito criador de mundos possíveis, que, para dar conta dos possíveis inventa designações, que a Língua não oferece por estar institucionalizada em dicionário. Também se define por um tu, que é o leitor, representado pelo literato como alguém capaz de entender a criação, ou seja, o interlocutor.

Segundo Silveira (2000), o termo ficção é complexo e pode ser definido como o que o texto traz representado e que se situa no interstício do Discurso da História, ou seja, do prisma da História, é a forma de representação do que poderia ter acontecido e não aconteceu. Dessa forma, a ficção reconstrói marcos de cognição social, percorrendo da probabilidade à possibilidade, a fim de poder atingir representações mentais relativas ao não acontecido, mas ao desejado. Do ponto de vista cultural, o desejado é produzido pela articulação de raízes históricas e o contemporâneo no marcos das cognições sociais. Assim, a História difere da ficção, pois esta se encontra em seus interstícios, construindo uma nova história. (Sellan, 1995)

### **1.3 Problemática da leitura da linguagem poética**

Conforme Sellan (2001:170), ao tratar do discurso literário, Maingueneau (1996)

considera redutor opor-se um uso “comum” da linguagem, considerada transparente e utilitária, a um uso “literário”, em que essa linguagem se tornaria opaca, considerando ela própria uma finalidade. Por essa razão, pode-se compreender que a idéia de uma linguagem idealmente transparente às coisas não deve ser verdadeira nem mesmo para o discurso comum, já que a enunciação deixa sempre seu vestígio no enunciado e que a linguagem só pode designar, designando-se.

De acordo com Sellan,

Nessa perspectiva, a interpretação dos enunciados não é simplesmente considerada uma disposição de unidades dotadas de sentido que bastaria identificar e combinar, mas, antes, considerada uma rede de instruções que permitem ao leitor, interagindo com o contexto enunciativo, construir um sentido.

Orecchioni (1996) critica o esquema de Jakobson, afirma que não há um código, pois cada sujeito possui seu uso e, sendo assim, não existe língua comum, mas um consenso estabelecido sobre as significações, que garante a compreensão, pelo menos parcial, da comunicação. Assim, para toda palavra há um sentido em língua, mas também, ao mesmo tempo, toda palavra significa o que cada falante quer que ela signifique.

Segundo Orecchioni, falar, portanto, é tentar conciliar essas duas intenções, o que equivale dizer que a comunicação está baseada não em um código, mas em dois idioletos (o do enunciador e o do enunciatário). Esses dois idioletos, tanto para a produção quanto para a interpretação, comportam competências, entendidas como a soma de todas as possibilidades lingüísticas, ou seja, tudo o que ele é capaz de produzir e interpretar.

Segundo Orecchioni, é preciso considerar, na comunicação, outros fatores, como o universo do discurso, as competências lingüísticas e as competências não lingüísticas.

O universo do discurso engloba os dados situacionais -- natureza escrita ou oral do canal de transmissão, organização do espaço da comunicação, imagens de representação que os sujeitos enunciativos constroem deles mesmos e dos parceiros discursivos -- e as restrições de gênero, isto é, os "contratos" temático-retóricos que interferem sobre a mensagem a ser construída.

Orecchioni acresce às competências estritamente lingüísticas e paralingüísticas, as determinações psicológicas e psicanalíticas, a competência cultural (ou enciclopédica), ou seja, o conjunto de conhecimentos implícitos sobre o mundo e, ainda, a competência ideológica, isto é, o conjunto de sistemas de interpretação e de avaliação do universo referencial.

Segundo Lopes (1976), que discorre sobre a teoria de Jakobson, foi Mukarovsky o introdutor do conceito da função poética, que era chamada por ele de

*função estética*, nos estudos literários. Para Mukarovsky, a cada ação ou objeto pode-se atribuir uma função prática, comunicativa para a linguagem, utilitária para os objetos, e assim por diante. Caso, no entanto, um objeto ou ação tornar-se o centro da atenção por si mesmo e não devido à função prática que exerce, diz-se que tem uma função estética, pois provoca uma reação pelo que é e não para o que serve.

Segundo Lopes, Jakobson, a partir do conceito de Murakovsky, definiu a função poética como aquela em que a linguagem volta-se para si mesma tendo como centro os próprios signos, evidenciando a sua integralidade de significado e significante.

Na função poética, a associação entre o significante e o significado de um signo organiza-se no eixo paradigmático, vertical, da língua, que é o eixo das equivalências, reiteradas sistematicamente na mensagem. Segundo Lopes, “o que a função poética faz, portanto, não é senão isolar essas equivalências latentes no eixo paradigmático e promovê-las à condição de princípio organizador das combinações sintagmáticas, onde as equivalências potenciais se atualizam de modo evidente”. (p.67)

O princípio de equivalência propicia reconfigurações que tornam a mensagem multissignificativa. Assim, o plano de expressão da mensagem passa a possuir variadas possibilidades de sentido, sendo que as propriedades fonéticas de seus significantes destacam-se, passando a ter a relevância que nos enunciados referenciais é oferecido ao plano de conteúdo das palavras.

Resulta daí o fato de os sentidos que se produzem serem originais para a mensagem como um todo, sentidos que estavam, no signo, apenas como possibilidades: “o sentido poético não está automaticamente programado no signo referencial (em grau zero), mas ele é decorrência das transações sintagmáticas transacionais.” (p. 68).

Na função poética, portanto, ocorre uma quebra de expectativas, e essa nova elaboração, não prevista automaticamente na língua, é propícia a atrair para si mesma uma atenção persistente. Ela rompe com os automatismos lingüísticos e cria

o fenômeno que os formalistas russos denominaram “estranhamento”, fenômeno esse no qual enxergavam o mecanismo poético por excelência.

Dellas e Filliolet (1975), ao estudarem o texto poético, postulam a existência de regras inerentes a ele, “uma gramática da poética”, cuja estrutura já se encontra formalizada tanto na memória do produtor quanto na do leitor do poético.

Afirmam ainda que o funcionamento dessa gramática especial é inseparável das regras geradas na língua, portanto, uma construção é considerada ‘normal’ na medida em que é tida como necessária à produção do texto produto, mesmo que, no nível da língua, manifeste características que se desviem do padronizado.

Segundo os autores, o leitor apreende intuitivamente a gramática do autor e, dessa forma, torna-se possível a compreensão do estilo do autor, embora sua enunciação, em linguagem em que predomina a função poética, caracterize-se por sua irreduzível singularidade.

Sperber & Wilson (1994), para quem, no ato de ler, alguns fenômenos linguísticos chamam mais atenção do que outros, em razão da relevância que adquirem no texto, postularam o “princípio de relevância”, que está associado estreitamente ao processo de inferência ostensiva, realizado durante a leitura.

Para os autores, em cada leitura, o leitor associa as informações, já armazenadas em sua memória semântica, à informação que produz uma inferência denominada “ostensiva”, ou seja, aquela que desencadeia uma multiplicidade de proposições, levando o leitor à reformulação do contexto cognitivo já elaborado por ele.

Conforme esses autores, durante a leitura, produz-se um contexto cognitivo a partir das inferências e explicitações feitas pelo leitor. As saliências modificam-se de leitor para leitor, uma vez que o que é considerado relevante depende de como o contexto cognitivo se vai produzindo ao longo da leitura.

Há, portanto, no ato de ler, um movimento de busca de elementos que tornem mais completa a informação, sendo assim, ao conjunto de informações

dadas, armazenadas na memória semântica do leitor, vão se acrescentando informações mais recentes.

Cavalcanti (1989) postula que o texto manifesta saliências porque o produtor atende ao “princípio de cooperação” de Grice, segundo o qual o produtor orienta seu leitor deixando no texto pistas, ou seja, palavras-chave, que o leitor processa cognitivamente, como saliências

Cavalcanti postula uma “máxima de saliência sob o Princípio de relevância” (p. 69), ou seja, que os “itens lexicais chaves” são os que produzem relevância, justamente por serem salientes

Conforme Cavalcanti, uma palavra-chave produz ao redor de si uma teia de fios condutores semânticos propícios a fornecerem informações sobre o conteúdo proposicional de um texto. Assim, as palavras-chaves, em razão de suas características, tendem à saliência dentro dos textos em que se inserem, ou seja, apresentam-se nos textos como se estivessem num plano principal.

Além disso, compartilham um ambiente coesivo com os demais elementos do texto, e, sendo assim, propiciam, tanto aos escritores quanto aos leitores, condições favoráveis para a elaboração e a interpretação de um texto.

Cavalcanti, considerando o princípio central da interpretação como o “princípio de relevância” postulado por Sperber & Wilson (1994), propõe que esse princípio fundamenta a idéia heurística na interpretação, ou seja, é ao leitor que cabe a descoberta do caminho mais adequado para sua produção de significado, a partir das pistas deixadas no texto pelo produtor. Assim, só pode ser considerada bem-sucedida uma leitura que reconheça os elementos salientes do texto.

Dessa forma, o texto passa a se constituir em lugar de interação produtor-leitor, em que se negocia o sentido. Quando ocorre divergência entre o que é saliente no texto e o que o leitor processa como tal, a leitura do texto é ineficaz.

Conforme Cavalcanti, no texto, há partes que se sobrepõem às demais. Assim, os *itens lexicais chaves* são expressões indexicais salientes que “(re)

ocorrem no texto preservando sua unidade através da coesão topical e servindo de base para a criação de coerência”. (p. 75)

Cavalcanti caracteriza os *itens lexicais chaves* sob dois aspectos, semânticos e pragmáticos: o semântico, que diz respeito a “um elemento que é saliente entre outros itens lexicais” e o pragmático, em que “os *itens lexicais chaves* são elementos que individualmente estão subjacentes à criação da força ilocucionária.” (p. 75).

Assim, a saliência textual é produzida pelos *itens lexicais chaves*, enquanto a relevância é produzida por itens contextualmente relevantes. Quanto aos *itens lexicais chaves*, Cavalcanti classifica-os em *restritivos*, *associativos* e *iterativos*.

Os *itens restritivos*, no texto, têm valor adjetivo, pois “delimitam a interpretação semântico/pragmática de um item lexical chave”. Os *itens associativos*, no texto, representam classes de palavras variadas. Eles são os elementos lexicais que “geralmente co-ocorrem em pares ou em cadeia no contexto.” (p. 78). Os *itens iterativos* agem como apoio aos itens lexicais chaves, colaborando para a coesão textual. São eles que “concretizam a repetição de itens lexicais no texto com base na identidade referencial”. (p.78)

Segundo Cavalcanti, há, ainda, os *itens contextualizantes* são formas lingüísticas sinalizadas no texto, que servem para indicar o modo como o conteúdo semântico deve ser apreendido e a forma das orações se relacionarem. Trata-se de “aspectos da estrutura superficial que servem de base para a avaliação de significado de mensagem e padrões seqüenciais.” (p.79)

### **1.3.1 Um percurso de leitura da linguagem poética**

Pacheco (2000) observa que Cavalcanti não trata especificamente do texto construído em linguagem poética. Pacheco, para dar conta da complexidade da leitura do poético, postulou que, na leitura da linguagem poética, “os *itens lexicais chaves* correspondem aos que na leitura heurística produzem estranhamento e que na hermenêutica propiciam as relações cotextuais, bem como as intertextuais, pela leitura de reconstrução histórica” (pág. 16).

Segundo Pacheco, os *itens lexicais chaves* orientam o caminho da interpretação do poético, sendo que alguns deles correspondem à produção de figuras intra e inter-textuais, na medida em que, para a produção de seus sentidos, estimula o leitor a recorrer tanto aos conhecimentos de língua, quanto aos extralinguísticos, aos quais estão associados os conhecimentos enciclopédicos, que podem resultar tanto da experiência vivida como do conhecimento construído por meio das relações intertextuais feitas pelo leitor.

Pacheco, seguindo Jauss, afirma que, a leitura eficaz do poético, considerando-se o caminho apontado pelo estranhamento, que funciona como “item lexical chave”, se desdobraria em três momentos de leitura: o da heurística, o da hermenêutica e o de reconstrução histórica, os quais são recursivos e se encontram embricados.

O primeiro momento seria o da leitura heurística, cuja direção de leitura orienta-se da esquerda para a direita, em que se produz o questionamento, na medida em que o leitor tem a sensação de estranhamento provocada pelo encontro de agramaticalidades lingüísticas do texto produto, construídas pelo rompimento com a sintaxe da língua.

O estranhamento causado no leitor explica-se pelo fato de ele não ter conhecimentos lingüísticos suficientes para resolver o problema encontrado. Trata-se, portanto, da leitura linear e intra-texto, em que ocorre a construção do problema, apresentado por uma multiplicidade de questões.

O segundo momento seria o da leitura hermenêutica, cuja orientação de leitura vai da direita para a esquerda, de cima para baixo, de baixo para cima e nas diagonais, também intra-textual, em que as relações cotextuais são realizadas, na procura da resolução das agramaticalidades encontradas. O leitor, então, procura estabelecer relações no interior do texto, relacionando palavras e expressões, rompendo com o movimento linear de leitura, pois ele entende que associações, visando às respostas procuradas, podem ser feitas entre palavras anteriores, posteriores, próximas ou distantes.

A leitura hermenêutica, portanto, se define como a primeira tentativa de resolução do problema, que fora causado pela agramaticalidade em relação ao sistema da língua. Assim, segundo Pacheco, “é a primeira tentativa de encontrar a gramaticalidade do poético no uso lingüístico agramatical.” (p. 10).

O terceiro momento de leitura diz respeito à busca e estabelecimento de relações intertextuais e interdiscursivas, para se produzir as respostas que não foram produzidas por meio das relações cotextuais.

Para explicar a noção de estranhamento, Pacheco recorre a Rifaterre (1989), autor que estudou o fato de os elementos, na linguagem poética, provocarem o estranhamento do leitor, denominado por ele de *agramaticalidades*.

Em sua teoria, Rifaterre estabelece a recorrência de elementos equivalentes como sendo o que caracterizaria especificamente o poema, bem como o desvio, ou seja, considera a agramaticalidade como ponto crucial da estrutura do poema.

De acordo com Rifaterre, o poema consiste em um todo, sendo que à unidade do poema é denominada significância. Para ele, todo poema apresenta elementos que se desviam do padrão lingüístico, os quais chamam a atenção do leitor, que se concentra nas agramaticalidades com que se deparou, na tentativa de compreendê-las.

A recorrência e a equivalência constituem o poético, sendo que a recorrência é uma recorrência de desvios, contudo o desvio, por sua vez, resolve-se numa gramática que é única para o texto poético, consistindo o seu idioleto. Portanto, o texto é uma variação de uma mesma estrutura, quer simbólica, quer temática, sendo que a significância é constituída justamente por essa modulação, essa relação contínua.

Essa gramática do poético, portanto, não é convencionalizada, mas é apreendida pelo leitor, em uma leitura retroativa. São, portanto, necessárias duas leituras: a heurística e a hermenêutica, para que as obscuridades do poema possam ser desveladas.

A primeira leitura é definida, por Rifaterre, como heurística, momento em que ocorre a primeira interpretação do poema, em que o leitor observa os elementos incompatíveis entre as palavras, o seu sentido conotativo.

A segunda leitura, por sua vez, definida como hermenêutica, os elementos, considerados até então como distintos e sucessivos, ou seja, as agramaticalidades, passam a ser reconhecidos, pelo leitor, pela associação e comparação, como equivalentes, uma vez que o leitor depreende uma gramática que rege a organização do poema. É no momento da leitura hermenêutica, em que as partes do texto vão se juntando, que se produz o sentido global de um texto.

Segundo o autor, a característica da significação poética fundamenta-se na ambigüidade: “na inversão de um significado por outro com relação a um mesmo significante.” (pág. 23)

A interpretação, assim, encontra-se, no eixo vertical das relações entre o signo e o representado, eixo que une o significante ao significado. Dessa forma, a interpretação está sempre direcionada no sentido da norma.

No texto poético, encontram-se as chaves de sua decifração, mesmo que à revelia do escritor, cabendo ao leitor o encontro delas. Para Rifaterre, “são os elementos marcados que permitem ao leitor reconhecer um estilo e limitam a liberdade de decodificação” (pág. 13), ou seja, são os elementos marcados que possibilitam ao leitor reconhecer um estilo e são eles que restringem sua liberdade de decodificação, uma vez que projetam um percurso de leitura, ou seja, que sejam realizadas duas leituras: a heurística e a hermenêutica.

A noção de “paragrama semântico” é importante na teoria de Rifaterre. Trata-se de uma matriz expandida em unidades de sentidos menores. Essa expansão faz, obliquamente, por meio de enunciados metafóricos ou metonímicos, capazes de possibilitar a transferência de um significado operando a substituição de um significante por outro. No poema, portanto, há uma frase mínima e literal, uma matriz, que não está explicitada no poema, mas permanece como uma estrutura latente, e responde pelas variantes que se constroem, a partir dela, por obliquidade semântica e não-literal.

O eixo da significação, por sua vez, é horizontal, representado pelo sintagma em uma organização que sobrepõe às estruturas lexical, lingüística, temática, estilística. Segundo Rifaterre, o processo de ressemantização, portanto, ocorre “quando o sentido do início do texto é contaminado pelo sentido do último elemento de acumulação.” (p.33)

Para o autor, “em todo texto, portanto, que pertence à categoria ‘paratática’, a acumulação filtra os semas das palavras que a compõem, superdeterminando a ocorrência do sema melhor representado, anulando os semas minoritários. Os componentes de acumulação tornam-se sinônimos, apesar de seu sentido original no nível da língua.” (p.34)

À categoria ‘hipotática’, correspondem as palavras que, em forma de redes, “constituem o sistema descritivo de uma palavra-núcleo.” Assim, para o autor, “o significado nuclear é o modelo ideal que dita a distribuição e as funções dos componentes do sistema.” Dessa forma, “os significantes de um sistema não são sinônimos como os da acumulação. Subordinados uns aos outros, são metônimos.” (p. 34)

A palavra se torna poética, para Rifaterre, por meio da conversão e da expansão. Na conversão, vários signos convergem para um mesmo ponto, produzindo um signo coletivo. Na expansão, ocorrem sequências reiterativas, frases produzindo variantes conforme um paradigma. Uma palavra se torna poética quando substitui uma sentença hipogramática, isto é, quando evoca semas e pressuposições, ou clichês (citações), ou sistemas descritivos, já constantes em textos anteriores. Portanto, o poema é sempre criado por uma expressão verbal preexistente.

O autor também faz referência a um intertexto implícito a que o leitor recorre ao se deparar com as agramaticalidades, desencadeadoras da sensação de estranhamento.

Observa que um leitor cuja cultura seja próxima à do autor terá um intertexto enriquecido. Contudo, o leitor somente estará à altura de explorar a riqueza do intertexto porque as agramaticalidades, dispostas na linearidade do texto, o obrigam

a buscar uma solução na não-linearidade, ou seja, porque o leitor realiza a leitura hermenêutica.

Segundo Pacheco (2000), o percurso que leva a uma interpretação bem-sucedida é o que envolve as leituras heurística, hermenêutica e de reconstrução histórica, sendo essa última necessária a partir do momento em que a leitura hermenêutica, alinear, das relações cotextuais, não consegue produzir sentido para os questionamentos feitos durante a leitura heurística, que, no caso do texto poético, foram produzidos a partir do encontro do leitor com as agramaticalidades textuais, que configuram o estilo do autor literário.

A leitura de reconstrução histórica diz respeito ao entendimento de que um determinado texto é produzido quando nosso horizonte de suposições históricas e significados se unem ao horizonte em que a própria obra se insere.

Assim, é esse leitor, considerando seu conjunto de referências, bem como sua experiência de vida, que atualiza a obra literária, por meio de sua leitura, ao reconstruir os horizontes de expectativas instaurados por essa ficção, o que significa encontrar as perguntas para as quais o texto constitui uma ou mais respostas, sendo que a lógica da pergunta e da resposta é o procedimento da hermenêutica, que possibilita identificar o horizonte de expectativas do leitor e as questões inovadoras a que o texto apresenta uma ou mais respostas.

Essa é a perspectiva assumida pela “estética da recepção”, que tem em Jauss (1989) um de seus principais representantes. Segundo esse posicionamento teórico, o leitor tem papel decisivo na interpretação da obra literária. O autor, portanto, privilegia a dimensão da leitura e apresenta uma visão diferenciada da visão tradicional da história da literatura, ao preconizar a importância, para a construção da compreensão da obra literária, do resgate do contexto histórico assim como de seu valor estético.

Para Jauss, a recepção consiste em uma concretização inerente à estrutura da obra, não apenas no momento de sua produção, mas também no momento da leitura. Conforme essa perspectiva, portanto, o leitor é um elemento que se encontra também textualmente marcado na obra literária.

Para Jauss, a compreensão do texto literário não se restringe à dimensão estética, mas também a social. Assim, desloca-se a concepção de literatura enquanto sistema de sentido fechado e definitivo para a de um sistema que se constrói por produção, recepção e comunicação, ou seja, por um relacionamento dinâmico entre autor, obra e leitor

Para Jauss, a aceitação da obra literária, e mesmo sua perenidade, depende do horizonte de expectativas do leitor, que é constituído por seu sistema de referências, resultante do conhecimento prévio que o leitor possui do gênero, da forma, da temática das obras já conhecidas/lidas, bem como da diferença entre linguagem poética e não-poética.

O sistema de referências, no entanto, não se limita aos aspectos estéticos da obra, uma vez que, durante o ato de leitura, o leitor recorre ao seu conjunto de conhecimentos, não apenas lingüístico, mas também seu conhecimento de mundo, e mesmo sua experiência existencial.

Sobre a contribuição da estética da recepção para a compreensão textual, afirma Zilberman (1989) que coube a essa perspectiva teórica recuperar a historicidade da obra literária, na medida em que une os aspectos estéticos e históricos de um texto.

Pacheco (2000), em sua construção de um percurso de leitura do poético, ao adotar a perspectiva advinda da estética da recepção, considera que a intertextualidade é propiciadora da reconstrução do horizonte de expectativas dentro da qual a obra foi criada e recebida, bem como do encontro de solução à pergunta que o texto suscita.

Para Pacheco, por meio da leitura intertextual, associada a heurística e hermenêutica, chega-se a uma contextualização capaz de produzir um sentido mais global para a compreensão do texto em linguagem poética, “uma vez que a intertextualidade propicia a construção deste horizonte e quando o leitor encontra possível (eis) resposta(s) à pergunta que o texto suscita, chega-se a uma contextualização e conseqüente produção do sentido mais global que o mesmo encerra.” (pág. 24

#### 1.4 Leitura como co-enunciação

Maingueneau (1996:31) afirma que, no discurso literário, “a dissemetria entre as posições de enunciação e recepção desempenha um papel crucial” e que “ faz parte da essência da literatura a obra poder circular em tempos e lugares muito afastados dos de sua produção.”

Essa “descontextualização”, segundo o autor, é o correlato da ambiguidade da obra literária, que permanece mais tempo, obedecendo a regras bem mais coercitivas que as da linguagem comum.

A leitura faz surgir um universo imaginário não apenas pelo que foi explicitado, mas também a partir de índices lacunares e pouco determinados. Segundo Maingueneau, “Só é possível se impressionar com a parcela considerável de trabalho que é deixada para o leitor; para construir as cadeias anafóricas, para preencher as elipses no encadeamento das ações, identificar as personagens, assinalar os subentendidos, etc.” (p. 32)

Para levar a efeito sua leitura, o leitor recorre a um certo número de conhecimentos e de estratégias de vários tipos e, além disso, como as obras literárias são lidas em contextos muito diversos e por pessoas muito diversas, o resultado do trabalho de decifração é intrinsecamente instável, variando muito de leitor para leitor e mesmo de leitura para leitura.

Maingueneau afirma que “a própria noção de leitor está longe de ser estável”. Pode-se falar em “leitor invocado”, “leitor instituído”, “público genérico”, “públicos atestados”. (pags. 34-37)

1) O “leitor invocado” é a instância à qual o texto se dirige explicitamente como a seu destinatário.

2) O “leitor instituído” “será a instância que a própria enunciação do texto implica, já que o último pertence a este ou àquele gênero, ou mais amplamente, se desdobra nestes ou naqueles registros”. (p.35)

3) Por pertencer a um determinado gênero, uma obra implica um certo tipo de receptor, que se caracteriza socialmente. Trata-se do “público genérico”. A partir do mesmo receptor genérico, pode-se lidar com leitores muito diversos. Trata-se de uma instância diferente do “leitor instituído” (p.ex. Balzac e Stendhal têm mais ou menos o mesmo público genérico, mas não instituem manifestamente o mesmo leitor de sua enunciação).

Conhecendo, portanto, as expectativas desse público genérico, o autor pode provocar surpresas ou frustrações, caso a obra não se inscreva necessariamente nas convenções, assim, o autor, pode jogar com elas.

4) O público genérico está unido ao gênero por meio do qual a obra se constrói, contudo esse ser racional deve ser diferenciado dos “públicos atestados” que essa obra vai encontrar. “Estamos diante da diversificação espacial e temporal estudada pela teoria da recepção”. “Para a maior parte do patrimônio literário, a leitura “ingênua” tornou-se marginal. A leitura das obras é subrepticamente atravessada pelas interpretações que dela foram feitas.” (p. 37).

O autor trata, então, do leitor cooperativo, ou seja, que é “capaz de construir o universo de ficção a partir das indicações que lhe são fornecidas.” Essa atividade cooperativa, no entanto, não se refere às intenções do escritor, mas às indicações oferecidas pelo texto “por sua conformação e suas prescrições virtuais de decifração.” (p. 37) Essas orientações podem até adquirir a forma de uma “projeção direta do percurso de leitura sobre o percurso narrativo.” Assim, através da história, o texto “indica obliquamente ao leitor como deve ser decifrado.” (p.39)

Assim, “a superfície do texto narrativo aparece como uma rede complexa de artifícios que organizam a decifração, condicionam o movimento da leitura.” (p. 39). Mesmo sem ter consciência disso, a fim de elaborar sua obra, o autor precisa presumir o leitor que colaborará para superar a “reticência” do texto.

Para o autor, se o texto requer um trabalho do leitor, não é apenas por uma economia de meios necessários, “mas também porque o estatuto estético da obra literária requer que o destinatário contribua para elaborar sua significação e não se contente em descobrir uma significação que estaria nele.” (p.41)

Existem muitos textos que não “se contentam em se inscrever exatamente na esteira de uma convenção preestabelecida. Constroem eles próprios a maneira como devem ser decifrados, instituem um contrato privado dentro de um conjunto de convenções que não poderiam todos ser contestados.” (p.41)

Esclarece ainda que “qualquer obra verdadeira “forma” seu próprio leitor durante o processo enunciativo.” Assim, qualquer texto é um acordo sutil entre ser “cooperativo e desestabilizar de um modo ou de outro os automatismos da leitura.” (p. 42)

Afirma, ainda, que, por mais que o texto se esforce em prescrever sua decifração, não poderia de fato aprisionar seu leitor, pois este está à vontade para relacionar quaisquer elementos do texto, deixando de lado o tipo de progressão que ele pretende impor. Assim, a obra, por um lado, “controla sua decifração, por outro, torna possíveis modos de leitura incontroláveis.” (p.42)

Mainueneau diz que decifrar um texto é mobilizar um conjunto variado de competências a fim de “percorrer de modo coerente a superfície discursiva orientada temporalmente”. (p. 42) O que não significa que a compreensão é um processo linear sem o menor obstáculo. Em sua interpretação, o leitor parte de um conhecimento, por menor que seja, do contexto enunciativo, precisa, portanto, possuir um certo saber sobre a época, o autor, o gênero do discurso, ao qual a obra pertence.

Também espera-se que ele domine a gramática da língua e empregue o discurso de forma apropriada. No entanto, o leitor também tem à sua disposição “um certo número de gabaritos que lhe permitem estruturar as relações intratextuais, regras de organização textual que pertencem à “gramática do texto”. (p.44)

A cooperação do leitor exige-lhe um trabalho duplo, de expansão e filtragem. “O trabalho de expansão realizado pelo leitor impediria qualquer compreensão do texto se não fosse contrabalanceado por uma restrição dos possíveis assim libertados”. A expansão é exigida pelo fato de o texto constituir “uma trama de indicações esparsas que reivindicam a cooperação interpretativa.” (p.44)

Também, há implicações necessárias associadas à estrutura hierárquica do léxico, que possibilitam a extensão das redes de sentido. Ao lado de implicações vinculadas à estrutura sêmica, encontram-se implicações dependentes de uma determinada cultura.

Assim, o autor é obrigado a formular hipóteses sobre a decifração de seu texto, “a supor que seus códigos (culturais e linguísticos) são compartilhados pela imagem do leitor que ele se proporciona.” O leitor, por sua vez, deve produzir para si uma determinada representação do desenvolvimento anterior do texto pressupondo que o autor se ajusta a certos códigos. Assim, “tanto de um lado como de outro, existem jogos de antecipações complexas, a previsão dos movimentos fazendo parte integrante do processo interpretativo.” (p.58)

A problemática da co-enunciação não é saber se o leitor ou o enunciador é o mais importante, mas avaliar a especificidade do discurso literário. Assim, “não é o leitor que é o seu autor essencial, mas o próprio texto, concebido como um dispositivo que organiza percursos de leitura.” (p. 59)

O leitor não é um indivíduo empírico *ou* “uma média de indivíduos, mas o foco a partir do qual se oferece o volume textual. Não sua fonte ou seu ponto de absorção, mas o “lugar” a partir do qual ele pode mostrar sua enunciação decentrada.” (p.59)

Mainqueneau (1996), ao tratar de alguns aspectos para a decifração do texto literário, discorre sobre isotopias, que podem dizer respeito à repetição de elementos sêmicos e que, à medida que se sobe na hierarquia das análises textuais, adquirem caráter mais global e integram as isotopias parciais. Segundo o autor, “ao elaborar uma hipótese interpretativa para reduzir a proliferação semântica virtual do texto, portanto, ao determinar uma isotopia, o leitor opera uma filtragem que vai condicionar não apenas o que já leu, mas o que lerá.” (p. 54)

Os textos literários progridem por muitas linhas ao mesmo tempo, exigindo que o leitor estabeleça várias coerências. Assim, “a leitura não é portanto um percurso linear univocamente dedicado a eliminar as virtualidades semânticas que

não pertençam a uma isotopia única, mas um processo complexo com voltas, antecipações, sobreposições. “ (p. 55)

Segundo Greimas e Courtés (1979), foi tomado do domínio da físico-química e transferido para a análise semântica, ganhando uma significação específica: “De caráter operatório, o conceito de isotopia designou inicialmente a iteratividade, no decorrer de uma cadeia sintagmática, de classemas que garantem ao discurso-enunciado a homogeneidade. Conforme essa acepção, o sintagma que agrega duas figuras sêmicas já possibilita o estabelecimento de uma isotopia.” (p.245)

Segundo os autores, considerando o percurso gerativo do discurso e a distribuição de seus componentes, distinguem-se a *isotopia gramatical* com a recorrência de categorias concernentes a ela, e a *isotopia semântica*, que possibilita a leitura uniforme do discurso, “tal como resulta das leituras parciais dos enunciados que o constituem, e da resolução de suas ambiguidades que é orientada pela busca de uma leitura única.” (p. 246)

Conforme os autores, na junção do componente sintático e semântico, “o plano dos atores dará lugar a uma isotopia particular, chamada isotopia actorial, tal como se manifesta graças à anaforização.” (p. 246)

Segundo os autores, o conceito de isotopia foi ampliado e, em vez de se referir exclusivamente a iteratividade de classemas, “ele se define como a recorrência de categorias sêmicas, quer sejam elas temáticas (...) ou figurativas.” (p. 246)

Fiorin (2002:81) oferece-nos a seguinte noção de isotopia: “em análise de discurso, isotopia é a recorrência do mesmo traço semântico ao longo de um texto. Para o leitor, a isotopia oferece um plano de leitura, determina o modo de ler o texto.”

O autor esclarece que há discursos que articulam duas ou mais isotopias ou que se desenvolvem ao mesmo tempo sobre vários planos isotópicos. Nesse último caso, não existe um trecho com uma isotopia e outro com uma isotopia diferente e a contraposição de ambas, mas ocorre uma superposição de isotopia. “Insistimos em que essa pluri-isotopia está inscrita no texto por meio de desencadeadores ou conectores de isotopia.” (p.83)

## 1.5 Intertextualidade

Koch (2004) postula a existência de uma intertextualidade e/ou polifonia em sentido amplo, que constitui qualquer tipo de discurso e uma intertextualidade e/ou polifonia em sentido estrito, que se atesta pela presença necessária de um intertexto.

Segundo a autora, a intertextualidade *stricto sensu* ocorre quando, em um texto, outro texto está inserido (intertexto) produzido anteriormente, pertencente à memória social de uma coletividade ou da memória discursiva dos interlocutores.

Para ela, a intertextualidade será explícita quando é mencionada, no próprio texto, a fonte do intertexto, como ocorre nas citações, referências, menções, resumos, resenhas e traduções, na argumentação por recurso à autoridade entre outras.

Segundo a autora, a intertextualidade será implícita quando se introduz no texto intertexto de outrem, sem menção à fonte, com o fito de seguir-lhe a orientação argumentativa, ou de colocá-lo em questão, para ridicularizá-lo ou argumentar em sentido contrário. No primeiro caso, ocorrem paráfrases, mais ou menos próximas do texto-fonte; no segundo, verificam-se enunciados parodísticos e/ou irônicos, apropriações, formulações de tipo concessivo, entre outras.

Diz a autora que, em se tratando de intertextualidade implícita, o que acontece, de forma geral, é que o produtor do texto tem a expectativa de que o leitor/ouvinte seja capaz de reconhecer a presença do intertexto, pela ativação do texto-fonte em sua memória discursiva, uma vez que, se isso não acontecer, não ocorrerá de forma eficaz a compreensão do leitor/ouvinte, sobretudo no caso da subversão. Também nos casos de captação, o encontro do texto-fonte é importante, no entanto, por tratar-se de um parafraseamento mais ou menos fiel ao sentido original, quanto mais próximo o segundo texto for do texto primeiro, será menos necessária a recuperação deste pelo interlocutor. Para ela, há, inclusive, casos especiais em que tal recuperação é indesejável, como no caso do plágio.

Segundo Koch, na intertextualidade implícita com valor de subversão, por sua vez, o encontro do intertexto é fundamental para a construção do sentido. Por

serem os intertextos, em geral, trechos de obras literárias, de músicas populares bastante conhecidas, de provérbios, de frases feitas etc, esses textos-fonte pertencem à memória coletiva (social) da comunidade, podendo ser acessado com facilidade, embora não esteja garantido que sempre isso venha a ocorrer.

Para Koch, no caso dos ditos populares, dos provérbios e das frases feitas, a fonte é “um enunciador genérico, representante da sabedoria popular (...) de modo que a recuperação é praticamente certa.” (p.147)

Em se tratando dos demais tipos de texto-fonte --- literários, jornalísticos e outros --- o reconhecimento do texto é menos garantido, pois depende da amplitude dos conhecimentos que o interlocutor tem representados em sua memória. O não reconhecimento do texto-fonte, nesses casos, “empobrece ou praticamente impossibilita a construção de sentidos próximos àqueles previstos na proposta de sentido do locutor.” (p.147)

Para Koch, a noção de *détournement*, desde que ampliada, seria capaz de englobar grande parte dos casos de intertextualidade implícita, pois, para a autora, em todas as formas de intertextualidade implícita, ocorreria algum tipo de alteração de um texto-fonte, (que, contudo, necessita ser reconhecido), com o objetivo de produzir sentidos. Dentre os casos de *détournement*, a autora cita a substituição, o acréscimo, a supressão e a transposição, para esclarecer que, em geral, são casos de subversão, que envolve uma contradição ao texto-fonte.

Koch faz distinção entre os conceitos de polifonia e de intertextualidade. Para a autora, o primeiro é mais amplo que o segundo, pois, na intertextualidade, faz-se necessária a presença de um intertexto, cuja fonte encontra-se explicitamente mencionada, ou é implícita. Já na polifonia, há necessidade somente que se representem, encenem, no sentido teatral, em determinado texto, pontos de vista de enunciadores diferentes.

A autora retoma Ducrot (1987), autor que propõe a distinção entre locutor e enunciador em uma mesma enunciação. O locutor é definido por ele como aquele que se apresenta como o responsável pelo enunciado, não coincidindo necessariamente com o ser empírico que, de fato, o produziu.

Segundo Koch, existem casos de polifonia em que tais pontos de vistas estão explicitamente apresentadas, ou seja, nos quais, em um mesmo enunciado, há mais de um locutor, e que se referem ao que ela denomina de intertextualidade explícita. Por outro lado, existem aqueles casos em que, no mesmo enunciado, há, no interior do discurso do locutor, perspectivas representadas por enunciadores diversos, que podem ser reais ou virtuais.

Dessa maneira, conforme Koch, “quando se incorporam textos anteriormente atestados, como é comum na paródia, na alusão, em certos casos de ironia etc., tem-se a intertextualidade implícita; quando tal não acontece, já não se trata de intertextualidade (...), mas apenas de polifonia.” (p. 154).

Para Kristeva, o diálogo textual define a intertextualidade de um texto com os outros textos, de um discurso com outros discursos, de uma ruptura com uma continuidade. Assim, a intertextualidade é definida por ela “como uma espécie de horizonte de expectativas sobre o qual o novo texto vem inscrever-se e adquirir sentidos”. (Toledo, 1983:73)

Para a autora, a prática textual compreende tanto a linguagem quanto o sujeito que a utiliza. No âmbito da linguagem, essa prática trata da produção dos sentidos; no do sujeito, trata da relação combinatória entre “eu” e “tu”, porque é dessa relação que se instauram as instâncias discursivas.

Kristeva considera que a intertextualidade é uma prática significativa que se diferencia de outras práticas por sua finalidade “trabalhar a língua, a significação, os sistemas de representação, as ideologias, reformulando-as e transformando-as constantemente.” (Toledo, 1983:68)

Kristeva postula que, uma vez que o texto não apenas reproduz, mas também transforma as representações fundamentais, os “mitos” básicos de certa cultura, para o tratamento adequado do texto, faz-se necessária a articulação do texto com a história social em que se insere. A autora entende, assim, que o texto, na medida em que contesta a ideologia dessa cultura, torna-se capaz de promover a alteração social.

## 1.6 Contestação ideológica e “marco de cognição social”

Kristeva, como acabamos de ver, afirma que o texto é uma forma de contestação ideológica. Entendemos, portanto, que, sendo assim, o texto é dotado de uma intenção argumentativa de transformar crenças, que estão representadas no texto pelas vozes que se entrecruzam, pela polifonia. Esse discurso persuasivo tem por objetivo levar o interlocutor a alterar sua crença e acatar o argumento que lhe está sendo apresentado.

Essa consideração, portanto, equivale à de Ducrot, para quem, quando se trata de enunciado polifônico, pode-se observar a ocorrência de um ato ilocucional, regido pelas intenções do “eu”, e a presença do conflito de duas atitudes que se opõem, atribuídas cada uma delas a um enunciado diverso.

Essas crenças passíveis de modificação não estão somente representadas em língua no texto, elas se encontram na mente do interlocutor, do leitor, no caso do texto literário.

Sobre isso, postula Van Dijk (1997) que toda crença é uma forma de conhecimento avaliativo, seja este factual ou não, que pode ser de natureza social ou individual. Essas crenças, cuja modificação é a meta do texto argumentativo, enquanto conhecimentos armazenados na memória de longo prazo, constituem os esquemas mentais, como forma de conhecimento e, quando compõem o conjunto de representações de grupo, constituem o “marco de cognição social”.

Ao conceituar “marco de cognição social”, Silveira (2000) parte da definição do termo “opinião”, circunscrevendo-o na relação Discurso, Sociedade e Cognição. A autora, com base em Denhière e Baudet (1997), afirma que, caso se considere a Cognição, “os conhecimentos humanos são formas de representação mental e, portanto, de natureza memorial” (p. 13)

Caso se considere a Sociedade, conforme a autora,

a opinião é social, ou seja, doxa, e é vista como uma forma especial de representação mental, na medida em que a sua aquisição, seus usos e suas funções são sociais e a sua expressão, na maioria das vezes, é discursiva (...). (p.13).

Caso se considere o Discurso, segundo a autora, “a opinião é expressa por práticas sociais diferentes que, a partir das condições de produção discursivas envolve “o que se pode e se deve dizer”, dependendo das formações ideológicas presentes.” (p. 13)

Para Silveira, portanto, a noção de opinião, circunscrita na relação Discurso e Cognição, passa a ser, inicialmente, memorial e implica que “quando alguém tem uma opinião sobre x é necessário que ele tenha também uma representação mental de x que foi construída pelo discurso.”

Segundo a autora, essa representação mental é derivada da Cognição e produzida individual ou socialmente, embora ambas as formas sejam decorrentes da Sociedade. As representações mentais sociais são produzidas em interações discursivas e armazenadas na memória de longo prazo dos membros dos grupos sociais.

As representações mentais individuais são construídas durante experiências que o indivíduo tem com o mundo; mas, para tanto, o indivíduo ativa, para sua memória de trabalho, os conhecimentos já armazenados na memória de longo prazo. Dessa forma, os conhecimentos sociais constituem-se como guias para a construção de novos conhecimentos que podem ser individuais. (p. 14)

A autora esclarece que, para Van Dijk (1997), todas as representações mentais contêm avaliações, sendo, portanto, toda forma de conhecimento, quer social quer individual, é uma crença e sempre relativa a marcos de cognições sociais.

Segundo a autora, “o conjunto de conhecimentos de um grupo é o marco de suas cognições sociais e é construído no e pelo grupo social, a partir do que é contemporaneamente vivido, dependendo de raízes históricas.” Assim sendo, nossas crenças são produzidas como forma de avaliações, orientadas por “normas, usos e funções estabelecidos no e pelo grupo social e adquiridos, socialmente, em situações históricas, de forma a guiar as atitudes dos membros de um grupo social.” (p. 15)

Silveira, em síntese, define o marco de cognições sociais de um grupo como

um conjunto de ideias que estabelecem parâmetros avaliativos para os seres e suas ações no mundo, de forma a guiar desejos e decisões dos membros de

cada grupo social. Na medida em que os grupos sociais se definem por seus marcos de cognição social, estes estão em constante conflito para representar um mesmo acontecimento do mundo.” (p.15)

## 1.7 A enunciação

Para Orecchioni (1996), a enunciação consiste, em princípio, no conjunto dos fenômenos observáveis que impulsionam para um ato de comunicação particular. Não se podendo estudar diretamente o ato de produção, para apreendê-lo, deve-se indentificar e descrever os traços do ato no produto, ou seja, os lugares em que se inscrevem os diferentes constituintes no quadro enunciativo.

Orecchioni define a enunciação “como o mecanismo de produção de um texto, o surgimento, no enunciado, do sujeito da enunciação, a inserção do locutor em sua fala.” (pág. 41).

Segundo a autora, pode-se abordar a enunciação de forma ampla ou restrita. De forma ampla, almeja-se descrever as relações que se estabelecem entre o enunciado e os diferentes elementos constitutivos do quadro enunciativo, que são:

- Os protagonistas do discurso (emissor-destinatário).
- A situação de comunicação.
- Circunstâncias espaço-temporais.
- Condições gerais da produção/recepção da mensagem: natureza do canal, contexto sócio-histórico, contratos do universo do discurso etc.

De forma estrita, a lingüística da enunciação considera como fatos enunciativos, os traços lingüísticos da presença do locutor em seu enunciado; os lugares de inscrição e as modalidades da existência da subjetividade na linguagem, subjetividade essa que é onipresente, pois todas as escolhas implicam o locutor --- contudo em diferentes graus.

A autora faz as seguintes observações preliminares:

Toda unidade lexical é, em certo sentido, subjetiva, já que as palavras da língua são símbolos que substituem e interpretam as coisas, contudo, não se pode

deixar de observar que todas as palavras conotam, em diferentes graus, as diferentes práxis (tecnológica, sócio-cultural) características da sociedade que as utiliza e portam todo tipo de julgamento interpretativo da comunidade.

Para a autora, quando um sujeito da enunciação enfrenta o problema da verbalização de um objeto referencial, real ou imaginário, e, para fazê-lo, deve selecionar certas unidades do estoque lexical e sintático que o código lhe oferece, ele tem a possibilidade de escolher entre dois tipos de formulação, o discurso objetivo e o subjetivo.

O discurso objetivo é aquele que busca apagar todos os traços da existência de um enunciador individual. O discurso subjetivo, por sua vez, é aquele em que o enunciador se mostra explicitamente ou se coloca implicitamente como fonte avaliativa da afirmação. É importante que se esteja ciente de que o eixo de oposição objetivo/subjetivo não é dicotômico, mas gradual.

Orecchioni, após essas considerações preliminares sobre a carga de subjetividade da linguagem, trata de alguns lugares em que a subjetividade se inscreve. São eles:

### **1.7.1 Os dêiticos**

Os dêiticos são definidos pela autora como as unidades lingüísticas cujo funcionamento semântico-referencial (seleção na codificação e interpretação na decodificação) implica que se considerem certos elementos da situação de comunicação, como o papel dos actantes do enunciado no processo de enunciação e a situação espaço-temporal do locutor em relação ao alocutário. Entre os dêiticos, estão os pronomes pessoais, os demonstrativos, a localização temporal e a espacial.

## 1.7.2 Os subjetivemas

As seleções lexicais são realizadas pelo enunciador. Por essa razão, deixam no texto a presença da subjetividade do enunciador.

### 1.7.2.1 Os substantivos

A autora trata das palavras que são intrinsecamente substantivos, e que possibilitam pôr o problema em termos valorativos e pejorativos, aos quais denomina de *axiológicos*. Para nomear um indivíduo, pode-se usar: um termo que exprime uma propriedade objetiva (denominação absoluta). Por exemplo: *é um professor*. Ou pode-se utilizar um termo que reúne dois tipos de informação indissociáveis, dado ao denotado pelo sujeito da enunciação: uma descrição do denotado e um julgamento avaliativo, de apreciação ou depreciação. Por exemplo: *é um imbecil / é um gênio*.

### 1.7.2.2 Os adjetivos

A autora trata dos adjetivos, diferenciando-os em adjetivos objetivos (*macho/fêmea*) e subjetivos, que se distinguem em afetivos (*pungentes*) e avaliativos, esses se diferenciando em não axiológicos (*grande*), axiológico (*bom*). No estudo da enunciação, interessam somente os adjetivos afetivos e avaliativos (axiológicos ou não), pois são eles que revelam a subjetividade da linguagem.

Os adjetivos afetivos são os que enunciam, ao mesmo tempo, uma propriedade do objeto que eles determinam e uma reação emocional do sujeito enunciador diante desse objeto.

Há entre os valores afetivos e axiológicos algumas afinidades. Muitas vezes eles se justapõem (*p. ex. admirável-desgastante*) e, nesse caso, podem ser considerados afetivos-axiológicos. Outras vezes adjetivos, que são fundamentalmente afetivos ou axiológicos, poderão, de acordo com o contexto, portarem uma conotação axiológica ou afetiva.

Os adjetivos não axiológicos são os que, sem produzir julgamento de valor nem afetivo do locutor, implicam uma avaliação qualitativa ou quantitativa do objeto denotado pelo substantivo que eles determinam e cuja utilização se fundamenta nesse aspecto, sobre uma dupla norma: é específico do locutor e é interno ao objeto suporte da qualidade.

O uso dos adjetivos axiológicos também implica uma dupla norma: interna à classe do objeto suporte da propriedade --- as modalidades de uma propriedade podem modificar conforme a natureza do objeto ao qual predicamos essa propriedade --- e interna ao sujeito da enunciação e referente a seus sistemas de avaliação (estética, ética etc).

Os adjetivos axiológicos são duplamente subjetivos: na medida em que seu uso muda conforme a natureza particular do sujeito da enunciação, do qual reflete a competência ideológica; na medida em que exprimem, da parte do enunciador, uma avaliação favorável ou contrária ao objeto denotado.

### **1.7.2.3 Os verbos subjetivos**

Para Orecchioni, o estudo dos verbos subjetivos implica diferenciar:

1. se quem faz o julgamento avaliativo é o locutor – é o caso dos verbos subjetivos propriamente ditos; ou um actante do processo – em geral o agente, que, em alguns casos, pode coincidir com o sujeito da enunciação.

2. se a avaliação recai sobre o próprio processo (e conseqüentemente sobre seu agente); ou sobre o objeto do processo – que pode ser uma coisa ou um indivíduo: *X detesta Y*.

3. qual a natureza do julgamento avaliativo, que pode ser formulado em termos de bom/mal (no eixo axiológico); ou verdadeiro/falso/incerto (quanto à modalização).

Orecchioni classifica os verbos subjetivos em:

A – Os verbos subjetivos ocasionais (que não implicam um julgamento avaliativo, exceto se estiverem conjugados na primeira pessoa.). Nesse grupo, estão os que implicam:

1. Avaliação do tipo bom/mau = verbos de sentimento, verbos que denotam um comportamento locutório: verbos de petição, de louvor, de censura.

2. Avaliação do tipo verdadeiro/falso/incerto = verbos de percepção, verbos de opinião.

B – Verbos intrinsecamente subjetivos. Neste grupo encontram-se os que implicam:

1. Avaliação do tipo bom/mau --- dirigindo-se ao próprio processo ou a um dos seus actantes.

2) Avaliação do tipo verdadeiro/falso/incerto – verbos de opinião e de julgamento, verbos locutórios.

#### **1.7.2.4 Advérbios subjetivos**

Para Orecchioni, como a classe dos advérbios oferece exemplos de todos os tipos de unidades subjetivas (termos afetivos e avaliativos, axiológicos ou não), os modalizadores nessa classe são representados intensamente.

#### **1.7.3 Princípios para o exame da inscrição da subjetividade**

Segundo a autora, alguns princípios intervêm para que sejam constituídas diferentes subclasses.

--- Modalidades de Enunciado x de Enunciação:

- Modalidade de enunciação --- relaciona-se ao sujeito (que fala ou escreve).

- Modalidade do enunciado --- relaciona-se ao sujeito do enunciado, eventualmente confundido como sujeito da enunciação.

--- Modalizadores que implicam um “Julgamento da verdade” (*talvez, provavelmente, com certeza*) frente aos modalizadores que implicam um “juízo sobre a realidade” (*realmente, verdadeiramente, de fato*).

Enfim, para a autora, os dêiticos, substantivos, adjetivos, verbos e advérbios são os lugares que mais parecem portar a subjetividade. (pág. 156)

Segundo Orecchioni, outros lugares também podem ser usados na inscrição da subjetividade da linguagem. São eles:

- a intervenção por seleção;
- a organização hierárquica das informações;
- a subjetividade afetiva;
- a subjetividade do tipo interpretativo, ou seja, a denominação lexical ou perifrástica.

Conforme a autora, até as denominações consideradas “objetivas” são “subjetivas” na medida em que há sempre variadas unidades lexicais que podem nomear o objeto, pois o objeto é constituído de um conjunto quase ilimitado de propriedades das quais somente algumas serão apreendidas sob a forma de semas para a unidade significante denotada.

Denominar é, portanto, escolher, num paradigma denominativo. Assim, a operação denominativa jamais é ingênua, pois toda designação é tendenciosa e, ao selecionarmos uma lexia para a denominação, ao mesmo tempo estamos selecionando certas propriedades do objeto denominado, e apagando outras.

O emissor responde pelas escolhas denominativas e intervém também no relacionamento de fatos que não são imediatamente apresentados, no nível referencial, como associados, usando para tanto de procedimentos como o estabelecimento de paralelismo, de relações lógicas e de sistemas de oposição.

Para Orecchioni, os subjetivemas formam um conjunto de fatos bastante heterogêneos para que se possa calcular o grau de subjetividade que um determinado texto encerra. Contudo, a descrição dos subjetivemas possibilita, em certa medida, avaliar comparativa, quantitativa, e qualitativamente o funcionamento enunciativo de dois itens, sequências, unidades ou conjuntos textuais determinados.

Para a autora, toda análise de discurso deve começar por definir o estatuto intra-textual dos diferentes actantes da enunciação:

a) Estatuto lingüístico do locutor: quais são os graus e modalidades de sua presença no enunciado? A partir daí, pode-se estabelecer as seguintes distinções:

- Presença explícita, intervenção direta por meio do significante “eu” (ou de uma de suas variantes);
- Presença indireta, por meio de expressões afetivas, interpretativas, avaliativas, modalizadoras, axiológicas – na medida em que o contexto demonstre que não possa ser tomada por outro actante do enunciado; portanto, que pressupõe necessariamente uma instância discursiva autônoma.
- Presença que se explicita, enfim, através do conjunto de escolhas estilísticas e da organização do material verbal, pois, de certa forma, a figura do locutor se inscreve sempre, na superfície ou vem elaborada, no enunciado.

b) Estatuto lingüístico do alocutário

Se o papel enunciativo do alocutário é sempre mais reduzido, não se pode esquecer de que é ele que determina a atitude da locução. Temos, em função do alocutário, a função fática, que visa verificar o contato e a função conativa, que busca agir sobre o destinatário.

A presença do alocutário pode se manifestar explicitamente, com o uso de vocativos e imperativos. Também pode se manifestar através da interrogação, que permite estimular a curiosidade do destinatário.

Mais sutilmente a presença do destinatário se inscreve, enfim, na totalidade do material lingüístico que constitui o enunciado, que o locutor elabora de maneira a ser compreendido pelo alocutário e de acordo com os objetivos ilocutórios. É essa totalidade do enunciado que constrói, indiretamente, certa imagem que o locutor faz do alocutário.

Os traços de inscrição do destinatário no enunciado pode se inscrever, ainda: no grau de explicitação das informações enunciadas, sendo que todo uso denominativo pressupõe que o locutor julga o alocutário capaz ou não de identificar o denotado correspondente; na escolha do aparelho estratégico, afetivo ou argumentativo colocado em uso pelo locutor para agir de acordo com os objetivos ilocutórios sobre o alocutário; e no próprio conteúdo do enunciado.

#### **1.7.4 O sujeito enunciador**

Orecchioni, no que diz respeito ao sujeito discursador, afirma que toda produção discursiva pressupõe a existência de um sujeito produtor que se inscreve num enunciado diretamente (com a ajuda do significante “Eu” – esse EU vindo linguisticamente anular, para lhes reduzir ao denominador comum aqueles que fala, as diferenças substanciais que existem entre X e Y, fontes emissoras das mensagens) ou indiretamente (no uso, por exemplo, dos afetivos e avaliativos).

Em outras palavras, convém, ao mesmo tempo, distinguir e considerar como o reflexo um do outro, os sujeitos: textual (aquele que se constrói no e pelo enunciado) e extratextual (aquele de onde se originam os significantes fônicos e gráficos).

No discurso comum, “Eu” é automaticamente identificado como designando a pessoa que fala (salvo no estilo indireto e citação explícita). Mas essa afirmação perde grande parte de sua pertinência quando se trata do discurso literário.

## 1.8 O “eu” do discurso literário

A respeito do problema do discurso literário e de ficção, segundo Orecchioni, pode-se afirmar que fora do caso em que autor dá explicitamente a palavra aos actantes do enunciado, não é o autor, num texto literário, que denota o EU. É, mais especificamente, o narrador, cuja existência pode, por outro lado, estar concentrada no locutor que assume a tarefa dos enunciados “ordinários” e conforme ele se apropria abertamente do “EU” ou mantém-se simplesmente como testemunha invisível dos fatos narrados, porém o autor encontra-se pressuposto pela própria narração, já que ela nos impõe o ponto de vista implícito ou explícito.

Quer dizer que o discurso literário se caracteriza pelo desdobramento das instâncias enunciativas:

Autor --- narrador --- narratário --- leitor

Segundo a autora, de fato, assim como no pólo da emissão do enunciador se desdobra em sujeito extratextual (o autor) e um sujeito intratextual (o narrador, responsável pelos conteúdos narrados), assim também o leitor efetivo se duplica de um receptor fictício que se inscreve explícita ou implicitamente no enunciado (o narratário). Como o narrador, o narratário é um dos elementos da situação narrativa e se coloca necessariamente, simultaneamente no nível diegético, ou seja, ele não se confunde com o leitor (mesmo virtual) assim como o narrador não se confunde necessariamente com o autor.

É, por conseguinte, preciso, para dar conta do dispositivo enunciativo em que se inscreve a narrativa literária, fazer intervir dois níveis “diegéticos” sobrepostos:

- o dos actantes extradiegéticos (autor --- leitor) --- reais, mas linguisticamente virtuais.
- o dos actantes extradiegéticos (narrador --- narratário), fictícios, mas linguisticamente reais.

A relação existente é a mesma entre o narratário e o leitor, e entre o narrador e o autor: os actantes intradieгéticos são máscaras, quer dizer, são ao

mesmo tempo representantes dos actantes extradiegéticos e suas máscaras: eles funcionam como telas que se interpõem entre o autor, o leitor e o texto.

### **1.8.1 As diferentes cronologias da enunciação**

Orecchioni afirma também que o problema da temporalidade narrativa obriga, semelhantemente, a distinguir os níveis intra- e extra-diegético, e mais especificamente:

#### a) A cronologia da codificação

1. Nível textual = tempo da escritura do narrador fictício.
2. Nível extratextual = cronologia do trabalho efetivo de escritura.

#### b) Cronologia da decodificação

1. Nível textual = temporalidade do narratário (quando ele se inscreve no enunciado). Essa temporalidade pode coincidir com a do narrador (“leitor, conversemos juntos...”) ou ser apresentada como posterior (“quando você ler essas linhas...”)

2. Nível extratextual = cronologia da decodificação efetiva, que varia a cada leitor e acontece em um momento necessariamente posterior ao da codificação efetiva.

#### c) Cronologia dos significantes textuais

Que se sucedem linearmente no enunciado: essa cronologia, de natureza puramente verbal, é a única que escapa à oposição textual/extratextual.

#### d) Cronologia dos fatos narrados

É evidente que a cronologia dos fatos narrados não coincide necessariamente com a cronologia dos significantes textuais (flash back, por exemplo), e não coincide também com a cronologia da codificação e podemos distinguir quatro tipos de

narração: ulterior (posição clássica da narrativa do passado, sem dúvida a mais frequente; anterior (narrativa predicativa, geralmente no futuro, mas que nada impede de conduzir o presente); simultânea (narrativa no presente contemporâneo da ação) e intercalada (entre os momentos da ação).

Segundo a autora, a instância do narrado também se desdobra:

1. Nível textual = cronologia “diegética” = cronologia dos fatos tal como a podemos reconstituir a partir do que diz o texto.

2. Nível extratextual = cronologia dos fatos tal como eles efetivamente se desenvolvem ou talvez como, temos boas razões para pensar, eles são ou serão efetivamente desenvolvidos.

Segundo a autora, essa digressão sobre a temporalidade nos permite ver que as considerações extratextuais – através de intertextos e interdiscursos -- são pertinentes e como se articulam a problemática do narrador (doador da narrativa) e do autor (que executa efetivamente o trabalho escritural). Lembrando que autor e narrador, assim como leitor e narratário são sempre instâncias distintas. Cabe lembrar, ainda, que esses conceitos servem para descrever a relação que se instaura entre a cronologia do narrado e do narrador (e não do autor).

### **1.8.2 Sujeito da enunciação**

Segundo Orecchioni, o sujeito da enunciação não é uma entidade psicológica homogênea e monolítica, mas um objeto complexo, autônomo e determinado, em que combinam caracterizações ao mesmo tempo individuais, sociais e universais, em que convergem discursos heterogêneos e difusos que derivam de suas estruturas conscientes e inconscientes, de sua cultura intertextual, de seu saber referencial, de seu papel social.

Trata-se de um sujeito “dependente” de contratos de natureza variável (psicológica, ideológica, social, cultural) que condicionam marcadamente seu

discurso. É dependente também e sobretudo dos contratos do sistema linguístico que pesam sobre suas decisões discursivas.

Para a autora, é importante num conceito de “sujeito” da enunciação.

1. A intenção significativa do emissor só existe, se for identificada como tal pelo receptor.

2. Os mecanismos interpretativos integram geralmente uma hipótese formulada pelo receptor, sobre o projeto semântico-pragmático do emissor.

### **1.9 Critério de segmentação do texto-produto para análise**

Para Orecchioni, um texto não é uma entidade enunciativa homogênea. Ele se apresenta , em geral, como uma sucessão de isotopias enunciativas que se opõem umas às outras pela natureza e/ou modalidade de inscrição do locutor no enunciado.

Assim, analisar em um texto o aparelho de sua enunciação é, de início, identificar quem fala nesse texto. O trabalho de identificação das diferentes camadas enunciativas cuja sedimentação produz o texto nem sempre é fácil, porque nem sempre estão claramente marcadas.

Segundo a autora, apenas após ter efetuado a divisão do texto em sequências homogêneas do ponto de vista de sua fonte enunciativa (identificação de quem fala em cada sequência) é que se pode realizar a análise das modalidades de inscrição dessa fonte nos enunciados.

Trata-se de ver quais são os variados tipos de subjetividade que aí se encontram investidos e de perseguir as eventuais “modulações enunciativas” (passagem do discurso objetivo ao subjetivo e vice-versa, de uma forma a outra de subjetividade discursiva) os quais podem ou intervir no interior de uma mesma sequência (a sequência estando aqui definida em relação à fonte enunciativa que a assume), ou corresponder a uma mudança da instância emissora. Trata-se,

portanto, de modulações internas à produção de uma mesma fonte e de modulações correlativas de uma mudança de fonte.

### 1.10 A adivinha

Segundo Jolles (1930), sabe-se o que é uma adivinha, o que significa adivinhar --- na maior parte do tempo; devemos tal conhecimento aos jogos infantis, à seção de passatempo de nossos jornais e revistas.

Segundo o autor, a pergunta e a resposta da adivinha diferencia-se das do mito na medida em que o mito é a forma que reproduz a *resposta* e a adivinha mostra a pergunta. Assim, o mito é uma resposta que contém uma questão prévia, já a adivinha é uma pergunta que pede uma resposta.

Segundo Jolles, pode acontecer que a adivinha seja formulada de tal maneira que o adivinhador se revele incapaz de a adivinhar; pode ser até que a solução correta se tenha perdido. Mesmo assim, o adivinhador conhece perfeitamente que essa solução existe – ou deve ter existido – e que alguém a conhece (ou conheceu), pois “uma adivinha insolúvel não é uma adivinha” (p. 111).

Conforme o autor, não só o adivinhador sabe que a solução é (ou foi) conhecida por outrem, mas essa forma é tal que ele não consegue deixar de ter a certeza de que também é capaz de resolvê-la. Convicção que se converte logo em outra certeza: a de que deve descobri-la.

Conforme o autor, pode-se designar tal disposição mental usando a palavra-chave *saber*. Enquanto no Mito, o homem interroga o universo e seus fenômenos sobre a natureza profunda deles, e o universo dá-se a conhecer numa resposta, na adivinha, o homem já não está em relação com o universo: “há um homem que interroga outro homem e de modo tal que a pergunta obriga o outro a um saber.” (p. 111)

De acordo com Jolles, um dos dois possui o saber, é a pessoa que sabe, o sábio; um interlocutor o enfrenta e é conduzido, pela pergunta, a pôr em jogo suas forças, para chegar a possuir também o saber e apresentar-se ao outro como sábio.

Tal saber está presente desde o momento em que a pergunta foi formulada e não há meio de arrancar a uma pergunta sua resposta.

Conforme o autor, na forma do Mito, somos os indagadores; na Adivinha, somos os indagados --- e de tal maneira que devemos responder. “É por isso que o Mito ostenta as cores da liberdade, a Adivinha as do constrangimento; por isso o Mito é atividade, a Adivinha passividade. É por isso também que o Mito alivia enquanto a Adivinha oprime. E não é por mero acaso que o equivalente em velho-alto alemão de Adivinha era a palavra *tunkal*, que significa “a coisa tenebrosa” (p. 112).

Segundo o autor, no Mito e na Adivinha o feixe de significados amarra-se na confluência da pergunta e da resposta, lugar em que a pergunta se resolve em resposta. Contudo “essa confluência, que no Mito era a verdade de uma profecia, torna-se na Adivinha a decifração de um enigma.” (p. 112).

Jolles esclarece que Laistner foi quem trouxe, para o estudo da Adivinha, o conceito de exame, pois, de modo semelhante, encontra-se o sábio, aquele que formula uma pergunta e obriga outra pessoa a saber e a responder, ou fracassar. No caso da Adivinha, a pergunta já está condicionada por um saber e o impõe como condição indispensável. Trata-se de um diálogo em que o interrogador conhece antecipadamente as respostas e caso o interrogado responda de maneira correta, não é a própria sabedoria que lhe resulta das respostas, mas o saber do candidato.

Segundo o autor, todas as adivinhas são cruciais na medida em que comportam o dever de resolvê-las. A atividade do adivinhador é a de decifrar; contudo, só se pode decifrar aquilo que foi cifrado, portanto, a atividade daquele que propõe a adivinha é cifrar.

Segundo Jolles, o interrogador é quem sabe, é quem se encontra no lugar do saber. Por outro lado, o adivinhador revela, ao adivinhar, que está em igualdade de sabedoria com seu interrogador. “Considerada em seu todo, a adivinha é, portanto, do lado do interrogador, uma inquirição do adivinhador e um modo de pressioná-lo para que se mostre igual a quem examina”.

Assim, o adivinhador é submetido a uma prova. “Daí resulta que a verdadeira e única finalidade da adivinha não é a solução, mas a resolução. Sendo a resposta sobejamente conhecida do interrogador, não há, de sua parte, grande empenho em voltar a ouvi-la; o que lhe importa é ver o interrogado em situação de dar-lhe resposta e pressioná-lo para que dê” (p.116)

Conforme Jolles, a diferença essencial que separa o Mito da Adivinha é que, no Mito, o sentido da resposta está exclusivamente nela; na Adivinha, apresenta-se, pelo contrário, uma pergunta com a finalidade de averiguar se o interrogado possui certa dignidade e, uma vez dada a resposta, a pergunta prova que o interrogado é dotado dessa dignidade.” (p. 116)

Segundo o autor, a adivinha moderna é um meio de pôr à prova a perspicácia do adivinhador. Pode-se dizer que o interrogador consubstancia um grupo aglutinado pelo saber, o adivinhador é aquele que aspira a ter acesso a essa sabedoria, a ser admitido nesse grupo e que, pela sua resposta, prova estar apto à admissão. “A solução é, pois, a fórmula, a palavra de passe, que dá acesso a um domínio fechado”(p. 116).

Para Jolles, a Adivinha é, portanto, determinada dos dois lados ao mesmo tempo: o interrogador deve cuidar de que, ao decifrar a questão cifrada, o adivinhador demonstre sua dignidade e sua igualdade de valor.

Segundo Jolles, a natureza de um grupo vinculado assim pela sabedoria são de um gênero tal que se constituem de iniciados e cumpre passar por uma iniciação para ser admitido neles. Tendo afirmado que a Adivinha é uma palavra de passe, pode-se acrescentar que ela dá acesso a essa iniciação fechada.

Para Jolles, se partirmos das inúmeras adivinhas formuladas no cotidiano por crianças e adultos, é ilimitado o número de objetos transformados em adivinhas dos modos mais diversos. A Etnografia, contudo, estabelece uma diferença entre as adivinhas que se oferecem na “seção de passatempos” e as que ela coleciona e compila, as chamadas “adivinhas verdadeiras”, ou ainda as “adivinhas populares”. O motivo da diferenciação feita pela Etnografia se encontra no fato de que as primeiras, uma vez adivinhadas e uma vez publicada a solução do número seguinte, serem esquecidas, ao passo que as outras “fazem parte do folclore” e “têm curso permanente”, nunca deixam de ser apresentadas.

Conforme o autor, as adivinhas verdadeiras não podem ser ilimitadas nem arbitrarias. “Só se pode cifrar o que a iniciação encerra: o segredo que ela protege e dissimula, ao mesmo tempo. (...) Logo, é o sentimento de fechamento que determina o que deve ser cifrado” (p. 118). Pode-se dizer que a finalidade da adivinha consiste, meramente, em pôr à prova o interrogado pelo interrogador, e a pergunta é sempre uma decifração. O interrogador possui o saber e encarna o grupo ou

associação, assim, o sentido da associação e o objeto cifrado para o não-iniciado constituem o saber como posse.

Segundo Jolles, o objeto da cifra é determinado e condicionado pelo sentido de fechamento e de clandestinidade do grupo, portanto, é forçosamente necessário que esse objeto seja redigido na linguagem do grupo. Dessa forma, o exame consiste, em primeiro lugar, em esclarecer se a pessoa de fora compreende a linguagem do iniciado.

Esclarece Jolles que Porzig tratou a natureza dessa linguagem especial. Para Porzig, a diferença entre a língua especial e a comum é que esta “apresenta as coisas imediatamente, tal como elas são e em termos absolutos; logo, é estritamente unívoca, ao passo que a língua especial restitui o sentido às coisas, suas implicações internas e seu significado profundo; portanto, é (...) plurívoca.” (pág.121)

Segundo Jolles, toda e qualquer língua especial torna-se incompreensível para as pessoas de fora.

Essa propriedade de ambigüidade, essa aptidão para a incompreensibilidade, é o que a Adivinha, como forma, se propõe refletir, por assim dizer. Ela não apenas é redigida na língua especial de um grupo como redigida de modo a dar ao não-iniciado a impressão de ser incompreensível. (p. 124)

Conforme Jolles, a expressão da Adivinha é a língua especial, mas esta não adota necessariamente a forma da adivinha, na medida em que só se torna adivinha ao tornar-se uma pergunta, assim, quando se fala “pé da montanha”, isto é língua especial, mas não é adivinha, torna-se porém adivinha quando se pergunta: “O que é que tem um pé e não pode caminhar?”

Segundo Jolles, quanto à relação existente entre o interrogador e o adivinhador, a Adivinha não é apenas uma representação cifrada da clandestinidade do grupo; é também uma defesa. Os gregos tinham duas palavras para a Adivinha aínigma e griphos, na primeira está implícito o fato do ciframento, na segunda, que significa propriamente ‘rede’, tem-se a sugestão de rede que aprisiona e cujos nós emaranham aquele que nela fica retido.

Segundo Jolles, “a adivinha artística” e a “adivinha popular”, atualmente, não passam de meros jogos. “Os conceitos de grupo e de clandestinidade foram praticamente abolidos da nossa sociedade e a noção de língua especial, em sua acepção mais profunda, foi retirada da linguagem”. (p. 126)

A esse respeito, Jolles cita Porzig:

Exigimos que os conceitos científicos mais abstratos sejam, ao mesmo tempo, a designação inequívoca dos fatos. Os termos científicos poderiam e talvez devessem ser algo mais que o nome de realidades efetivas, independentemente do que pensem certos meios científicos ditadores de determinadas orientações, tão poderosa é ainda, na cultura ocidental, a corrente que se opõe às línguas especiais.

E esclarece que “o saber como propriedade universal, como objeto que se deve adquirir, se possível, sob todos os ângulos, repeliu o saber cifrado, o saber como poder.” (p. 126)

O autor afirma que, em contrapartida,

onde quer que sobreviva o grupo clandestino, ainda que, como simples vestígio, reencontramos a verdadeira adivinha” (...) “sempre que as pessoas de fora não reconhecem um grupo segundo seu sentido próprio e segundo seu fechamento, elas invertem as relações e acusam o grupo de malfeitoria. (p. 126-127)

## 1.11 Grau, sistema e funcionalismo

Durante o estruturalismo e o gerativismo a gramática da língua e seu léxico foram estudados fora de uso. A partir da segunda metade do século XX, com o pragmatismo, a língua passou a ser estudada no seu uso efetivo. Dessa forma, o texto e o discurso tornaram-se objeto de atenção dos lingüistas.

Os resultados obtidos propiciaram que se definisse uma teoria designada gramaticalização. Segundo Gonçalves et al. (2007), a gramaticalização é entendida como as alterações de propriedades de uma unidade lingüística que promovem a alteração de seu estatuto categorial.

Dessa forma, palavras de uma categoria lexical plena (nomes, verbos e adjetivos) podem passar a integrar a classe das categorias gramaticais (preposição, auxiliares, afixos, etc).

Em síntese: lexema > gramema;

gramema > lexema;

gramema > + gramema;

lexema > + lexema.

Neste capítulo, em síntese, a fundamentação teórica apresentada, baseada em Van Dijk (1983), trata do texto e de sua estrutura complexa (microestrutura, macroestrutura, superestrutura e base de texto); das categorias canônicas da narrativa (Apresentação, Conflito, Resolução, seguida ou não da Avaliação); das Categorias Analíticas (Sociedade, Cognição e Discurso).

Trata, ainda, também baseada em Van Dijk, do discurso, que é definido por um contexto discursivo que se define por participantes, suas funções e ações e apresenta-se como um esquema mental, memorizado pelas pessoas que o conhecem (o gênero).

Outra questão abordada, neste capítulo diz respeito à problemática da leitura textual, tendo por base a pesquisa de Cavalcanti (1989) acerca dos *itens lexicais chaves*, que produzem as saliências textuais, que orientam o leitor em sua leitura. Para o tratamento da linguagem poética, que Cavalcanti não tratou especificamente, baseamo-nos em Jauss (1996), que aponta uma trajetória eficaz de leitura do poético a partir das leituras heurística, hermenêutica e de reconstrução histórica.

Também tratamos, baseados em Maingueneau (1989), da dissemetria entre as posições do enunciador e do co-enunciador. Baseados em Koch (2004), tratamos da intertextualidade (explícita e implícita) e da polifonia. Novamente baseando-nos em Van Dijk (1983), tratamos do conhecimento avaliativo (individuais: esquemas mentais e de grupo: “marco de cognição social”), para dar conta do fato de que no texto a argumentação visa a modificação do saber do outro.

Tratamos, ainda, baseados em Orecchioni (1996), da subjetividade da enunciação, que se define como a inserção do locutor em sua fala.

Outra noção estudada nesta dissertação, tendo por base Jolles (1930), diz respeito à Adivinha, tipo de texto em que um homem questiona outro homem para que este rompa com o saber velho e aceite um novo saber, o saber de que formula a Adivinha.

E finalizamos a fundamentação teórica, propícia a dar conta da leitura do texto literário elaborado em linguagem poética, da enunciação de Guimarães Rosa, com uma noção acerca da “gramaticalização” (Gonçalves et al. (2007), definida pelo processo pelo qual ocorre a alteração do estatuto categorial de determinada unidade lingüística).

Essas bases teóricas são retomadas nas análises dos capítulos que seguem.

## CAPÍTULO II

### REPRESENTAÇÕES DE GUIMARÃES ROSA

Neste capítulo, tratamos de aspectos da vida de Guimarães Rosa e do livro *Tutaméia*, em que há quatro prefácios. Seleccionamos o primeiro prefácio para análise, por ocupar, no início da obra, o posicionamento tradicional do prefácio, bem como por, dentre o conjunto de prefácios do livro, ser estruturado como um prefácio, uma vez que os demais, dispostos ao longo da obra, assemelham-se mais a estórias.

Trata-se da reformulação de um trabalho já realizado (Ramos, 2008), para servir, nesta dissertação, como sistema de referências do qual partimos para a análise, nos capítulos seguintes, do conto “João Porém, o criador de perus”.

#### **2.1. Uma representação de João Guimarães Rosa: a sua vida**

Vilma Guimarães Rosa (1999) apresenta-nos Cordisburgo, terra natal de seu pai, nascido em 27 de junho de 1908: “era a linha reta de uma rua, poucas casas muito simples, a pequenina igreja, um céu puro, muito azul. E a vastidão dos campos a se estender, sem limites visíveis.” (p.51)

João Guimarães Rosa foi o filho mais velho de Francisca Lima Guimarães e Florduardo Pinto Rosa, comerciante abastado que guardava na memória coleção fabulosa de expressões e casos relativos à tradição sertaneja, tornando-se, mais tarde, fonte a quem o escritor sempre recorreria.

Após o aprendizado das primeiras letras e um curto tempo de internato no Santo Antônio, em São João Del Rei, foi para Belo Horizonte, no Colégio Arnaldo.

Descobriu muito cedo a literatura. Também se interessava pela botânica, pela entomologia e pela geologia. Coursou medicina. Casou-se com Lígia Cabral Penna, com quem teve duas filhas.

Serviu como médico voluntário da Força Pública, durante a revolução Constitucionalista de 1932. Nessa época, estreitou amizade com Juscelino Kubitschek, então médico chefe do Hospital de Sangue. Posteriormente, entrou para o quadro da Força Pública e, em Barbacena, foi promovido a capitão médio do 9º. Batalhão de Infantaria.

Começou a estudar russo e aperfeiçoou-se neste idioma por intermédio de antigos oficiais do Exército Czarista que haviam ido a Barbacena, como componentes do Coro dos Cossacos. Foi um nissei que trabalhava na Companhia de Força e Luz quem lhe transmitiu os primeiros ensinamentos de japonês. Ainda estudante, quando trabalhava no Departamento de Estatística, o diretor do serviço sugeriu-lhe que aprendesse o esperanto.

Segundo sua filha, “a angústia provocada pela sua extrema sensibilidade, no convívio com a doença e a morte que algumas vezes, apesar de seus esforços, não conseguia impedir, levou-o a abandonar a Medicina.” (p. 60). Nesse momento, já conseguira prêmios literários, competindo em concursos da revista O Cruzeiro.

Em 1934, quando trabalhava no Serviço de Proteção ao índio, dispôs-se ao ingresso no Itamarati. Após o estágio na Secretaria do Estado, no Rio, designaram-lhe o consulado em Hamburgo.

Segundo Vilma Guimarães Rosa, “não era de paz o clima europeu. Na Alemanha, queimavam-se livros, proscreviam-se escritores.(...) Inúmeros intelectuais deixavam a Alemanha”. (p. 62). Guimarães Rosa era na época um jovem cônsul brasileiro que, em seus relatórios, protegia aqueles que desejavam emigrar para o Brasil, judeus e não-judeus.

Sobre sua vivência na Europa à época do nazismo, esclarece-nos George Otte (2006) que Guimarães Rosa não se manteve indiferente ao nazismo e indignou-se com a proibição do acesso de crianças judias a uma praça pública. Em momento algum manifestou compreensão pelo regime nazista e colaborou para a fuga de judeus para o Brasil, ao emitir, com a segunda esposa, Aracy de Carvalho

Guimarães Rosa, mais vistos do que as cotas legalmente estipuladas. Como prova de sua colaboração, Aracy é a única mulher homenageada no Museu do holocausto, em Israel.

Entre 1939 e 1942, serviu como correio-verbal das mensagens cifradas, entre as representações de Berlim e Lisboa. Nessa época, Guimarães teve sua casa destruída. Tendo saído, ao retornar encontrou somente escombros deixados pelas bombas. Ficou internado, em 1942, em Baden-Baden, à espera de que o Brasil e a Alemanha, já em guerra, trocassem diplomatas por diplomatas. Segundo sua filha, Guimarães Rosa guardava lembrança comovida do sofrimento visto e vivido, inclusive da tensão vivida em sua viagem de retorno ao Brasil no navio Diplomatic.

Seu primeiro livro, *Contos*, já havia concorrido, em 1937, ao Prêmio Humberto de Campos, da Livraria José Olympio Editora, e alcançou o segundo lugar. João Guimarães Rosa levou mais sete anos reescrevendo esse livro.

Após a volta ao Brasil, o jovem diplomata foi designado para a embaixada brasileira em Bogotá

Em abril de 1946, *Sagarana* é publicado e consagrado pela crítica como uma importantíssima obra de ficção. Guimarães Rosa é convidado para chefe-de-gabinete do ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura. Foi então membro da Delegação à Conferência da Paz, em Paris. Voltou à Bogotá, em 1948, como secretário-geral da Delegação Brasileira à IX Conferência Interamericana. E no mesmo ano foi nomeado conselheiro de Embaixada, em Paris, onde serviu até 1951.

Em 1953, já chefiava a Divisão de Orçamento do Itamarati. Em 1958, foi promovido a embaixador, recusou postos disputados no exterior para continuar em suas funções no ministério, bem como prosseguir em sua atividade como escritor. Segundo Vilma Guimarães Rosa, seu pai já retomara o contato com a terra brasileira em duas ocasiões marcantes: uma visita a Minas Gerais, em 1945, e uma excursão ao Pantanal de Mato Grosso, que lhe inspirou a reportagem “Com o Vaqueiro Mariano”, publicada no Rio e em São Paulo.

Em 1956, já havia lançado as novelas de *Corpo de Baile*. Foi neste ano que publicou o *Grande Sertão: Veredas*, seu único romance, que resultou em vários

prêmios para Guimarães Rosa, que, em 1961, recebeu o “Prêmio Machado de Assis”, da Academia Brasileira de Letras, para o conjunto de obras.

Em 1962, publica *Primeiras Estórias*. Nesse ano, assume a chefia de Demarcação de Fronteiras, do Itamarati, tendo ajudado a resolver problemas de importância internacional relacionados com nossas fronteiras. Em 1965 e 1966, participou da resolução de problemas surgidos com o Pico da Neblina e o Salto de Sete Quedas.

Em 1967, a eleição para a Academia Brasileira de Letras já era de quatro anos e Guimarães Rosa não havia se decidido a tomar posse, pois temia emoções demasiadas.

Nesse ano, problemas de política internacional haviam exigido dele viagens, estudos, debates e pareceres. Foi vice-presidente do Congresso de Escritores, no México.

Em 1967, *Tutaméia* é publicada. Na Europa, lembravam-lhe o nome para o Prêmio Nobel de Literatura.

Guimarães Rosa marcou a data da posse. Segundo sua filha, com o discurso pronto, já pressentia as despedidas. A poucos amigos falou sobre seus receios. Três dias após sua posse morreu de ataque cardíaco. Em seu discurso, deixou a seguinte conceituação para a morte: “As pessoas não morrem, ficam encantadas.”

Deixou-nos sua obra, ambientada no sertão brasileiro, embora, nela, a tendência regionalista assuma característica de experiência universal, inaugurando uma maneira nova de refletir sobre as dimensões da cultura brasileira. Na ficção rosiana, o sertão não tem fronteiras. É o lugar de aprendizado existencial do homem: “o sertão é o mundo”.

Conforme Marli Fantini (2004:30), a escrita rosiana “encena processos de conversação entre várias línguas, entre distintos planos temporais e formações culturais produzidos em âmbito regional, nacional e universal”.

Como se sabe, os fundamentos de sua escrita original resultam das pesquisas realizadas por Guimarães Rosa, não apenas no domínio da mais

consagrada literatura, mas também no âmbito das narrativas populares. São famosos os surrados caderninhos que sempre o acompanhavam em suas viagens pelo sertão, em que o escritor mineiro colecionava as narrativas populares, contadas por pessoas do povo.

Sobre a visão histórico-filosófica do ficcionista, diz Vilma Guimarães ROSA (1999:31) que seu pai se interessava pela realidade do mundo imaterial, bem como pela grande significação das coisas criadas. “Procurava os nexos entre o visível e o invisível, o sensorial e o ultra-sensorial. Simbolismo, ficção e fato, presentes em sua obra, são os aliados que identificam a sua visão histórico-filosófica.”

Acerca do projeto ficcional de Guimarães Rosa, comenta Starling (2006), que se trata do caminho da ficção, que, segundo ela, é um caminho torto num duplo sentido: pelo lado da forma, propício a indicar que existe em toda realidade algo além do que aquilo que denominamos realidade; pelo lado da memória, produzindo um esforço de imaginação, orientado pela fantasia. Desse caminho ficcional fala o próprio autor: “a vida é também para ser lida. Não literalmente, mas em seu supra-senso. E a gente, por enquanto, só a lê por tortas linhas” (Rosa, 2001:30)

## **2.2 Uma representação intertextual de Guimarães Rosa**

*Tutaméia* é uma obra desconcertante, como prova a polêmica travada, na seção de cartas da revista *Pulso*, à época da primeira publicação dos contos em 1965.

Para Vera Novis (1989, p.22), a impressão inicial provocada por essa obra é de perplexidade, pois o conjunto parece desigual: algumas histórias são semanticamente densas e intensamente dramáticas; em alguns contos o que espanta é o fato de praticamente nada ocorrer; em outros, o fio narrativo é muito tênue. Além disso, também causa estranheza haver nele quatro prefácios, caracterizados por humor, excessivo para alguns; dois títulos, que aparecem com posição invertida no final do livro e um glossário com palavras não utilizadas no texto a que se refere.

A primeira estranheza com que nos deparamos é o título da obra, que faz surgir o questionamento de como entendê-lo? Considerando a pesquisa de Nilce Sant'Anna Martins (2001), o neologismo “tutaméia” parece designar o valor irrelevante dado pelo autor a seus contos:

Nome de obra./ (...) Pequena porção, bagatela. // No final do prefácio “Sobre a Escova e a Dúvida”, o Autor acrescenta um pequeno glossário no qual arrola sinônimos: nonada, baga, ninha, inânias, ossos-de-borboleta, quiquiriqui, tuta-e-meia, mexinflório, chorumela, nica, quase-nada; **mea omnia**”. A forma dicionarizada é tuta-e-meia, para a qual J.P. Machado dá a seguinte explicação: “É provável que venha da expressão uma macuta e meia, que, por muito corriqueira, se reduziu, por haplogogia, a uma cuta e meia e, com ou sem a supressão do num. uma e por assimilação do c a t, (uma) tuta e meia. Macuta era moeda de cobre, que tinha curso na África Ocidental portuguesa, com valor de 50 réis (pág.509).

A leitura de “Aletria e hermenêutica”, permite-nos, contudo, considerar que com essa designação nova, Guimarães Rosa refere-se não apenas à valorização de sua obra, mas à problemática do valor da ficção, que, do ponto de vista do que é de fato existente, consistiria “apenas” na materialização em palavras da imaginação artística. Tal consideração, que ora fazemos, se tornará mais clara após a análise do prefácio.

Com esse neologismo, colocam-se em relevo, sobretudo, muitos dos processos de invenção desse livro, cuja elaboração é minimalista. Paulo Rónai (ROSA, 2001:15) nos informa que Guimarães lhe segredou que, em *Tutaméia*,

as palavras todas eram medidas e pesadas, postas no seu exato lugar, não se podendo suprimir ou alterar mais de duas ou três em todo o livro sem desequilibrar o conjunto.

Acerca da engenhosidade do livro *Tutaméia*, lembramos que o mistério das letras de Guimarães Rosa, resultado da operosidade inventiva do ficcionista, exige paciência de quem almeja seu desvelamento, como nos alerta o próprio autor, invocando Shopenhauer (ROSA, 2001:.5): “Daí, pois, como já se disse, exigir a primeira leitura paciência, fundada em certeza de que, na segunda, muita coisa, ou tudo, se entenderá sob luz inteiramente outra”.

O tema nuclear dessa obra é a aprendizagem. Segundo Novis (1989:27) as histórias de *Tutaméia* tratam do percurso dos personagens que, partindo da ignorância, da aflição e do erro chegam ao conhecimento, à paz e à verdade.

### 2.2.1 Os demais prefácios de *Tutaméia*

Ao multiplicar os prefácios, Guimarães Rosa brinca com os limites entre sua atividade de contador de histórias e a de prefaciador, a ponto de não ser muito nítida a separação entre o que seja propriamente prefácio e o que se configura em história.

No primeiro sumário, os prefácios diferenciam-se dos contos apenas pela impressão em itálico, e, somente no índice de releitura, no final do livro, o conjunto dos quatro prefácios ocupa posição diferenciada, no topo.

Segundo Paulo Rónai (ROSA, 2001:17), os prefácios juntos compõem ao mesmo tempo uma profissão de fé e uma arte poética em que o ficcionista analisa a natureza de sua inspiração bem como a finalidade da arte literária.

Guimarães Rosa apresenta-nos quatro maneiras de conceber o fazer artístico: Em “Aletria e hermenêutica”, fixa a hermenêutica de todas as histórias de *Tutaméia*; em “Hipotrérico”, sustenta o direito à existência da palavra inventada; em “Nós os temulentos”, a reflexão é dissimulada, mas se evidencia na fala do protagonista ébrio, agente de transfigurações do real; e, finalmente, em “Sobre a escova e a dúvida”, promove um debate acerca de literatura engajada.

Nesse último, conforme Benedito Nunes (1976:209),

extraem-se as conseqüências do roteiro percorrido e dá-se fecho provisório ao jogo de linguagem, que em dois planos paralelos se produziu na obra --- um nos contos, outro nos prefácios.

Assim, ao se ler esse conjunto de prefácios, verifica-se que, para Guimarães Rosa, o prefácio, embora paratexto, também é ficção, e, sendo assim, há, nele, muito de confissão, mas também de dissimulação.

### 2.2.2 Considerações sobre o primeiro prefácio de *Tutaméia*

“Aletria e hermenêutica” é o primeiro dos quatro prefácios de *Tutaméia*, em que Guimarães Rosa oferece sua definição do pequeno conto.

O termo “aletria” parece dizer respeito às finuras de linguagem, responsáveis pelo efeito de nonsense das “anedotas de abstração” reunidas nesse prefácio,

sutilezas a exigirem “hermenêutica”: deslindamento dos fios que dão tessitura a cada anedota. Sobre o título, Martins (2001) esclarece-nos:

é o título do primeiro prefácio de Tutaméia// Massa de farinha crua e seca, em fios muito delgados; tipo de macarrão popularmente chamado “cabelo-de-anjo” (sentido dicionarizado). // Sentido figurado impreciso. Teria o Autor pretendido um título jocoso (do tipo “latim macarrônico”) com estranha assimetria semântica? Teria inventado uma metáfora em que “aletria” representa sutilezas, finuras de linguagem, exigidoras de “hermenêutica” [interpretação do sentido das palavras]? Pode-se pensar também num homônimo neológico criado pelo Autor com os elementos a-- (prefixo de negação) + letra + --ia = ‘privação da escrita’, ‘analfabetismo’. (pág. 20)

Sobre a relação do título com o conjunto do livro, contamos com o estudo de Vera Novis (1989:35), que afirma que esse título tão enigmático se esclarece com a leitura de um dos contos do livro, “O outro ou o outro”. Para ela, a justaposição dos dois termos, um de origem árabe, outro de origem grega, faz remissão direta para a questão dos modelos Oriente e Ocidente, tematizada no conto.

Segundo Novis, a conjugação dos termos tão díspares, indica a existência de uma palavra implícita, “aleuromancia”, nome que se dá à “antiga prática de adivinhar por meio de farinha de trigo” e que vem do grego “aleuromantéia”. A reunião dos termos pode sugerir não haver oposição, mas complementaridade entre os modelos do Oriente e do Ocidente, entre a visão de mundo mais concreta e a mais espiritualizada.

Neste prefácio, Guimarães Rosa reflete sobre a natureza do fato e do discurso artístico, da mimese artística, da função do cômico como desencadeador da desautomatização de pontos de vista cristalizados, sobre a finalidade da literatura na transformação da pessoa e da sociedade. Ao teorizar sobre a arte em geral, Guimarães Rosa esclarece que sua ficção, considerada de alta originalidade, longe de romper com a tradição, está em ressonância com vasta produção literária brasileira e universal.

Em defesa de sua concepção acerca da ficção, Guimarães Rosa, seleciona uma pequena antologia de narrativas condensadas, que versam sobre o próprio fazer artístico, denominada, por ele, como “anedotas de abstração” e, acerca de cada uma delas, realiza fino trabalho interpretativo. Para tanto, o autor não economiza citações: Aristóteles, Chaplin, Cervantes, Platão, Kafka, Hegel, Bergson, Verhaeren, Apporelly, Plutarco, Voltaire, Protágoras, Pedro Bloch, Rilke, Píndaro,

Augusto dos Anjos, Paul Valéry, Perrault, Dostoiévski, Vinicius de Moraes, Manuel Bandeira. Tais referências a escritores renomados, brasileiros e estrangeiros, inscrevem Guimarães Rosa, como em qualquer genealogia, numa filiação de valor reconhecido autorizando sua criação literária, sem, contudo, impedi-lo de também citar anônimos sertanejos, o que aumenta o caráter transgressor de sua escrita.

### **2.2.2.1 As partes do primeiro prefácio**

Neste trabalho, dividimos o prefácio em três partes: a primeira parte se compõe dos três parágrafos iniciais, em que há explicação teórica, mas não é apresentada nenhuma anedota para exemplificá-la; a segunda é formada por um mostuário de anedotas, de autoria diversa e pela teoria que a complementa; a terceira em que não há explicação teórica, mas somente frases anedóticas.

#### **2.2.2.1.1. Primeira parte**

Na primeira parte, o Autor nos apresenta sua definição de estória, a partir da analogia com a anedota, e esclarece a que visa esse subgênero do conto.

Para início de análise, transcrevemos o primeiro parágrafo do prefácio: *A estória não quer ser história. A estória, em rigor, deve ser contra a História. A estória, às vezes, quer-se um pouco parecida à anedota.* (Rosa, 2001:29)

Nessa definição, o Autor não inova. O termo estória não é neologismo, mas variação arcaica, retomada por folcloristas para distinguir a narração científica da fictícia, popular. Ao definir estória, ele especifica a produção literária de *Tutaméia*, filiando-a à narrativa popular. Benedito Nunes (1976:203) afirma que as estórias de Guimarães Rosa assemelham-se à fábula, pois são repletas de ensinamentos, personificam verdades ou princípios essenciais.

A fortuna crítica de Guimarães Rosa nos ensina que o literato mineiro “dissimula a História para melhor desvendá-la” (GALVÃO, 1986:63) com o objetivo de “incorporar a perspectiva histórica da mudança”. (ARRIGUCCI, 1994.7). Assim, o literato revela não apenas aversão pela história vivida como pela versão oficial, pois a estória cumpre a função política de desvelamento da História, com humor irônico

e, ao criar mundos possíveis, torna-se portadora da perspectiva histórica da transformação social.

Guimarães Rosa afirma também, neste prefácio, sua recusa à História, ciência que entende que os acontecimentos somados respeitam a uma lógica causal. Assim, ser contra a História implica não aceitar um discurso pretensamente científico. Com esse posicionamento, Guimarães Rosa mostra estar profundamente comprometido com a “perspectiva histórica da mudança” social.

No segundo parágrafo de “Aletria e hermenêutica”, o Autor ocupa-se em definir com mais precisão “anedota”, termo de comparação de que se serviu para sua definição de *estória*:

A anedota, pela etimologia e para a finalidade, requer fechado ineditismo. Uma anedota é como um fósforo: riscado, deflagrada, foi-se a serventia. Mas sirva talvez ainda o outro emprego a já usada, qual mão de indução ou por exemplo de análise, nos tratos da poesia e da transcendência. Nem será sem razão que a palavra “graça” guarda os sentidos de gracejo, de dom sobrenatural, e de atrativo. No terreno do humour, imenso em confins vários, pressentem-se mui hábeis pontos e caminhos. E que, na prática de arte, comicidade e humorismo atuem como catalisadores ou sensibilizantes ao alegórico espiritual e ao não-prosaico, é verdade que se confere de modo grande. Risada e meia? Acerte-se nisso em Chaplin e em Cervantes. Não é o chiste rasa coisa extraordinária; tanto seja porque escancha os planos da lógica, propondo-nos realidade superior e dimensões para mágicos novos sistemas de pensamento. (Rosa, 2001:29)

Em sua explicação, o Autor recupera a definição institucionalizada de “anedota”:. “Anedoktos 1. Episódio histórico curioso e pouco divulgado. – 2. Narrativa curta, divertida, picante; piada”. (*Grande Enciclopédia Larousse Cultural - Nova Cultural*, 1995:298).

A novidade que ele nos apresenta em relação ao conhecimento dicionarizado é a de elevar a anedota ao patamar do discurso filosófico e poético, distanciando-a do discurso histórico e prosaico.

Ao opor “estória” à “história”, Guimarães Rosa retoma a *Poética* de Aristóteles, que, como se sabe, foi o primeiro pensador ocidental a tratar da diferenciação do trabalho do historiador da do ficcionista, concepção ratificada pelo autor de “Aletria e hermenêutica”.

Aristóteles, ao comparar o trabalho do historiador ao do poeta, afirma a diferença entre os campos de atuação de um e de outro, pois o relato do historiador narra acontecimentos dados no passado, já o poeta narra não o que aconteceu, mas

cria mundos possíveis, comprometido com o devir. Guimarães Rosa, entretanto, não se limita a citar Aristóteles, complementa a teoria do filósofo ao comparar a narrativa criada pelos literatos à anedota.

No trabalho do ficcionista, está implicada a incorporação da perspectiva da mudança histórica, daí o caráter progressivo da criação literária. Assim, a estória passa a ter mais valor do que a história, pois aponta caminhos novos, o que retoma a lição de Aristóteles, em sua *Poética*. Eis o trecho do filósofo:

A tarefa do poeta é de dizer não as coisas acontecidas, mas as que poderiam acontecer, e as coisas possíveis segundo a verossimilhança e a necessidade. E, com efeito, o historiador e o poeta não diferem pelo fato de dizer um em prosa e o outro em versos (uma vez que a obra de Heródoto, se fosse posta em versos, nem por isso seria menos história, em versos, do que o seja sem versos), mas diferem nisto, que um diz as coisas ocorridas e o outro as que poderiam ocorrer”. (Poética IX, Giovanni Reale – Dario Antiseri, 2007:245)

Assim, como literato propõe-se, com humor irônico, a criar, por meio do discurso literário, mundos possíveis, mundos que não querem ser como o dos acontecimentos históricos; portanto, sua ficção opõe-se aos discurso da História ou da Ciência por encobrirem verdades essenciais.

O humor está presente em diversos domínios e, no que se refere ao domínio específico da arte, cumpre função de desautomatização de nossa percepção acerca do que nos rodeia.

Nesse fragmento do prefácio, o Autor refere-se ao chiste, e, assim como fizera ao definir “estória”, define o chiste pela negação: “*Não é o chiste coisa rasa extraordinária*”. Tal valorização do dito espirituoso se deve ao fato de o chiste provocar o riso que nos permite pensamentos inusitados. Os ditos espirituosos nos possibilitam encontrar semelhanças entre coisas que comumente consideramos diferentes, assim, por meio deles, paradoxalmente, podemos dar sentido ao nonsense.

O chiste diz respeito ao que não se pode expressar, mas não porque não existem palavras para descrevê-lo, e sim porque a palavra não o esgota, pois, de tudo o que pode ser dito ainda fica restando algo. O chiste vai de encontro ao pensamento sério, permitindo-nos pensar sem os deveres da educação intelectual, da servidão conceitual. Portanto, o chiste, objeto do riso, opõe-se à dimensão consciente da razão crítica.

No terceiro parágrafo, o Autor classifica as estórias de que está tratando como “anedotas de abstração”, isto é, são pequenas narrativas que podem transportar-nos para além dos limites da lógica, sendo distintas, portanto, por essa finalidade, de outros tipos de ditos espirituosos:

Não que dê toda anedota evidência fácil prestar-se àquela ordem de desempenhos; donde, e como naturalmente elas se arranjam em categorias ou tipos certos, quem sabe conviria primeiro que a respeito se tentasse qualquer razoável classificação. E há que, numa separação mal debuxado, caberia desde logo série assaz sugestiva --- demais que já de si o drolático responde ao mental e ao abstrato – a qual, a grosso, de cômodo e até que lhe venha nome apropriado, perdoe talvez chamar-se de: anedotas de abstração. Serão essas ---- as com alguma coisa excepta --- as de pronta valia no que aqui se quer tirar: seja, o leite que a vaca não prometeu. Talvez porque mais direto colindem com o não-senso, a ele afins; e o não-senso, crê-se, reflete por um triz a coerência do mistério geral, que nos envolve e cria. E a gente, por enquanto, só a lê por tortas linhas. Está-se a achar que se ri. Veja-se Platão, que nos dá o “Mito da Caverna”.(Rosa, 2001:30)

Depois de ter delimitado o campo da arte focalizado, o Autor diz ser a “anedota de abstração” coisa concreta, tangível, destinada, contudo, a propiciar que o pensamento humano, por meio da interpretação, ultrapasse a dimensão empírica para atingir uma realidade metaempírica, ultra-sensível, ou seja, esclarece que a racionalidade do cômico difere da racionalidade pela qual costumeiramente apreendemos o real.

Neste trecho, o Autor demonstra preocupar-se com a natureza do fato e do discurso poético (“anedota de abstração”) e a que visa, citando Platão para corroborar seus argumentos a favor das “anedotas de abstração”.

De acordo com a fragmentação que efetuamos no texto, tem-se por concluída a leitura da primeira parte do prefácio “Aletria e hermenêutica. A respeito desse pequeno trecho analisado, o que nos parece mais relevante é a retomada da *Poética* de Aristóteles, que serve, portanto, de intertexto para a compreensão do prefácio.

#### **2.2.2.1.2 Segunda parte do prefácio**

Na segunda parte, conforme nossa fragmentação do prefácio analisado, o Autor, a quem passamos a designar por A., não apenas teoriza como nos oferece mostruário de anedotas. O primeiro dado que nos fornece sobre elas, no terceiro parágrafo, é que propiciam a irrupção do inesperado, a chegada a algo que não se associa a nenhuma pressuposição, a nenhuma crença: “seja o leite que a vaca não

prometeu”. Relacionando esse trecho ao título, podemos, então, considerar que o termo “*aletria*” designa a linguagem “sem sentido” sobre a qual se opera a hermenêutica, portanto, *aletria* é a narrativa portadora do não-senso que, por sua vez, potencializa uma multiplicidade de sentidos novos, inesperados. Assim, a “anedota de abstração” é a materialização de tal ficção, de nonsense, que, justamente pelo sentido que se lhe abstrai, provoca riso. Para exemplificar:

### Exemplo 1

A. conta-nos a seguinte piada:

Siga-se, para ver, o conhecidíssimo figurante, que anda pela rua, empurrando sua carrocinha de pão, quando alguém lhe grita: --- “Manuel, corre a Niterói, tua mulher está feito louca, tua casa está pegando fogo!...” Larga o herói a carrocinha, corre, voa, vai, toma a barca atravessa a Baía quase... e exclama: --- “Que diabo! eu não me chamo Manuel, não moro em Niterói, não sou casado e não tenho casa...” (Rosa, 2001:30).

Nessa “piada de português”, o não-senso emerge do fato de que um personagem, cujo nome não é revelado, sabe-se apenas que seu nome não é Manuel, ao final da narrativa, depois de ter agido como se fosse o protagonista, percebe que o acontecimento relatado não diz respeito a ele. Assim, o desconcerto, não é resultado da tragédia da casa estar pegando fogo, mas de o acontecimento trágico não dizer respeito ao figurante, como ele tinha, equivocadamente, pensado.

### Exemplo 2

A., ao fazer a hermenêutica dessa anedota, verifica que a narrativa segue esquema similar ao da produção literária de Kafka:

Agora, ponha-se em frio exame a estorieta, sangrada de todo burlesco e tem-se uma fórmula à Kafka, o esqueleto algébrico ou tema nuclear de um romance kafkaesco por ora ainda não escrito. De análogo pathos, balizando posição-limite de irrealidade existencial ou de estática angústia --- e denunciando ao mesmo tempo a goma-arábica da língua quotidiana ou círculo-de-gis-de-prender-peru --- será aquela do cidadão que viajava de bonde, passageiro único, em dia de chuva, e, como estivesse justo sentado debaixo de goteira, perguntou-lhe o condutor por que não trocava de lugar. Ao que, inerte, humano, inerte, ele respondeu: “Trocar... com quem?” (Rosa, 2001:30)

Em Kafka, o mundo não tem o “normal”, tudo é estranho, bizarro. A tal fantástico se chega, segundo o autor do prefácio “Aletria e hermenêutica”, a partir de uma operação de abstração. Segundo Abbagnano (2007),

abstração é a operação mediante a qual alguma coisa é eleita como objeto de percepção, atenção, observação, estudo etc. e isolada de outras coisas com que está numa relação maior. (pág. 4).

A questão formulada: “Trocar... com quem?”, diz respeito à nossa condição existencial, pois não se trata de o homem encontrar outro lugar menos inóspito fora de si mesmo, mas trocar de existência com alguém, que queira residir neste lugar interior não hospitaleiro, o que é impossível, uma vez que não se pode trocar a si mesmo.

### Exemplo 3

A copla seguinte também trata da angústia existencial, só que tomada em sentido negativo, a katharsis cômica falha, o que faz com que a angústia existencial, ainda que risível, continue amedrontadora. Nela, discorre-se sobre o desespero do indivíduo numa situação de impasse, querendo simultaneamente entrar e sair de um dado lugar, situação sem-saída assustadora, de que se tem “medo”, porque o desejo é de sair de um lugar em que, paradoxalmente, a própria entrada é interdita. O absurdo se evidencia por não ser compreensível a situação em que o eu poético se encontra:

Menos ou mais o mesmo, em ethos negativo, ver-seja-se copla?  
“Esta sí que es calle, calle;  
calle de valor y miedo.  
Quiero entrar y no me dejan,  
quiero salir y no puedo.” (Rosa, 2001:31)

### Exemplo 4

A. dá prosseguimento à sua argumentação:

Movente importante símbolo, porém, exprimindo possivelmente --- e de modo novo original --- a busca de Deus (ou de algum Éden pré-prisco, ou da restituição de qualquer de nós à invulnerabilidade e plenitude primordiais) é o caso do garotinho que, perdido na multidão, na praça, em festa de quermesse, se aproxima de um polícia e, choramingando, indaga: --- “Seo

guarda, o sr. não viu um homem e uma mulher sem um meninozinho assim como eu?! (Rosa, 2001:31)

Nessa anedota, A. trata, com humor, de nossa sensação de desamparo relativa a nosso nascimento, entendido como uma queda, como uma condição decaída em relação a um estado anterior, considerado edênico. Pode-se, segundo ele, interpretar essa estória de um ponto de vista religioso – “a busca de Deus”, ou ainda, de uma perspectiva psicológica, “restituição de qualquer de nós à invulnerabilidade e plenitude primordiais”.

A sensação de desamparo se evidencia na idade do protagonista, reiterada no sufixo “inho”, indicativo da sensação de fragilidade do ser humano diante da aventura perigosa de existir, longe de casa, longe da proteção paterna e materna, incapaz de fruir, com autonomia, a “festa de quermesse”, ou seja, a vida em seu aspecto festivo.

### **Exemplo 5**

A seguir, A. conta uma anedota que leva à reflexão sobre sua concepção acerca do erro:

Entretanto --- e isso concerne com a concepção hegeliana do erro absoluto? --- aguda solução foi a de que se valeu o inglês, desesperado já com as sucessivas falsas ligações, que o telefone lhe perpetrava: --- “Telefonista, dê-me, por favor, um ‘número errado’ errado...” (Rosa, 2001:31)

Conclui-se que o erro constitui parte do acerto, pois, fundamentado em Hegel, o negativo é constitutivo da ontologia. Assim, um “‘número errado’ errado” é, paradoxalmente, o número certo, e é também algo que alude a uma nova modalidade de ser desse número, que se configura na manifestação positiva do que não é.

### **Exemplo 6**

Sobre essa ontologia negativa, A. continua a esclarecer :

Sintetiza em si, porém, próprio geral, o mecanismo dos mitos --- sua formulação sensificadora e concretizante, de malhas para captar o incognoscível – a maneira de um sujeito procurar explicar o que é o telégrafo-sem-fio:

---“Imagine um cachorro basset, tão comprido, que a cabeça está no Rio e a pinta do rabo em Minas. Se se belisca a ponta do rabo, em Minas, a cabeça, no Rio, pega a latir...”

----“E é isso o telégrafo-sem-fio?”

----“Não. Isso é o telégrafo com fio. O sem-fio é a mesma coisa... mas sem o corpo do cachorro.” (Rosa, 2001:31)

A “anedota de abstração” não é a concretização do abstrato, cópia do verdadeiro, mas é algo sensorial, espécie de figurativização do “incognoscível”. Na anedota apresentada nesse trecho, parte-se do conhecido, isto é, um cachorro basset, e cria-se a seguinte analogia: a ponta do rabo do cachorro é o transmissor; a cabeça, o receptor; o comprimento do cão basset serve de elemento de comparação para a distância em que a mensagem se propaga por meio de fios. A inventividade dessa curta narrativa se faz ainda mais impressionante ao final da anedota, em que se descreve o telegrafo-sem-fio pela abstração da figurativização então imaginada.

### **Exemplo 7**

Neste prefácio, há uma anedota em que o autor radicaliza sua exemplificação da operação de abstração, desencadeadora do riso, fazendo que a subtração atinja o “nada residual”:

Por aqui, porém, vai-se chegar perto do nada residual, por seqüência de operações subtrativas, nesta outra, que é uma definição “por extração” --- O nada é uma faca sem lâmina, da qual se tirou o cabo...” (Só que, o que assim se põe, é o argumento de Bergson contra a idéia do “nada absoluto”: ... porque a idéia do objeto ‘não existindo’ é necessariamente a idéia do objeto ‘existindo’, acrescida da representação de uma exclusão desse objeto pela realidade atual tomada como bloco.” Trocado em miúdo: esse “nada” seria apenas um ex-nada, produzido por uma ex-faca.”) (Rosa, 2001:32)

Ao proceder a essa série de operações subtrativas, não se chega ao nada, mas ao “ex-nada”, conclusão que é ratificada pelo pensamento de Bergson, para quem é impossível a idéia de um objeto não existindo, pois, o que se tem é a idéia do objeto excluído do conjunto considerado realidade.

Na atividade imaginativa, portanto, é impossível supor o nada -absoluto, pois, pela atividade de subtração, o objeto passa a ter existência, tornando-se um “nada residual”, ancorado num ser, cuja existência é irreduzível à operação de subtração,

pois a operação de desimaginar é impossível, ela em vez de destruir o que foi imaginado, reforça-o, pela negação.

Segundo Verena Alberti (2002), no conjunto de reflexões contemporâneas, o riso está vinculado a um “não-lugar” do pensamento. Esse “não-lugar” é o “nada” que encerra a essência do riso. O riso e o risível remetem então ao não-sentido (nonsense), ao inconsciente, ao não-sério, que existem apesar do sentido, do consciente e do sério. O risível está próximo ao inconsciente ou pré-consciente, indispensáveis para a totalidade da vida psíquica.

Neste fragmento, há uma crítica da visão reducionista, que deseja, por conta de uma explicação tida como a única verdadeira, eliminar as demais versões do pensamento humano acerca da existência dos seres, assim, a visão científica não é capaz de destruir a mítica, nem a História pode substituir a estória.

### **Exemplo 8**

A. prossegue dando-nos um exemplo de definição construída pela mente infantil, que apreende o nada como “um balão, sem pele”, ou seja, um balão, sem o material que o constitui, uma espécie de alma do balão, e, dessa forma, o nada é apreendido, deixando de ser um mero vazio: “Ou --- agora o motivo lúdico --- fornece-nos outro menino, com sua também desitiva definição do “nada”: --- “É um balão, “ sem pele...” (Rosa, 2001:32)

Neste trecho, A. esclarece que, por meio do lúdico, pode-se chegar a uma compreensão mais plena do nada, ou seja, pode-se criar uma analogia capaz de defini-lo mais acertadamente, embora de uma perspectiva diversa da do lugar comum, do que a definição extraída do raciocínio.

Para Freud, “os jogos de palavras, assim como os chistes de reflexão nos possibilitam desconsiderar a relação de sentido entre as palavras e as coisas, relação que não respeitamos durante os jogos de infância”. (Vera Alberti, 2002:19).

Ao brincar de definir o “nada”, a criança acerta, pois causa um “curto-circuito” no saber proveniente do discurso institucionalizado dos adultos, o qual, por não dominar perfeitamente, permite-lhe tal liberdade lúdica. Diante da idéia do “nada”, o

menino cria uma imagem para responder ao seu assombro; brinca de encontrar respostas pois ainda não aprendeu a ter a servidão conceitual do adulto, sua racionalidade difere da racionalidade pela qual costumeiramente apreendemos os conceitos.

A união de dois círculos de idéias distantes, a imagem visual que essa união sugere faz surgir uma definição capaz de ser pensada somente por uma criança, que ainda transita com facilidade na dimensão inconsciente. Assim, a sabedoria infantil, para A., é de superior qualidade, é intuitiva, investigativa, sensorial, é uma sabedoria de quem olha para tudo com admiração, de quem apreende tudo de maneira nova. A criança inventa tudo o que a cerca, e essa invenção, manifestada na linguagem infantil, é semelhante à da expressão poética.

### **Exemplo 9**

A., em outro fragmento do prefácio, continua tratando de processos de abstração em anedotas:

Ou total, como nesta “adivinha”, que propunha uma menina do sertão. --- “O que é, o que é: que é melhor do que Deus, pior do que o diabo, que a gente morta come, e se a gente viva comer morre? Resposta: “É nada. (Rosa, 2001:33)

A menina sertaneja, pela via do lúdico, leva ao extremo a operação de abstração e define o “nada” como sendo aquilo que não pode ser ou haver. Sua definição, na humilde adivinha, supera a definição de poetas consagrados. Aqui o “nada” está relacionado à cessação de ser; assim, já não se trata mais do outro lado da seriedade, nem da inconsciência do ser, mas da finitude da existência. Para experimentar esse impensável tema, é o imaginário do sertanejo que se apresenta, no enigma a cuja resposta óbvia, mas que tem um tom de revelação, chega-se com facilidade: “É nada”, não sem nos assombrarmos com as perguntas relativas às mais altas (in)certezas humanas (Deus , diabo, vida e morte).

Com essa adivinha, A. refere-se ao fato de as “estórias” parecerem volteios ao redor do “nada”, mas como o nada, uma vez imaginado, como foi ratificado nesse prefácio por ninguém menos que Bergson, é “desimaginável”, as estórias são *tutaméias*, ou seja, “quase-nadas”.

Para a construção das histórias de *Tutaméia*, Guimarães Rosa usou vários elementos que nos vai apresentando nas “anedotas de abstração”. O comentário de Paulo Rónai é esclarecedor quanto a certos procedimentos adotados pelo ficcionista em seus contos que se aproximam dos que já analisados nesse trabalho:

Na própria textura de certos contos o inexistente entremostra a vontade de se materializar (...). Noutras peças, o que não é passa a influir efetivamente no que é, a moldá-lo, a mudar-lhe a feição. Num terceiro grupo de histórias por trás do enredo se delinea outra que poderia ter havido, a alternativa mais trágica à disponibilidade do destino. Noutros contos o desenlace não é um “desenredo”, mas uma situação totalmente inesperada. (Rosa, 2001:25)

No prefácio “Aletria e hermenêutica”, A. esclarece que procedimentos usado em sua ficção não é invenção sua, pois é seguido tanto por consagrados artistas, como por uma simples criança sertaneja. Tal procedimento de abstração é usado na literatura popular universal e pode ser também reconhecida na obra de autores brasileiros.

### **Exemplo 10**

A operação de abstração pode ser, como já se observou, de eliminação total, parcial ou seriada, como os versos de Aporelly exemplificam:

Ou seriada, como na universal história dos “dez pretinhos” (“Seven litte Indians” ou “Ten little Nigger boys”; “Dix petits négrillons”; “Zwölf kleine Neger”) ou na quadra de Aporelly citada de memória:  
“As minhas ceroulas novas,  
ceroulas das mais modernas,  
não têm cós, não têm cadarços,  
não têm botões e não têm pernas.” (Rosa, 2001:33)

Aporelly apresenta dois atributos das ceroulas que dizem respeito à apreensão dessa peça íntima masculina como um todo: são “novas” e “das mais modernas”; a seguir, seriadamente, ele vai decompondo esse todo: as ceroulas não têm “cós”, nem “cadarços”, nem “botões”, nem “pernas, ou seja, não têm nada, assim, essa decomposição chega progressivamente ao “nada”, ou seja, à ex-ceroulas. O efeito humorístico não está apenas na compreensão de que a “novidade” e a “modernidade” sugerida está no fato de o eu-poemático não usar ceroula alguma, mas, em que sua nudez vai se revelando seriadamente, na medida em que, pelo negação do que se imaginou, o não-ser das ceroulas vai adquirindo existência.

## Exemplo 11

Instigado pelos versos do Barão de Itararé, A. segue o mesmo procedimento de compor pela negação, isto é, operar a decomposição do objeto referido :

É provocativo demais parafrasear tais versos:  
Tentativamente adaptando:  
Eram dez negrinhos  
dos que brincam quando chove.  
Um se derreteu na chuva,  
ficaram só nove.  
Eram nove negrinhos,  
Comeram muito biscoito.  
Um tomou indigestão,  
ficaram só oito.  
(E, assim, para trás.)  
Comprei uns óculos novos,  
Óculos dos mais excedentes:  
não têm aros, não têm asas,  
não têm grau e não têm lentes...  
Dissuada-se-nos porém de aplicar --- por exame de sentir, balanço ou divertimento --- a paráfrase a mais íntimos assuntos:  
Meu amor é bem sincero,  
Amor dos mais convincentes:  
..... (etc). (Rosa, 2001:34)

Com essas paráfrases, A. demonstra que o humor não reside na escolha do objeto focalizado, mas no procedimento de abstraí-lo progressivamente. Com tais anedotas, A. afirma que sua criação literária se dirige para a dissolução do figurativo, como na arte abstrata. A escolha do objeto parece ser o menos importante: pode ser focalizado o amor, mas também objetos dos mais prosaicos, como óculos e ceroulas.

O que suas *estórias* propõem a ser está longe de uma arte formal e sem conteúdo; contudo, também está distante de ser imitação do mundo visível, é literatura “pura”, ou seja, plena ficção, pois os elementos representados não guardam relação com objetos reais, mas com objetos oriundos da imaginação artística.

Neste prefácio, A. deixa evidente seu desejo de romper o laço que une a criação artística com a representação direta do real. O que se almeja não é eliminar os objetos por completo, e sim dissolvê-los, em maior ou menor medida e assim promover a possibilidade de um novo olhar, que fuja ao imediatismo, ao automatismo, olhar que promova fruição estética, na forma do humor, pois se trata de anedotas.

## Exemplo 12

A., em outro fragmento do prefácio, dá continuidade à sua argumentação:

Assim atribui-se a Voltaire --- que, outra hora, diz ser a mesma amiúde “o romance do espírito” - a estralafária seguinte definição de “metafísica” : “É um cego, com olhos vendados, num quarto escuro, procurando por um gato preto... que não está lá.” (Rosa, 2001:34)

De acordo com a definição humorística de Voltaire, quem considera válida a metafísica é cego, de uma cegueira hiperbólica, que gradualmente se intensifica na medida em que se aceita o transcendente.

O A. contra-argumenta a favor de uma revisão do ceticismo:

Seja quem seja, apenas o autor da blague não imaginou é que o cego em tão pretas conclusões não pode achar o gato, que pensa que busca, mas topar resultado mais importante --- para lá da tateada concentração. E vê-se nessa risca que devem adiantar os koan do Zen. (Rosa, 2001:34)

O koan, mencionado no fragmento, tem como objetivo propiciar a iluminação do aspirante zen-budista. É uma narrativa, diálogo, questão ou afirmação no Zen-Budismo que contém aspectos que são inacessíveis à razão.

Para A, a busca do artista é semelhante à de quem busca iluminação, pois não se restringe a objetos reconhecíveis, mas ao encontro de novos pontos de vista, portanto, o artista buscar entender a vida sob um novo olhar, uma nova perspectiva, e, assim, pode reformular conceitos, formular questões e ultrapassar a barreira do discriminatório, do pensamento racional. Essa demanda ousada por uma nova perspectiva acerca do sensorial constitui a metafísica do artista.

A. prossegue, citando, implicitamente, Aristóteles

Tudo, portanto, o que em compensação vale\* é que as coisas não são em si tão simples, se bem que ilusórias. “O erro não existe: pois que enganar-se seria pensar ou dizer o que não é, isto é: não pensar nada, não dizer nada” --- - proclama genial Protágoras; nisto, Platão é do contra, querendo que o erro seja coisa positiva; aqui, porém sejamos amigos de Platão, mas ainda mais amigos da verdade; pela qual, aliás, diga-se, luta-se ainda e muito, no pensamento grego. (Rosa, 2001: 35).

Cabe realçar o fato de, nesse trecho, aparecer a citação da conhecida passagem de Aristóteles contra seu antigo mestre, acerca da natureza do fato e do discurso poético e a que visa.

Pode-se notar que, no prefácio analisado, A., ao defender sua concepção acerca das *estórias*, coloca em pauta o conceito de “mimesis” aristotélico. Para o ficcionista mineiro, assim como para o filósofo grego, na arte, a discussão que se apresenta não diz respeito ao verdadeiro ou ao falso, mas à questão da verossimilhança.

Neste prefácio, A. ratifica o pensamento de Aristóteles de que a arte quase recria as coisas segundo nova dimensão, pois, para Guimarães Rosa, o que o olhar poético efetiva é justamente a transfiguração do real.

Para A., o trabalho artístico é tarefa das mais valorosas, pois tem como função representar não os fatos, mas o que poderia acontecer, aquilo que é possível, verossímil e necessário à construção de um mundo mais humano.

A ênfase, nesse prefácio, é dada ao princípio organizador das “anedotas de abstração”, princípio pelo qual o “quase-nada”, ou seja, a imaginação artística se materializa, e, transformada em ficção, adquire realidade perene, podendo ser reduzida, mas nunca destruída completamente, daí, uma vez efetivado o trabalho criador de expressar o imaginável, o nada passa a ser *nonada, baga, ninha, inânias, ossos-de-borboleta, quiquiriqui, tuta-e-meia, mexinflório, chorumela, nica, quase-nada*.

Assim, a imaginação humana, criadora, materializada em narrativas, *aletria*, pode tornar verossímil, ou possível, mesmo aquilo que antes era considerado absurdo, desde que devidamente representado em arte como possível e aceito por aqueles que realizam sua hermenêutica.

Neste prefácio, A. trata da narrativa literária como propiciadora de uma nova maneira de compreender o real. Parece-nos que ele afirma que a arte, ainda que o artista esteja atuando cegamente, atrai-nos para o verdadeiro, entendendo-se como verdadeiro o que se depreende pela visão artística - a transfiguração do real, sendo que tal visão pode provir de renomado filósofo, ou de simples menina sertaneja.

### Exemplo 13

Colocado em nota de rodapé do prefácio:

\*Ainda uma adivinha “abstrata”, de Minas: O trem chega às 6 da manhã, e anda sem parar, para sair às 6 da tarde. Por que é que não tem foguista? (Porque é o sol.) Anedota meramente.

Outra, porém, fornece vários dados sobre o trem: velocidade horária, pontos de partida e de chegada, distância a ser percorrida; e termina: “Qual é o nome do maquinista?” Sem resposta, só artilosa, lembra célebre koan: “Atravessa uma moça a rua; ela é a irmã mais velha, ou caçula?” Apondo a mente a problemas sem saída, desses, o que o zenista pretende é atingir o satori, iluminação, estado aberto às intuições e reais percepções. (Rosa, 2001:35)

Nesse trecho, o autor inicia sua argumentação referindo-se novamente, em nota de rodapé, ao *koan*, como meio para a descoberta de novas formas de percepções.

Ao lado do pensamento oriental, o grego: A. atribui iluminação ao pensamento do filósofo grego e genialidade ao modo de pensar do zenista. Parece-nos que, nesse trecho A., ao citar o pensamento de Protágoras, está se referindo ao fato de que a verdade, ou a mentira das coisas se encontram mais no homem do que nas coisas, em sua capacidade de compreendê-las. Assim, o objeto é determinado pela consciência de quem o percebe e reflete sobre ele. O artista é capaz de perceber o objeto a partir de um olhar novo, semelhante ao do zenista, e atribuir-lhe, assim, valores relativos, como o sofista; o artista, portanto é um criador de valores, capaz de enxergar no invisível.

### Exemplo 14

As estórias não se furtam à reflexão acerca da realidade sofrida em território nacional, como exemplifica o trecho seguinte:

Pois, o próprio Apporelly, em vésperas da nacional e política desordem, costumava hastear o refrão:

“Há qualquer coisa no ar  
além dos aviões da Panair... (Rosa, 2001:35)

Pode-se observar que embora, se trate de fato determinado no tempo, Ditadura de Vargas, Apporelly, ao usar o verbo “costumava”, evidencia que tais acontecimentos eram habituais na história brasileira.

### Exemplo 15

No prefácio selecionado, A. nos apresenta definições “abstratas”, como a seguinte, em que o referente é focalizado não da perspectiva de sua presença, mas de sua ausência:

Já esperto arabesco espirala-se na “explicação”: ---“O açúcar é um pozinho branco, que dá muito mau gosto ao café, quando não se lho põe...” --- apta à engendra poética ou para artifício-de-cálculo em especulação filosófica; e, dando, nem mais nem menos, o ar de exegese de versos de Paul Valery os quais, mal à la manière de, com perdão, poderiam, quem sabe, ser:

Blanche semence, poussière,  
l'ombre du noir est amère  
trempée de ton absence... \* (Rosa, 2001:38).

\*("Branca semente, poeira,/a sombra do negro é amarga/umedecida de tua ausência."--tradução de Maria Helena Nery Garcez, para a Monografia que orientou: "A Poética Risível de Guimarães Rosa: um estudo de "Aletria e hermenêutica", Ramos (2008).

Nesse trecho, as aspas indicam que não se trata “verdadeiramente” de uma explicação, pois como o “açúcar” pode dar “mau gosto” se não foi posto no café? Trata-se, na verdade, de uma sentença instauradora de problema insolúvel, semelhante ao koan, de que A. tratou anteriormente neste prefácio. Por razão do disparate instaurado por tal “explicação”, o “açúcar”, de objeto corriqueiro passa a objeto de admiração, capaz de ser fonte de criação poética ou de “especulação filosófica”. Será que essa “explicação” não se destina a tornar inteligível ou claro, por isso A. considerou-a “esperto arabesco”, mas, pela via do humor, ser ponto de partida para criação literária e/ou reflexão filosófica, ou mesmo para se atingir o “satori”, elevando-nos do prosaico ao que constitui a origem e o fim de todas as estórias?

### **Exemplo 16**

Segue uma anedota em que o absurdo é obtido pelo fato de que, embora o eu-lírico não tenha visto um homem sobre uma escada, sente-se oprimido, não por sua presença, mas por sua ausência persecutório

Enquanto, com desdém, minimiza nota opressiva a exemplo de não-senso dado por Vinícius de Moraes, que traduziu do inglês:  
“ Sobre uma escada um dia eu vi  
Um homem que não estava ali;  
Hoje não estava à mesma hora.  
Tomara que ele vá embora.” (Rosa, 2001:38)

## Exemplo 17

Segue anedota, também feita por escritor brasileiro, que trata, à semelhança da anterior, de tentativa frustrada e paciente de captação, por meio de sensação física, dessa vez a audição, de um ser ausente:

Nem é nada excepcionalmente maluco o gaio descobrimento do paciente que, com ternura, Manuel Bandeira nos diz em seu livro “Andorinha, Andorinha”:

“Quando o visitante do Hospício de Alienados atravessava uma sala, viu um louquinho de ouvido colado à parede, muito atento. Uma hora depois, passando na mesma sala, lá estava o homem na mesma posição. Acercou-se dele e perguntou: ‘Que é que você está ouvindo?’ O louquinho virou-se e disse: ‘Encoste a cabeça e escute.’ O outro colou o ouvido à parede, não ouviu nada: ‘ Não estou ouvindo nada.’ Então o louquinho explicou intrigado: ‘Está assim há cinco horas.’ (Rosa, 2001:39)

Acerca dessa anedota, A. faz um comentário em que coloca em dúvida a insanidade do “maluquinho”, pois embora os sons não sejam prováveis, são possíveis, uma vez que o “universo é cheio de silêncios barulhentos”:

Afinal de contas, a parede são vertiginosos átomos, soem ser. Houve já até, não sei onde ou nos Estados Unidos, uma certa parede que irradiava, ou emitia por si ondas de sons, perturbando os rádios-ouvintes etc. O universo é cheio de silêncios barulhentos. O maluquinho podia tanto ser um cientista amador quanto um profeta aguardando se completasse séria revelação. Apenas, nós é que estamos acostumados com que as paredes é que tenham ouvidos, e não os maluquinhos. (Rosa, 2001:39)

O que A. coloca, portanto, em dúvida é nossa apreensão das coisas tida como normal. Essa dúvida permanece em todo livro *Tutaméia*. No último prefácio, “Sobre a escova e a dúvida”, por exemplo, o prefaciador diz que seu duvidar é o da realidade sensível aparente, que, para ele, talvez seja “só um escamoteio de percepções”.

Assim, quem poderia exprimir esses entes, que nossas percepções não apreendem, são os humanos que mantêm os olhos livres de conceitos apriorísticos. São, portanto, os dotados de visão poética que, partindo do “cômico”, podem elevar-se e atingir o “excelso”:

Por onde, pelo comum, poder-se corrigir o ridículo ou o grotesco, até levá-los ao sublime; seja daí que seu entre-limite é tão tênue. E não será esse um caminho por onde o perfeíssimo se alcança? Sempre que algo de importante e grande se faz, houve um silogismo –inconcluso, ou, digamos, um pulo do cômico ao excelso. (Rosa, 2001: 39)

A transcendência artística, que leva o homem a domínios mais elevados de pensamento, não se obtém por meio de argumentação logicamente perfeita, mas por meio da “anedota de abstração”, estória que se assemelha a um “silogismo inconcluso”, e, seguindo o procedimento dos mitos, “sua formulação sensificadora e concretizante”, busca “captar o incognoscível”

Os resultados obtidos das análises deste item propiciam que destaquemos o seguinte aspecto: para Guimarães Rosa, o objeto focalizado é determinado, sobretudo, pela consciência de quem o percebe e reflete sobre ele. Assim, em “Aletria e hermenêutica”, Guimarães Rosa nos ensina que o artista é criador de valores, e, portanto, capaz de enxergar no invisível, para levar seu leitor a rever seus saberes socialmente memorizados.

Para o literato mineiro, o artista é aquele que está aberto, como a menina sertaneja, ou o louco, ou o capiau, à descoberta de novas formas de percepção. À narrativa literária, portanto, cabe importante papel de propiciar novas maneira de compreender o real, para nos permitir ingressar em “dimensões para mágicos novos sistemas de pensamentos”.

### **2.2.2.1.3 Terceira parte**

A terceira parte do prefácio não traz um parágrafo conclusivo convencional, mas pequena série de frases instigantes parecidas a koans do Zen, dentre elas:

Conflui, portanto, que:  
Os dedos são anéis ausentes?  
O ar é o que não se vê, fora e dentro das pessoas.  
Entre Abel e Caim, pulou-se um irmão começado por B.  
Saudade é o predomínio do que não está presente, diga-se ausente.  
Diz-se de um infinito --- rendez-vous das paralelas todas.  
O silêncio proposital dá a maior possibilidade de música.  
Veja-se, vezes, prefácio como todos gratuito (Rosa, 2001:39-40)

Note-se que o trecho se inicia, em vez do verbo concluir, que significa “término, fim // entendimento definitivo // proposição que se deduz das demais premissas”, com o verbo “confluir”, ou seja, “fluir, dirigir-se para um mesmo ponto; unir-se; juntar-se.” Trata-se de “definições” paradoxais, cujo propósito não é o de gerar uma argumentação pautada no lógico, no conhecido, mas o de desautomatizar nossa visão acostuada ao prosaico.

No trecho final, A. avalia seu livro paradoxalmente, pois considera não o que criou, mas o que ficou por expressar, ou seja, os demais mundos possíveis, que pela via do humor, instigam à reflexão, liberam o não-senso, e servem como ponto de partida para o encontro de possíveis novos significados:

Ergo:  
O livro pode valer pelo muito que nele não deveu caber.  
Quod erat demonstrandum.\* (Rosa, 2001:40)

\*( Ergo: portanto. *Quod erat demonstrandum*: expressão em Latim que significa "como se queria demonstrar").

Concluimos a análise da terceira e última parte do prefácio, com um depoimento do próprio escritor acerca de sua dedicação ao absurdo, ao non-sense:

A excessiva iluminação só no nível do raso, da vulgaridade. Todos os meus livros são simples tentativas de rodear e devassar um pouquinho o mistério cósmico, esta coisa movente, impossível, perturbante, rebelde a qualquer lógica, que é a chamada 'realidade', que é a gente mesmo, o mundo, a vida. Antes o obscuro que o óbvio, o frouxo. Toda lógica contém inevitável dose de mistificação. Toda mistificação contém boa dose de inevitável verdade. Precisamos também do obscuro. Carta de 9 de fevereiro de 1965 ao tradutor alemão, Curt Meyer-Clason. (Conforme GUIMARÃES M.L., "Do Cômico ao Excelso" [www.ciencialit.letas.ufrj.br/garrafa8/na-marialucia](http://www.ciencialit.letas.ufrj.br/garrafa8/na-marialucia)).

O primeiro prefácio está escrito em linguagem poética que rompe encadeamentos lógicos; é alusiva, não tem limitações normativas. Tal linguagem recria, literariamente, a variedade nativa do mineiro. O ritmo da exposição teórica é criado a cada momento, pois as narrativas são apresentadas baseadas na livre-associação de idéias, tendo em comum a comicidade.

Em "Aletria e hermenêutica", o nacional e o estrangeiro fundem-se no cosmopolitismo do processo literário, que se traduz na intercomunicação textual entre os diversos artistas citados.

Surpreende-nos a maestria com que os estilos elevado e baixo entremeiam-se, a convivência entre o erudito e o popular. Auerbach (1976) observa que essa convivência deveu-se à influência do Cristianismo, pois a mescla entre erudito e popular era impensável para o mundo dos antigos gregos. (Conforme Garcez, em

aula no IICS – Instituto Internacional de Ciências Sociais – Centro de Extensão Universitária, em 2007).

No prefácio “Aletria e hermenêutica”, fica evidente que Guimarães Rosa elege o comum, o prosaico, para fazer sua transfiguração em sublime, para realizar “pulo do cômico ao excelso”.

Em síntese, os resultados obtidos desse prefácio indicam que Guimarães Rosa, nele, trata do fato de que os artistas não se restringem aos mesmos padrões com que definimos nossas verdades fatuais, por isso, rompendo com a perspectiva banal, “enxergam” e sugerem, a seus leitores, alternativas para que este amplie sua compreensão a respeito de si mesmo e do mundo que o cerca.

A análise que empreendemos, ao acompanhar o Autor, em vez de diluir a densidade do mistério das “anedotas de abstração”, faz-nos compreender que tal “mistério” é, em grande parte, resultado do descompromisso com o histórico, com o social, para, por meio da criação de mundos possíveis, mudá-lo.

## CAPÍTULO III

### O DESVELAR DE UMA ENUNCIÇÃO ENGENHOSA

Neste capítulo, efetuamos a análise do conto “João Porém, o criador de perus”, do livro *Tutaméia*, de Guimarães Rosa. Esta análise consiste na leitura heurística da linguagem poética do texto.

#### 3.1 Divisão em episódios

O texto-base está dividido em episódios, pois é do tipo narrativo de história.

##### Primeiro episódio

Agora o caso não cabendo em nossa cabeça. O pai teimava que ele não fosse João, nem não. A mãe, sim. Daí o engano e nome, no assento de batismo.

##### Segundo episódio

Indistinguível disso, ele viçara, sensato, vesgo, não feio, algo gago, saudoso, semi-surdo; moço. Pai e mãe passaram, pondo-o sozinho. A aventura é obrigatória.

##### Terceiro episódio

Deixavam ao Porém o terreno e, ainda mais, um peru pastor e três ou duas suas peruas.

E tanto; aquilo tudo e egiptos. Desprendado quanto ao resto, João Porém votou-se às aves --- vocação e meio de ganho. De dele rir-se? A de criar perus, os peruzinhos mofinos, foi sempre matéria atribulativa, que malpaga, às poucas estimas.

Não para o João. Qual o homem e tal a tarefa: congruam-se como um tom de vida, com riqueza de fundo e deveres muito recortados. Avante, até, próspero. Tomara a gosto. O pão é que faz o cada dia.

##### Quarto episódio

Já o invejavam os do lugar --- o céu aberto ao público --- aldeiazinha indiscreta, mal saída da paisagem. Ali qualquer certeza seria imprudência. Vexavam-no a vender o pequeno terreno, próprio aos perus vingados gordos.

Porém tardava-os, com a indecisão falsa do zarolho e o pigarro inconcusso da prudência.

### **Quinto episódio**

Tornaram; e Porém punha convicção no tossir, prático de economias quiméricas, tomadas as coisas em seu meio.

Desistiram então de insistir, ou de esperar que, mais-menos dia, surgida alguma peste, ele desse para trás.

### **Sexto episódio**

Mas lesavam-no, medianeiros, no negócio dos perus, produzidos já aos bandos; abusavam de seu horror a qualquer espécie de surpresas. Porém perseverava, considerando o tempo e a arte, tão clara e constantemente o sol não cai do céu. No fundo, coqueirais.

### **Sétimo episódio**

Mas inventaram, a despautação, de espevitar o espírito.

Incutiram-lhe, notícia oral: que, de além-cercanias, em desfechada distância, uma ignorada moça gostava dele. A qual sacudida e vistosa --- olhos azuis, liso o cabelo --- Lindalice, no fino chamar-se. João Porém ouviu, de sus brusco, firmes vezes; miúdo meditou. Precisava daquilo, para sua saudade sem saber de quê, causa para ternura intacta. Amara-a por fé --- diziam, lá eles. Ou o que mais, porque amar não é verbo; é luz lembrada. Se assim com aquela como o tivessem cerrado noutro ar, espaço, ponto. Sonha-se é rabiscos. Segredou seu nome à memória, acima de mil perus, extremadamente.

### **Oitavo episódio**

Embora de lá não quisesse sair, em busca, deixando o que de lei, o remédio de vida. --- Não ia ver o amor? --- instavam-no, de graça e com cobiça. Arrendar-lhe-iam o sítio, arranjavam-lhe cavalo e viático... Se bem pensou, melhor adiou: aficado, com recopiada paciência, de entre os perus, como um tutor de órfãos. Sustentava-se nisso, sem mecanismos no conformar-se, feito uma porção de não-relógios. A moça, o amor? A esperança, talvez, sempre cabedora. A vida é nunca e onde.

E vem que o tiveram de louvar --- sob pressão de desenvolvimento histórico: um, dos de caminhão, da cidade, fechara com o Porém dos perus tráfico ajuste perfeito; e a bela vez é quando a fortuna ajuda os fracos.

### **Nono episódio**

Nem se dava disso, inepto exato, cuidando e ganhando, só em acrescentamentos, homem efetivo, já admirado, tido na conta de ouro.

Pasmavam, os outros. Pudera crer na inventada moça, tendo-a a peito? Ágil, atento, sempre queria antigas novidades dela.

De dó ou de cansaço, ou por medo de absurdos, acharam já de retroceder, desdizendo-a. Porém prestou-lhe a metade surda de seus ouvidos. Sabia ter conta e juízo, no furtivar-se; e, o que não quer ver, é o melhor lince. Aceitara-a, indestruiu-a. Requieto, contudo, na quietude, na inquietude. O contrário da idéia fixa não é a idéia solta.

### **Décimo episódio**

--- “Aconteceu que a moça morreu...” --- arrependidos tiveram então de propor-lhe, ajuntados para o dissuadir, quase com provas. Porém gaguejou bem --- o pensamento para ele mesmo de difícil tradução: --- Esta não é a minha vez de viver... --- quem sabe. Maior entortou o olhar, sinceramente evasivo, enquanto coléricos perus sacudiam grugulejos. Tanto acreditara? Segurava-se à falecida --- pré-antepredida. E fechou-se-lhe a estrada em círculo.

Porém, sem se impedir com isso, fiel à forte estreiteza, não desandava. Infelicidade é questão de prefixo. Manejava a tristeza animal, provisória e perturbável. Se falava, era com seus perus, e que viver é um rasgar-se e remendar-se. Era só um homem debaixo de um coqueiro.

### **Décimo primeiro episódio**

Vem que viam que ele não a esquecia, viúvo como o vento. Andava o rumo da vida e suas aumentadas substituições. Ela não estava para trás de suas costas. Porém, Lindalice, ele a persentia. Tratava centena de peruzinhos em gaiolas e, outros tantos soltos, já com os pescoços vermelhos.

Bem que bem --- e porque houvesse justo o coincidir fortuito--- moveram de o fazer avistar-se com uma mocinha, de lá, também olhos azuis, lisos cabelos, bonita e esperta, igual à outra, a urdida e consumida. Talvez desse certo. Pois, por sombras! Porém aqui suspendeu suma a cabeça, só zorolhaz, guapamente --- vez tudo, vez nada --- a mais não ver.

### **Décimo segundo episódio**

Deixaram-no, portanto, dado às aranhas dos dias, anos, mundo passável, tempo sem assunto. E Porém morreu; nem estudou a quem largar o terreno e a criação. Assustou-os.

### **Avaliação**

Tinham de o rever inteiro, do curso ordinário da vida, em todas as partes de sua figura --- do dobrado ao singelo. João Porém, ramerrameiro, dia-a-diário --- seu nariz sem ponta, o necessário siso, a força dos olhos caolhos --- imóvel apaixonado: como a água, incolormente obediente.

Ele fora ali a mente mestra. Mas, com ele não aprendiam, nada. Ainda repetiam só: --- “Porém! Porém...” Os perus, também.

### **3.2 Leitura heurística da linguagem poética do conto “João Porém, o criador de perus”**

Na linearidade da materialidade lingüística encontram-se saliências provocadas por estranhamentos relativos à elaboração da linguagem poética. De tais saliências originam-se questionamentos, que podem ser respondidos pelas leituras hermenêutica e/ou intertextual.

Nesta dissertação, consideramos como estranhamento, também, a percepção de uma lacuna em nosso conjunto de conhecimentos, instaurador da dissemetria entre as posições enunciador e co-enunciador. Tal percepção também produz um questionamento, que, por sua vez, também podem ser respondidos pelas leituras hermenêutica e intertextual, de reconstrução histórica.

#### **3.2. Análise da epígrafe do conto**

Se procuro, estou achando.  
Se acho, ainda estou procurando?

Do Quatrêvo

Neste segmento, as frases estão dispostas de modo incomum, compondo um binômio condicional, em estrutura de quiasmo e de paralelismo. Seu mote é o de que não há descoberta sem procura e esta se dá como processo, daí o presente contínuo. Uma vez encontrado o objeto da demanda, a busca cessa.

Saliência: ocorrência de uma elipse na epígrafe. Há referência a uma descoberta não especificada, o que cria um efeito enigmático.

Questionamento 1: “A que descoberta o autor se refere na epígrafe?”

Saliência: o neologismo “Quatrêvo”, pois, para tal significante, não encontramos, de imediato, um significado.

Questionamento 2: “O que significaria a designação “Quatrêvo”.

### 3.2.2 Análise do título do conto

No título do conto “João Porém, o criador de perus”, a palavra “Porém”, colocada em seguida ao prenome, passa a ser lida como sobrenome do substantivo próprio João.

Saliência: a palavra “Porém”, que de gramema passa a lexema.

Questionamento 3: “O que sugeriria o sobrenome “Porém”?”

### 3.2.3 Análise da frase inicial da narrativa

A frase “Agora o caso não cabendo na nossa cabeça”, que inicia o conto, é organizada com repetição silábica e aliterações de *k* e *b*. Nela, o narrador apresenta-se como um contador de casos e cria a ilusão de a estória estar sendo enunciada oralmente.

Saliência: a expressão “não caber na cabeça”, caracterizadora do caso a ser narrado.

Questionamento 4: “A que insensatez (“não caber na cabeça”) o caso a ser narrado se referiria?”

### 3.2.4 Análise do primeiro episódio.

O pai teimava que ele não fosse João, nem não. mãe, sim. Daí o engano e nome, no assento de batismo.

Neste segmento, há representação literária da variedade regional mineira, com a repetição de elementos negativos “não (...) nem não”. Com a escolha do verbo “ser” em vez de “chamar-se”, exprime-se que o pai da criança não deseja que ela seja um “João”. Na frase “A mãe, sim”, tem-se que a “mãe” também “teimava”; contudo, sua teimosia revela um desejo contrário ao do pai, pois ela queria com insistência que seu filho se chamasse “João”.

A contração “daí” indica conclusão, ou seja, o prevalecimento da vontade materna quanto ao prenome dado à criança. A palavra “engano” indica, no entanto, que, para a vontade materna sair vitoriosa, houve algum tipo de artil feminino. Mas

também sugere que houve uma intervenção paterna, pois, embora o pai não revogue o prenome dado, no sobrenome “Porém” deixa inscrita a sua rejeição. O adjunto adverbial “no assento de batismo, indica ser uma igreja o cenário em que se desenvolveu a discórdia entre os pais.

Saliência: a polêmica entre os pais da criança acerca do prenome “João”.

Questionamento 5: “O que haveria de contraditório em ser um “João”?”

### 3.2.5 Análise do segundo episódio

Indistinguível disso, ele viçara, sensato, vesgo, não feio, algo gago, saudoso, semi-surdo; moço. Pai e mãe passaram, pondo-o sozinho. A aventura é obrigatória.

Neste segmento, a expressão “indistinguível disso” não obedece à ordem direta da frase (inversão). O pronome demonstrativo aponta-nos o contexto familiar da criança e que ela não se diferenciava do meio familiar. Tal uso pronominal é um procedimento literário que simula oralidade.

O verbo “viçar” exprime o desenvolvimento da criança. O uso desse verbo em vez de “crescer” consiste em mais um elemento de caracterização do modo de dizer interiorano do narrador.

Dos elementos descritivos (“sensato, vesgo, não feio, algo gago, saudoso, semi-surdo, moço”), o adjetivo “sensato” constitui um traço positivo do caráter de João: maturidade psíquica. Segue, no entanto, um bloco de atributos negativos: disfemia, audição deficiente, estrabismo, que caracterizam o jovem como fisicamente imperfeito.

Com o adjetivo “moço”, é marcada a passagem da infância à juventude. Encontra-se separado dos demais por ponto-e-vírgula, pontuação sugestiva de uma pausa maior na entonação, simulando a pausa da linguagem oral.

Em “Pai e mãe passaram, pondo-o sozinho”, o verbo “passar”, tem a acepção dicionarizada de “deixar a vida terrena; morrer”. A morte do pai resulta na orfandade do jovem, em seu desamparo afetivo e/ou material. Com a frase “A

aventura é obrigatória”, em tom proverbial, há referência ao fato de a aventura de ficar sem os pais ser obrigatória.

Saliência: o suspense instaurado pela palavra “aventura”. Tal palavra pode, também, referir-se ao suspense sobre o que ocorrerá (“aventura”) com o jovem órfão

Questionamento 6: “Haveria outra “aventura”, além a de ficar sem os pais, a ser vivida por João Porém?”

### 3.2.6 Análise do terceiro episódio.

Deixavam ao Porém o terreno e, ainda mais, um peru pastor e três ou duas suas peruas. E tanto; aquilo tudo e egiptos. Desprendado quanto ao resto, João Porém votou-se às aves --- vocação e meio de ganho. De dele rir-se? A de criar perus, os peruzinhos mofinos, foi sempre matéria atribulativa, que malpaga, às poucas estimas. Não para o João. Qual o homem e tal a tarefa: congruía-se como um tom de vida, com riqueza de fundo e deveres muito recortados. Avante, até, próspero. Tomara a gosto. O pão é que faz o cada dia.

Em “Deixaram ao Porém o terreno e, ainda mais, um peru pastor e três ou duas suas peruas” há assonância (*duas suas peruas*). Informa-nos que os pais de João Porém deixaram-lhe uma herança de pouca monta: uma pequena propriedade com algumas aves reprodutoras.

Em “E tanto; aquilo tudo e egiptos”, apesar da precariedade da herança, ocorre a focalização positiva de João em relação à sua herança. Com “egyptos”, estabelece-se uma analogia entre a grande nação (Egito) e a propriedade herdada -- o terreno e as aves reprodutoras. Segundo Martins (2001:180), “egyptos” significa:

o sentido de egyptos “é incerto. É (...) uma metonímia de nome próprio de país empregado como substantivo comum. O sentido é difícil de determinar, talvez se possa entender que aquele pouco era como um grande país para o pobre moço.

Em “Desprendado quanto ao resto, João Porém votou-se às aves – vocação e meio de ganho”, afirma-se o empenho total (“votar”) de João Porém, na atividade de criador de perus. Tal devotamento decorria de sua falta de aptidão para qualquer outro ofício (“desprendado quanto ao resto”).

A frase “De dele rir-se? simula oralidade. Informa-nos que o ofício de criar perus era desprestigiado socialmente.

Em “Qual o homem e tal a tarefa: congruía-se, como um tom de vida, com riqueza de fundo e deveres muito recortados”, a relação entre o avicultor e seu ofício

aparece como harmônica. Segundo Martins (2001:130), o neologismo “congruir” significa: “estar de acordo, harmonizar-se (...), tendo sido tomado do latim *congruere*, ‘estar de acordo’, ‘entender-se’.” A comparação da ação de “congruir” com “um tom de vida” sugere um diálogo harmônico entre o avicultor e suas aves, na linguagem delas, diálogo que se exprime no neologismo onomatopaico “congruir” (“gruir” segundo o dicionário Houaiss, significa “soltar (o grou, o falcão etc) a sua voz”).

O trecho “com riqueza de fundo e deveres muito recortados” sugere o modo de agir de João Porém no exercício de sua função, sua excelência (“riqueza de fundo”) e precisão, preocupação com os detalhes (“muito recortados”).

A palavra “Avante” sugere, não apenas que João Porém evolui, mas também que sua perspectiva dirige-se à frente dos demais, que ele é capaz de encontrar uma solução material eficaz para sua sobrevivência, mais progressista que a de seu meio social.

Com a palavra “próspero”, somos informados de que a tarefa de criar perus não serve apenas para a subsistência, mas também possibilita o enriquecimento de João Porém.

A expressão “Tomara a gosto” sugere o prazer de João Porém em executar a tarefa de criar perus, prazer resultante do exercício do ofício. Tal expressão retoma a palavra “vocação”.

Na frase “O pão é que faz o cada dia”, há presença de aliterações (dos fonemas *k* e *d*). Nela, proferida com tom proverbial, o que se evidencia é a importância do aspecto material (“pão”) para a sobrevivência e para a realização pessoal (“faz o cada dia”), ou seja, a atividade de criar perus como condição para a sobrevivência do jovem órfão. Nessa frase, o “que”, expletivo, simula literariamente a fala sertaneja.

Na frase “A de criar perus, os peruzinhos mofinos, foi sempre matéria atribulativa, que malpaga, às poucas estimas”, tem-se que o ofício de criar perus era desprestigiado, por ser atividade trabalhosa e mal remunerada.

Saliência: a palavra “egyptos” atribuindo grande valor à herança precária.

Questionamento 7: “Por que tão grande valorização da herança precária por parte de João Porém”?

Saliência: o narrador afirma que a tarefa em que o avicultor se envolve é bastante trabalhosa, mas não esclarece os detalhes dessa atribuição.

Questionamento 8: “Qual seria a atribuição do ofício de criar perus?”

### 3.2.7 Análise do Quarto episódio

Já o invejavam os do lugar --- o céu aberto ao público --- aldeiazinha indiscreta, mal saída da paisagem. Ali qualquer certeza seria imprudência. Vexavam-no a vender o pequeno terreno, próprio aos perus vingados gordos. Porém tardava-os, com a indecisão falsa do zarolho e o pigarro inconcusso da prudência.

Em “Já o invejavam os do lugar --- o céu aberto ao público --- aldeiazinha indiscreta, mal saída da paisagem”, são focalizadas características negativas dos conterrâneos de João Porém e da localidade em que ele nasceu e reside.

Essa frase diz respeito à inveja, à cobiça, ao hábito de espalhar boatos dos conterrâneos do avicultor.

A frase “Ali qualquer certeza seria imprudência” também retoma o hábito do mexerico. A expressão “mal saída da paisagem” retoma a pequenez do lugarejo, ou seja, restrição espacial e de mentalidade.

Em “Vexavam-no a vender o pequeno terreno, próprio aos perus vingados gordos”, é narrado o assédio dos conterrâneos ao avicultor. O dicionário *Houaiss* traz a seguintes acepções para esse vocábulo:

atormentar(-se), molestar(-se); causar vexame ou humilhação a; afrontar, humilhar; fazer ficar ou ficar envergonhado; Regionalismo: Nordeste do Brasil: ar pressa a ou ter pressa; apressar(-se), azafamar(-se); perseguir ou assustar com assombramento; assombrar.

A palavra “vexar”, no texto, indica a ação de “atormentar” João Porém, e também sugere a pressa de seus conterrâneos em realizar a negociação do terreno. Portanto, o modo de agir dos conterrâneos de João Porém é oposto ao modo de agir do avicultor, descrito, anteriormente, como sendo meticuloso: “com riqueza de fundo” e “deveres muito recortados”. É nítida a diferença entre as ações de João Porém e as do grupo formado por seus conterrâneos, pois, enquanto os atos do avicultor são produtivos, realizados com excelência e geradores de grande prosperidade, os do grupo dos moradores, por sua vez, são apresentados como atos ávidos, que molestam.

O grupo formado pelos habitantes da aldeiazinha almejava a prosperidade material; contudo, não se devotava à tarefa “atribulada” e “malpaga” de criar perus, como João Porém, mas esperava obter a riqueza desejada, negociando para tanto o terreno em que o lucro já estava garantido (“perus vingados”).

Em “Porém tardava-os, com a indecisão falsa do zarolho e o pigarro inconcusso da prudência”, tem-se que o avicultor, contrariando o desejo de seus conterrâneos, não lhes vendeu seu terreno próspero. Nessa ação de Porém, aparece sua habilidade como negociante, valendo-se para tanto de sua imperfeição física (estrabismo e gagueira).

A construção “indecisão falsa” expressa uma hesitação simulada, por meio da qual o avicultor oculta sua convicção. A lentidão do avicultor se contrapõe à avidez de seus conterrâneos, expressa anteriormente, neste mesmo episódio, pelo verbo “vexar”.

O dicionário *Houaiss* traz as seguintes acepções para o termo “inconcusso”:

que está solidamente estabelecido, fixado; firme, inabalável, sólido; que se impõe pela sua evidência; indiscutível, incontestável, insofismável; que não se deixa corromper, não se deixa seduzir para obter proveitos, vantagens, lucros; incorruptível, austero, imaculado.

A palavra “inconcusso” exprime que a sensatez do avicultor era “inabalável”, mas também era dissimulada por seu modo “deficiente” de se exprimir. Nessa frase, há hipálage (a austeridade da “prudência” desloca-se para o substantivo “pigarro”) transformando um defeito em excelência. A escolha da palavra “inconcusso” também sugere, pela cacofonia, a fala do avicultor “algo gago”.

Saliência: Focalização negativa do agir conterrâneos do avicultor em contraposição à focalização positiva das ações de João Porém.

Questionamento 8: “Como se explicaria essa divergência das mentalidades de João Porém e seus conterrâneos?”

### **3.2.8 Análise do Quinto episódio.**

Tornaram; e Porém punha convicção no tossir, prático de economias quiméricas, tomadas as coisas em seu meio. Desistiram então de insistir, ou de esperar que, mais-menos dia, surgida alguma peste, ele desse para trás.

Em “Tornaram; e Porém punha convicção no tossir, prático de economias quiméricas, tomadas as coisas em seu meio”, o verbo “tornaram” exprime que o grupo formado pelos habitantes da aldeiazinha persiste em sua tentativa de enriquecer comprando a propriedade próspera de João Porém. Segundo o dicionário *Houaiss*, esse verbo tem as seguintes acepções: regressar ao ponto onde esteve; voltar; volver a (situação, estado ou tempo anterior)”, e, sendo assim, se opõe ao movimento progressivo do avicultor, mencionado em “avante”.

Conforme este segmento, o avicultor continua hábil em se esquivar das investidas dos negociantes. O vocábulo “quiméricas”, segundo o dicionário *Houaiss*, designa: “relativo a quimera; que é fruto da imaginação, da fantasia; fantástico, fictício, utópico”. Esse adjetivo sugere que o avicultor economizava muito para manter-se proprietário do terreno herdado. Com esse trecho, retoma-se a sensatez e a prudência do avicultor em suas ações como negociante.

Com a frase, “Desistiram então de insistir, ou de esperar que, mais-menos dia, surgida alguma peste, ele desse para trás”, evidencia-se uma oposição entre o agir de João Porém e o de seus conterrâneos: enquanto o avicultor persiste, os negociantes da aldeiazinha abandonam a negociação.

Nesse trecho, tem-se que os habitantes da aldeiazinha desejavam o fracasso de João Porém, retomando o verbo “invejar”. Contudo, João Porém não “dá para trás”, retomando o advérbio “avante” e o adjetivo “próspero” mencionados.

### **3.2.9 Análise do Sexto episódio**

Mas lesavam-no, medianeiros, no negócio dos perus, produzidos já aos bandos; abusavam de seu horror a qualquer espécie de surpresas. Porém perseverava, considerando o tempo e a arte, tão clara e constantemente o sol não cai do céu. No fundo, coqueirais.

Em “Mas lesavam-no, medianeiros, no negócio dos perus, produzidos já aos bandos; abusavam de seu horror a qualquer espécie de surpresas”, continua-se a narração de ações que retratam o grupo formado pelos moradores da aldeiazinha.

O traço negativo apresentado, nesse segmento, é o da falta de escrúpulos de seus conterrâneos no comércio dos perus. Eles criavam circunstâncias inesperadas para prejudicar o avicultor.

O verbo “abusar” diz respeito à focalização pejorativa do narrador quanto aos atos dos conterrâneos de João Porém e retoma trecho anterior: “deixaram então de insistir, ou de esperar que, mais-menos dia, surgida alguma peste, ele desse para trás”. Com esses trechos, tem-se que as ações dos moradores da aldeiazinha, em vez de estarem voltadas para o próprio desenvolvimento, estavam dirigidas a levar o avicultor ao fracasso.

O trecho “produzidos já aos bandos” exprime que, apesar dos obstáculos provocados intencionalmente por seus conterrâneos, João Porém prosperava, sendo que sua prosperidade é quantificada pelo crescimento de sua criação de perus.

Em “Porém perseverava, considerando o tempo e a arte, tão clara e constantemente o sol não cai do céu”, retoma-se a pertinácia do avicultor. No verbo “perseverar”, há o elemento “sever”, que segundo o dicionário *Houaiss*, consiste em

antepositivo, do lat. *severus*, a, um 'severo, que tem aspecto severo, grave, sério; íntegro, reto, incorruptível;; ocorre já em voc. cunhados no próprio lat., como severidade (*severitas*) e severo, (...) ocorre ainda nas f. prefixadas (...) perseverança, perseverar e derivados.

A escolha do verbo “perseverar”, considerando-se, inclusive, o elemento de composição “sever” retoma a sensatez de João Porém, sua integridade e retidão de procedimento, ao contrário de seus conterrâneos inescrupulosos. Essa noção de algo “incorruptível”, que o radical “sever” porta, também se encontra no “inconcusso”, anteriormente mencionado.

Com o trecho “considerando o tempo e a arte”, retomam-se as expressões “com riqueza de fundo” e “deveres muito recortados”, em que, é realçada a excelência do modo de agir do sertanejo em sua atividade avícola. No dicionário *Houaiss*, para o vocábulo “tempo”, tem-se:

(...) período contínuo e indefinido no qual os eventos se sucedem; (...) época; época na qual se vive; oportunidade para a realização de alguma coisa; conjunto de condições meteorológicas; época propícia para certos fenômenos ou atividades; estação.

João Porém conhecia os fatores climáticos propícios ao exercício de seu ofício, bem como o tempo necessário para que os “peruzinhos “mofinos” se tornassem “vingados gordos”. No dicionário *Houaiss*, para “arte”, tem-se:

(...) habilidade ou disposição dirigida para a execução de uma finalidade prática ou teórica, realizada de forma consciente,

controlada e racional; (...) conjunto de meios e procedimentos através dos quais é possível a obtenção de finalidades práticas ou a produção de objetos; técnica; p. opos. a ciência ('conhecimento não aplicado'); acervo de normas e conhecimentos indispensáveis ao exercício correto de uma atividade. perfeição, esmero técnico na elaboração (p.opos. à espontaneidade natural); requinte; capacidade especial; aptidão, jeito, dom; qualidade de experto; perícia, habilidade.

João tinha “dom” para o ofício de criador de perus e , como essa tarefa era executada por ele de forma repetida, o avicultor atingiu a excelência nela. Esta noção grande habilidade retoma o trecho “João Porém votou-se às aves --- vocação e meio de ganho.”

A expressão “não cai do céu” sugere firmeza, estabilidade, solidez. Com essa imagem, estabelece-se uma relação de comparação entre a firmeza da posição solar e a perseverança de João Porém. A firmeza é o elemento que identifica o avicultor ao sol, pois, assim como o sol se mantém firme no céu, o avicultor é firme em sua dedicação à criação de perus. Com essa analogia, a perseverança do criador de perus, ao executar seu ofício é realçada.

No advérbio “clara”, há um atributo do sol, a claridade, construindo uma figura de linguagem denominada hipálage. O advérbio “clara” expressa que a ação de João Porém era notável. Esse advérbio se opõe ao adjetivo “indistinguível”, do segundo episódio.

As construções “considerando o tempo e a arte” e “tão clara e constantemente o sol não cai do céu” modificam o verbo “perseverar”, qualitativa e quantitativamente, pois indicam que o modo de perseverar de “Porém”, além de constante, inabalável, é, ainda, reflexivo, habilidoso, notável. A comparação entre o modo de João Porém trabalhar e a posição solar realça a perseverança do avicultor.

A construção “No fundo coqueirais” exprime que no cenário (“no fundo”) em que o avicultor exercia sua atividade havia um tipo de árvore de grande importância econômica e ampla distribuição geográfica, por produzir frutos comestíveis de largo emprego industrial. Assim, “coqueirais” nos sugere a riqueza natural do espaço. Esse coletivo também sugere que o crescimento de João Porém não somente se orienta para frente, conforme a palavra “avante”, mencionada anteriormente, como também progride verticalmente, é ascensional.

### **3.2.10 Análise do Sétimo episódio**

Mas inventaram, a despautação, de espevitar o espírito. Incutiram-lhe, notícia oral: que, de além-cercanias, em desfechada distância, uma ignorada moça gostava dele. A qual sacudida e vistosa --- olhos azuis, liso o cabelo --- Lindalice, no fino chamar-se. João Porém ouviu, de sus brusco, firmes vezes; miúdo meditou. Precisava daquilo, para sua saudade sem saber de quê, causa para ternura intacta. Amara-a por fé --- diziam, lá eles. Ou o que mais, porque amar não é verbo; é luz lembrada. Se assim com aquela como o tivessem cerrado noutra ar, espaço, ponto. Sonha-se é rabiscos. Segredou seu nome à memória, acima de mil perus, extremadamente.

Em “Mas inventaram, a despautação, de espevitar o espírito”, a pontuação está em desacordo com a norma culta, segundo a qual os termos essenciais e integrantes da oração ligam-se uns com os outros sem pausa; não podendo ser separados por vírgula (CUNHA, 1979:598). O complemento verbal (“a despautação” -- objeto direto) do verbo “inventaram” é separado por vírgulas, sinalização gráfica que representa a cadência própria da fala rural.

O neologismo “despautação” refere-se ao trecho: “incutiram-lhe, notícia oral: que, além cercanias, em desfechada distância, uma ignorada moça gostava dele”. Refere-se, portanto, à mentira inventada pelos moradores da aldeiazinha acerca da existência de uma bela moça apaixonada por João Porém.

Segundo Martins (2001:164), “despautação” pode ser entendido como “disparate”, “despautério”. Segundo o dicionário *Houaiss*, para “despautério”, tem-se: “dito ou ação absurda, grande tolice; despropósito, disparate, desconchavo, contra-senso”. Nesta criação lexical, o produtor explorou a possibilidade de permutar afixos, no caso “-ério” por “ação”. Contudo, o conhecimento da etimologia do vocábulo “despautério” não nos permite considerar o elemento “ério” como sufixo, pois, segundo o dicionário *Houaiss*,

despautério provém do antropônimo Despautère, nome afrancesado de J. van Pauteren ou talvez latinizado Despauterius (gramático flamengo, 1480?-1520), cuja obra *Comentarii gramatici* (1537), confusa e rica de dislates, foi muito difundida na Europa entre os sXVI-XVII.

Na formação do neologismo “despautação”, há condensação de dois vocábulos: “**despautério**” + “**falação**”. Essa designação nova pode, ser entendida, portanto, como uma mentira (“despautério”) transmitida oralmente (“falação”).

O fragmento “de espevitar o espírito” refere-se à “despautação”. No dicionário *Houaiss*, para “espevitar”, tem-se:

cortar, aparar ou puxar um pouco (pavio, morrão, mecha etc.), para avivar a chama, atizar, avivar (a chama), por qualquer meio; avivar, despertar, estimular (pessoas, sentimentos, faculdades etc.); Regionalismo: Brasil. Uso: informal.m.q. assanhar ('tornar ou ficar animado').

A construção “espevitado o espírito” pode ser entendida como ação propícia a incitar paixão (páthos) no avicultor, causar-lhe abalo emocional. Nela, ocorre a repetição de fonemas: “**desp**autação, de **espe**vitado o **esp**írito”.

Em “Incutiram-lhe, notícia oral: que, de além-cercanias, em desfechada distância, uma ignorada moça gostava dele”, há uma vírgula que contraria a norma padrão, simulando a pausa da linguagem oral.

O verbo “incutir”, segundo o dicionário *Houaiss*, denota:

fazer(-se) penetrar em; introduzir(-se); suscitar (sentimentos, pensamentos etc.) [a]; infundir, inspirar. Sua etimologia: lat. *incutio, is, ússi, ussum, utère* 'dar contra, bater, atirar, aplicar batendo, lançar contra, p.ext. abalar, comover, suscitar, incutir.

A construção “notícia oral” informa-nos que a mentira foi transmitida oralmente, como é o modo costumeiro de transmissão de informações num lugarejo de iletrados.

Para o substantivo “cercanias”, o dicionário *Houaiss* traz as seguintes acepções: “região localizada ao redor de núcleo populacional ou urbano; arredor, imediação, subúrbio (mais us. no pl.); proximidade de; vizinhança”. Portanto, a localidade inventada, para residência da donzela lendária, era distante da aldeia em que o avicultor morava. A expressão “desfechada distância” retoma “além-cercanias”, ambas designando lugar remoto.

No dicionário *Houaiss*, para “desfechar”, tem-se: “tirar ou soltar o que fecha ou sela (algo); abrir; apresentar conclusão, desenlace em; concluir, finalizar, terminar”. O adjetivo “desfechada” é mais sugestivo que o adjetivo “aberta”, pois, naquele estão associados significados relativos à possível revelação de algo que está encoberto, bem como a sugestão de que seria este o espaço do “desenlace” da intriga.

Em “A qual sacudida e vistosa --- olhos azuis, liso o cabelo --- Lindalice, no fino chamar-se”, a moça inventada pelos conterrâneos de João Porém é descrita, como “sacudida e vistosa”. A omissão do artigo “os” em “olhos azuis” é uma simulação literária de oralidade. Segundo o dicionário *Houaiss*, para o vocábulo “sacudido” tem-se:

que se sacudiu; agitado repetidamente, sacolejado, mexido; cheio de vivacidade; desembaraçado; Regionalismo: Brasil.muito saudável, bem disposto; forte, robusto; ver sinonímia de valentão.

O adjetivo “sacudida” é inesperado, pois revela robustez e valentia, atributos incomuns na representação literária da donzela que espera, passivamente, pelo amado/libertador.

Também é surpreendente o nome atribuído à donzela inventada: Lindalice, cujo significado é “Alice - (Grego) - Alethia, a verdadeira; grega que não conhece a mentira”.

Em “João Porém ouviu, de sus brusco, firmes vezes; miúdo meditou”, “sus brusco” exprime o impacto que a notícia causou em João Porém. É expressiva por sua semelhança com a palavra *susto*. Para “sus”, no dicionário *Houaiss*, tem-se:

expressão para infundir ânimo; eia, coragem, ora sus”. Para “brusco”: “diz-se de movimento imprevisto e rápido; que surge de súbito, e forte”. No fragmento analisado, “sus” é adjunto adverbial de intensidade de “brusco”.

. Acerca da expressão “de sus brusco”, pode-se dizer ainda que ela expressa a comoção do avicultor, retoma a expressão “abusavam de seu horror a qualquer espécie de surpresas”.

A expressão “firmes vezes” sugere a insistência dos moradores, trocistas, em convencer o avicultor da existência de Lindalice, que lhe repetiram “firmes vezes” a “despautação”.

O fragmento “miúdo meditou” exprime que o avicultor refletiu acerca do que lhe contaram pormenorizadamente. A frase “Precisava daquilo, para sua saudade sem saber de quê, causa para ternura intacta” exprime que, a partir da meditação pormenorizada, João Porém compreendeu que “precisava daquilo, para sua saudade sem saber de quê, causa para ternura intacta.”

O pronome demonstrativo “daquilo” remete à “notícia oral” inventada. Com essa explicação, o narrador, onisciente, esclarece-nos que João Porém encontrou uma justificativa para seu saudosismo.

A palavra “saudade” faz com que retomemos o atributo “saudoso”, caracterizador de João Porém. No início da narrativa, esse adjetivo se referia à saudade do jovem órfão de seus pais falecidos. Neste segmento, o narrador retoma esse atributo, esclarecendo que o avicultor era portador de uma saudade indefinida (“sem saber de quê”), ou seja, não se tratava de um atributo acidental, mas essencial, inerente a ele. Não há incompatibilidade entre a saudade do amor dos

pais e a carência de amor, de carinho, que se manifesta como uma saudade indeterminada.

Em “Amara-a por fé, diziam eles, o narrador afirma que João Porém é crédulo e sua fé faz-lhe amar Lindalice.

A frase “Ou o que mais, porque amar não é verbo; é luz lembrada”, que se assemelha a um provérbio, diz respeito ao fato de João Porém ter passado a amar Lindalice.

Nessa frase, a expressão “lembrada” retoma saudade indeterminada (“sua saudade sem saber de quê, causa para intacta ternura”). O narrador afirma que amar não é uma ação realizada, mas recordação, e a palavra “luz” sugere “intuição da verdade”, pois, conforme o dicionário *Houaiss*, o vocábulo luz denota:

capacidade de visão; idéia que ilumina a mente; intuição da verdade; esclarecimento, elucidação, informação; caráter de clareza, de evidência, de certeza, que alguma coisa oferece ao espírito; .m.q. insight ('clareza súbita na mente').

Em “Se assim com aquela como o tivessem cerrado noutro ar, espaço, ponto”, colocada a frase em ordem direta tem-se: “Assim como se o tivessem cerrado, com aquela, noutro ar, espaço, ponto.”

Nessa frase, a palavra “cerrado” sugere a união estreita entre o avicultor e a moça inventada e, também, sugere espaço fechado, vedado aos demais, conforme o vocábulo no dicionário *Houaiss*:

unir duas ou mais partes de, inibindo passagem de ar, luz, pessoa etc.; fechar; bloquear ou obstruir abertura, passagem de; cercar, tapar, vedar; unir fortemente (partes separadas) de tal maneira que desapareçam os espaços que essas partes formam quando apartadas; apertar, pressionar; encobrir ou resguardar dispondo (algo) sobre, ao redor de; cobrir.

O trecho “noutro ar, espaço, ponto” sugere que o sentimento amoroso fez com que o avicultor se sentisse elevado. Com esse trecho, há uma noção de espacialidade, retomando a expressão “além-cercanias”, adicionando-lhe a noção de lugar transcendente, superior, sublime.

Em “Sonha-se é rabiscos”, há o acréscimo de uma forma verbal do verbo ser, com o deslocamento de componentes da frase, procedimento sintático que mimetiza a oralidade do sertanejo mineiro.

Essa frase, em tom proverbial, sugere o caráter indecifrável do sonho amoroso. Ela retoma a frase: “amar (...) é luz lembrada”. No dicionário *Houaiss*, para o vocábulo “rabiscos”, tem-se: “letras ilegíveis; notas escritas sem esmero”, neste

segmento, sugere que o devaneio amoroso, embora eleve o ser que ama (“noutro ar, espaço, ponto”) é apenas um esboço de algo mais perfeito (“luz”).

Em “Segredou seu nome à memória, acima de mil perus, extremadamente”, afirma-se que João Porém amava silenciosa e intensamente. Nessa frase, há o uso de “perus” para indicar a intensidade do amor do avicultor, pois a ave parece ser o objeto mais valorizado por João Porém até então, ou o objeto de cujo valor ele mais entende e conhece. O numeral “mil” expressa um amor sem conta. A grandeza desse sentimento amoroso é reiterada, a seguir, pelo advérbio “extremadamente”.

Saliência: a menção de uma saudade “sem saber de quê”.

Questionamento 10: “Como se explicaria esse sentimento de saudade indeterminada?”

### 3.2.11 Análise do Oitavo episódio

Embora de lá não quisesse sair, em busca, deixando o que de lei, o remédio de vida. --- Não ia ver o amor? --- instavam-no, de graça e com cobiça. Arrendar-lhe-iam o sítio, arranjavam-lhe cavalo e viático... Se bem pensou, melhor adiou: aficado, com recopiada paciência, de entre os perus, como um tutor de órfãos. Sustentava-se nisso, sem mecanismos no conformar-se, feito uma porção de não-relógios. A moça, o amor? A esperança, talvez, sempre cabedora. A vida é nunca e onde. E vem que o tiveram de louvar --- sob pressão de desenvolvimento histórico: um, dos de caminhão, da cidade, fechara com o Porém dos perus tráfico ajuste perfeito; e a bela vez é quando a fortuna ajuda os fracos.”

Em “Embora de lá não quisesse sair, em busca, deixando o que de lei, o remédio de vida”, evidencia-se o desejo de João Porém de permanecer em sua terra natal.

A expressão “o que de lei” diz respeito ao ofício de criar perus, tarefa que João Porém não desejava abandonar, para ir em busca da amada. Com a locução adjetiva “de lei”, a criação de perus é qualificada como algo imprescindível; “de lei” porque a recebeu por herança e pertencia-lhe “de lei”, ou seja, não deveria perdê-la, nem desfazer-se dela.

A expressão “remédio de vida” valoriza o ofício de criar perus, pois é o meio de vida do avicultor, não possuidor de outro meio de sobrevivência. No dicionário *Houaiss*, para “remédio”, tem-se:

substância ou recurso utilizado para combater uma dor, uma doença; o que serve para aplacar sofrimentos morais, para atenuar os males da vida; tudo que serve para eliminar uma inconveniência, um mal, um transtorno; recurso, solução; aquilo que protege, que auxilia; o que retifica falha ou defeito; emenda, correção, retificação”.

A locução adjetiva “de vida” exprime que a tarefa que o criador de perus se dedicava era-lhe de primordial importância.

Em “--- Não ia ver o amor? ---instavam-no de graça e com cobiça”, em discurso direto, aparece a frase tentadora, que é proferida pelos conterrâneos de João Porém, a fim de movê-lo para longe de sua propriedade rural próspera. Nela, o uso do verbo “ver”, em vez de “encontrar”, exprime que a ação de “ver” é apresentada, portanto, como a mais tentadora. A descrição de Lindalice, feita pelos conterrâneos de João Porém, evidenciou, exclusivamente, os aspectos visuais da moça, a sua beleza (“vistosa”, “olhos azuis”, “liso o cabelo”).

O vocábulo “instar”, segundo o dicionário *Houaiss*, denota: “perguntar com insistência”.

As expressões seguintes “de graça” e “com cobiça” dizem respeito, à motivação dos conterrâneos de João Porém, sendo que a locução adverbial “de graça” denota leviandade, e “com cobiça”, denota falta de moderação, avidez pela propriedade alheia. A locução “com cobiça” evidencia que João Porém já não era o indivíduo “indistinguível”, mas, ao contrário, ele havia se tornado alguém com grande destaque em seu meio social.

Se no fragmento “--- Não ia ver o amor?” é apresentado, por seus conterrâneos, o motivo para que o avicultor partisse, no trecho “Em “Arrendar-lhe-iam o sítio, arranjavam-lhe cavalo e viático...”, são apresentados os meios para viabilizar a empreitada.

Segundo o dicionário *Houaiss*, a expressão “viático” denota: “conjunto de provisões para viagem, que pode ser de dinheiro e/ou víveres”. Nesse trecho, dois tempos verbais são utilizados para designar ação futura hipotética: futuro do pretérito, “arrendar-lhe-iam” e pretérito imperfeito, “arranjavam-lhe”, sendo que, na linguagem oral, predomina o imperfeito.

Em “Se bem pensou, melhor adiou: aficado, com recopiada paciência, de entre os perus, como um tutor de órfãos”, os verbos “pensar” e “adiar” indicam que o agir do avicultor não era precipitado. Esse agir comedido retoma “o pigarro

inconcusso da prudência”, “tomadas as coisas em seu meio”, e “miúdo meditou”. Por outro lado, esse agir prudente se opõe ao modo de agir de seus conterrâneos, impensado (“de graça”), e apressado (“vexar”).

Após refletir, o avicultor decidiu, em vez de se aventurar, cedendo à vontade insistente de seus conterrâneos, ficar em sua terra natal. A expressão usada para exprimir a permanência de João Porém em sua aldeia é “aficado”, que segundo o dicionário *Houaiss*, designa:

Diacronismo antigo. que se aficou; que se cravou; ferrado; que insiste em obter qualquer coisa; afincado, obstinado, teimoso; que se caracteriza pelo empenho constante; aplicado, esforçado; que se sente como vítima; perseguido, sofrido, atormentado, angustiado.

“Aficado” trata-se de um arcaísmo, não de um neologismo como se poderia erroneamente supor.

A palavra “recopiada” é usada em vez de “redobrada”. Essa expressão é mais expressiva do que “redobrada” e, no texto, significa “abundante”.

O trecho “de entre os perus, como um tutor de órfãos trata do espaço em que o avicultor permaneceu “aficado”. A comparação caracteriza o agir do avicultor como o de proteção às aves. No dicionário *Houaiss*, para “tutor”, tem-se: “indivíduo que exerce uma tutela (tb. dita tutoria); Derivação: por extensão de sentido. aquele que ampara, protege, defende; guardião.”

A escolha da palavra tutor exprime que o agir do avicultor em relação aos perus era muito amoroso, diferentemente do que expressaria a escolha dos vocábulos “dono” ou “proprietário”. A palavra “tutor”, ao expressar relação de afeto, também, retoma “votou-se às aves”.

Em “Sustentava-se nisso, sem mecanismos no conformar-se, feito uma porção de não-relógios”, o pronome demonstrativo “isso” refere-se à dedicação do avicultor à sua criação. O verbo “sustentar” é mais expressivo que o verbo “apoiar-se”, pois, nele estão associados tanto a noção de “firmar-se” como a de “resistir”, “nutrir-se”. Segundo o dicionário *Houaiss*, o verbo “sustentar” significa:

segurar por baixo, carregar com o peso de; suster, suportar; evitar a queda, manter o equilíbrio de (algo, alguém ou o próprio); apoiar(-se), suster(-se), firmar(-se); manter(-se) no ar, sem largar ou cair; manter a resistência a; resistir, agüentar(-se); dar ou receber alimentação; alimentar(-se), nutrir(-se); dar ou obter os recursos necessários para a manutenção; manter(-se), conservar(-se); dar ou receber o necessário à vida (alimentação, vestuário, habitação, cuidados com a saúde etc.); prover(-se), manter(-se), amparar(-se); gerar os recursos materiais para a sobrevivência de (um país, uma classe social etc.); servir de alimento moral a; instruir, edificar; manter elevado, digno,

honrado (algo ou a si mesmo); sofrer (algo) com resignação, com firmeza; suportar; permanecer em (algum lugar), resistindo, lutando; dar(-se) forças, manter(-se) firme, sem fraquejar; fortalecer(-se), encorajar(-se)

As construções com elementos negativos --- “sem mecanismos” e “não-relógios” --- referem-se ao tempo transcorrido no momento em que o avicultor “se sustentava nisso”, ou seja, ele usa o ofício de criar perus como sustentáculo de sua existência, longe da amada. Tais expressões sugerem um tempo não cronológico (não-relógios), e sim psicológico, incomensurável, do ponto de vista daquele que tenta se resignar, que no texto aparece como “no conformar-se”.

A escolha da palavra “conformar-se” é mais expressiva que “aceitar” ou “resignar-se”, pois é mais sugestiva de harmonia, de conciliação, pois, segundo o dicionário *Houaiss*, denota: “dar ou tomar forma; configurar(-se); estar em conformidade ou de acordo com; identificar-se; resignar-se com; aceitar; sujeitar-se a, submeter-se”.

Essa noção de harmonia no modo de agir de João Porém retoma o neologismo “congruía-se”, bem como o jeito dissimulado de se desviar das admoestações de seus conterrâneos em “com a indecisão falsa do zarolho”, “punha convicção no tossir”.

Ao contrário, seus conterrâneos são apresentados como agentes de ações de litígio (“invejavam”, “vexavam-no”; “esperar que (...) surgida alguma peste”; “lesavam-no”, “abusavam de seu horror a qualquer espécie de surpresas”; “inventaram a despautação, de espevitar o espírito”), a começar por seus progenitores, cuja divergência é narrada no início da narrativa.

Em “A moça, o amor?”, é apresentado, em discurso indireto livre, expressando o conflito interior do avicultor enamorado, por não poder partir em demanda da moça por ele amada, uma vez que não podia abandonar sua criação.

Com frase “A esperança, talvez, sempre cabedora”, o narrador comenta o pensamento do avicultor. O advérbio de dúvida “talvez” auxilia a produzir o efeito do tom reflexivo assumido pelo narrador, contador de estórias. Ela exprime um comentário do narrador em um tom hesitante, como um modo de dizer de quem estivesse matutando.

Neste segmento, destaca-se o neologismo “cabedora”. Segundo Martins (2001:88), para o neologismo “cabedora”, tem-se: “ND. Capaz de conter. // Deriv. de caber, no sent. ativo de ‘conter’ e não no passivo de ‘ser contido’.

Pode ter havido permuta dos afixos –ora, de “cabedora” e –ível, de “cabível”. Para “cabível”, segundo o dicionário *Houaiss*, tem-se: “que cabe; passível de caber (em coisa, lugar, período de tempo ou espaço etc.); que tem cabimento”. Assim, com essa permutação, a esperança cabedora é ativa, mas também “tem cabimento”, ou seja, não é absurda para o avicultor, uma vez que ele acredita que Lindalice é real e gosta dele.

Com a frase “A vida é nunca e onde”, em tom proverbial, o narrador evidencia o lugar do (des)encontro do par amoroso, distante do “aqui e agora”, ou seja, da dimensão física do amor, ou seja,

A expressão “E vem que”, ou seja, “e aconteceu que”, mimetiza a oralidade, com função fática.

Com o trecho “o tiveram de louvar”, o narrador nos informa que o criador de perus obteve grande reconhecimento público.

O motivo de os conterrâneos de João Porém o terem louvado é que o avicultor firmou um acordo vantajoso, viabilizando o transporte de suas aves para fora dos limites de sua aldeiazinha natal.

Com a palavra “caminhão”, o produtor fornece pistas quanto à temporalidade do texto, ou seja, trata-se de uma época em que o sertão já é acessível a esse meio de transporte.

Com a palavra “cidade”, aparece um espaço diferente daquele em que se desenrolavam as ações até então, a província interiorana. Trata-se de um espaço urbano, que denota a expansão do empreendimento do avicultor. Esse ir-além dos limites retoma a expressão “avante”.

Com a frase, “a bela vez é quando a fortuna ajuda os fracos”, em tom proverbial, exprime-se a grande riqueza alcançada pelo avicultor.

No dicionário *Houaiss*, para “fraco”, tem-se:

carente de vigor; pouco robusto; debilitado, frágil; pouco rijo; pouco exímio em determinada atividade; que deixa a desejar; insuficiente, inferior; incompetente; Uso: informal: diz-se de indivíduo muito pobre, miserável; que ou aquele que é falto de força moral, de determinação, de firmeza; que ou aquele que recua diante do risco, do perigo; covarde; indivíduo sem defesa, desvalido.

A trajetória existencial de João Porém desmente quase todas as acepções dicionarizadas para o vocábulo “fraco”: com o verbo “viçara”, o avicultor foi caracterizado como robusto; com o fragmento “Qual o homem e tal a tarefa” foi considerado como hábil e competente; a palavra “próspero” apresenta-nos a riqueza

material do avicultor; ao longo da narrativa ele vai se tornando um homem cada vez mais abastado, como exprime o fragmento “produzidos já aos bandos”; e, enfim, a expressão “fortuna” exprime a grande prosperidade alcançada por João Porém. O avicultor, no texto, não é apresentado como alguém que recue diante de adversidades, nem como destituído de firmeza; ao contrário, ele vai sendo, ao longo da narrativa, caracterizado como dotado de grande perseverança, como exprime o trecho “perseverava, (...), tão clara e constantemente o sol não cai do céu” . Tampouco ele é descrito como desvalido, pois, conforme as ações narradas no texto, ele sabe usar de sua sensatez e de seus atributos físicos para defender-se do assédio de seus conterrâneos, como se observou no trecho “Porém tardava-os, com a indecisão falsa do zarolho e o pigarro inconcusso da prudência”. No entanto, ele é apresentado como “fraco”, pois é crédulo e ingênuo ao acreditar na existência de Lindalice.

No segmento analisado, o adjetivo substantivado “fracos” é usado para indicar o grupo social a que o avicultor pertence considerada sua condição social de nascimento, ou seja, constituído por “indivíduos muito pobres” (regionalismo).

Saliência: A menção de “desenvolvimento histórico” não especificado.

Questionamento 11: “A que “desenvolvimento histórico” se estaria fazendo referência?”

### 3.2.12 Análise do Nono episódio

Nem se dava disso, inepto exato, cuidando e ganhando, só em acrescentamentos, homem efetivo, já admirado, tido na conta de ouro. Pasmavam, os outros. Pudera crer na inventada moça, tendo-a a peito? Ágil, atento, sempre queria antigas novidades dela. De dó ou de cansaço, ou por medo de absurdos, acharam já de retroceder, desdizendo-a. Porém prestou-lhe a metade surda de seus ouvidos. Sabia ter conta e juízo, no furtivar-se; e, o que não quer ver, é o melhor lince. Aceitara-a, indestruiu-a. Requieto, contudo, na quietude, na inquietude. O contrário da idéia fixa não é a idéia solta.

Em “Nem se dava disso”, o verbo “dar” está empregado no sentido de “aperceber-se”, “dar-se conta”, “importar-se”. O pronome demonstrativo “isso” retoma a afirmação anterior, “a bela vez é quando a fortuna ajuda os fracos”, acerca da grande prosperidade atingida pelo avicultor. Nesta frase, evidencia-se a inconsciência, a alienação do avicultor, ou, talvez, sua modéstia, apesar de seu enriquecimento e do louvor público.

Segundo o dicionário *Houaiss*, para “inepto”, encontramos:

que denota falta de inteligência; desprovido de sentido; absurdo, confuso, incoerente; que ou aquele a quem falta aptidão; que ou aquele a quem falta inteligência; idiota, imbecil” .

No texto, o adjetivo “inepto” não é empregado no sentido dicionarizado, pois a trajetória de João Porém revela que o avicultor é dotado de inteligência e aptidão. Ele, talvez, seja inepto para entender a complexidade das modificações sociais que ocorriam e sua importância, embora, efetivamente, tenha integrado sua atividade de criar perus à modernidade e ao mundo urbano, com a expansão de seu empreendimento para fora dos limites provincianos.

No texto, “exato” é empregado conforme as acepções dicionarizadas: “que não contém erro; certo, correto; que tem grande rigor ou precisão; perfeito, irretocável”. Com a expressão “inepto exato”, antitética, o produtor joga com o parecer/ser de João Porém, sendo que o parecer “inepto” começou a ser construído, no início da narrativa, ao se mencionar a imperfeição física (“vesgo”, “algo gago”, “semi-surdo”) do avicultor. No entanto, sua aparente inaptidão foi sendo desmentida, sendo que, por suas ações, João Porém se revelou “exato”, ou seja, “perfeito, irretocável”.

Os verbos “cuidando” e “ganhando” exprimem que o avicultor, em vez de se ocupar com sua fama, com sua glória, permanece envolvido em seu trabalho, o qual se mostra cada vez mais rentável. Com esses dois verbos, retoma-se a noção de que, para o avicultor, o ofício de criar perus era “vocação e meio de ganho”.

Em “só em acrescentamentos, retoma-se o verbo “ganhando”, reiterando a prosperidade cada vez maior do avicultor.

Em “homem efetivo, já admirado” tem-se que o avicultor passou a ser considerado como um grande empreendedor, o que retoma o verbo “louvar”.

A expressão “tido na conta de ouro” exprime a consideração máxima dos moradores da aldeiazinha sobre João Porém.

Para expressar o alto valor atribuído pelos conterrâneos do avicultor, o produtor escolheu a palavra “ouro”, mas, para expressar a perspectiva do que João Porém considera valioso, o produtor usou “perus” ( “acima de mil perus,

extremadamente”, fragmento do sétimo episódio), aves que o avicultor considerava “o remédio de vida”.

Em “Pasmavam, os outros”, o narrador continua expressando o impacto que o proceder singular de João Porém causava em seus conterrâneos. Eles pasmavam de que João tivesse acreditado tão firmemente no caso da Lindalice e não tivesse duvidado de que fosse mentira. Não entendiam como ele, que era tão esperto para os negócios, não era para esse caso.

Em “Pudera crer na inventada moça, tendo-a a peito?”, há simulação de oralidade em: “Pudera crer na inventada moça, tendo-a a peito?” Essa frase representa a interlocução entre o narrador e seus ouvintes. João Porém crê na “inventada moça” sem tê-la visto, sem tê-la tocado (“tendo-a a peito”). Com essa frase, o narrador apresenta uma dúvida quanto à firmeza do amor do jovem avicultor, caso tivesse a amada junto de si, caso concretizasse seu amor fisicamente.

Em “Ágil, atento, sempre quisera antigas novidades dela”, afirma-se que o avicultor sempre queria ouvir as antigas novidades dela. Os adjetivos “ágil” e “atento” exprimem o jeito do avicultor demonstrar seu interesse nas informações que lhe eram trazidas sobre a moça.

Na construção “antigas novidades”, o substantivo “novidades” não está sendo usado no sentido de “informação nova”, mas no sentido de “mexerico”, conforme uso informal. O que retoma a expressão “aldezinha indiscreta.

Em “De dó ou cansaço, ou por medo de absurdos, acharam já de retroceder, desdizendo-a”, são apresentados os motivos que levam os conterrâneos de João Porém a contar-lhe que inventaram uma mentira acerca de Lindalice. Eles resolveram contar-lhe a verdade porque era absurdo ficar mantendo a mentira, que poderia ser descoberta. No dicionário *Houaiss*, para “absurdo”, tem-se:

que se opõe à razão e ao bom senso; que é destituído de sentido, de racionalidade; aquilo que é contrário à sensatez e ao bom senso; coisa absurda, disparatada; qualidade ou condição de existência num mundo sem sentido e irracional; projeto irrealizável; sonho, utopia.

Nessa frase, o verbo “retroceder”, ação praticada pelos conterrâneos de João Porém, opõe-se à noção de progresso, que, ao longo do texto, se associa ao avicultor. Segundo o dicionário *Houaiss*, esse verbo designa:

deslocar-se fisicamente para trás; voltar atrás no espaço; recuar, retrograda; voltar atrás no tempo, retornar (ao passado); apresentar uma involução, uma retrocessão; involuir; não levar adiante (um intento, um desejo, um plano etc.), voltar atrás; desistir; perder virtudes, qualidades etc., ir ou estar em decadência.

O verbo “desdizer”, usado em vez de “dizer a verdade”. Nessa escolha lexical, aponta-se mais um aspecto pejorativo sobre os conterrâneos de João Porém. Trata-se de um proceder inconsistente, leviano. Segundo o dicionário Houaiss, para “desdizer” tem-se: “negar ou retirar (o que foi afirmado); desmentir(-se), contradizer(-se)”.

Em “Porém prestou-lhe a metade surda de seus ouvidos”, exprime-se a habilidade de João Porém em desviar-se do que não lhe convinha acreditar, expressa que ele não queria desacreditar, proceder já observado em “Porém tardava-os, com a indecisão falsa do zarolho e o pigarro inconcusso da prudência”.

A frase “e, o que não quer ver, é o melhor lince” constitui mais um dos comentários do narrador, em tom proverbial, sobre o modo de agir de João Porém, também focalizado positivamente. Segundo o dicionário *Houaiss*, para “lince”, tem-se:

design. comum a três spp. de mamíferos do gên. Felis, da fam. dos felídeos, com cauda curta ou muito curta e tufo de pêlos nas orelhas; indivíduo que enxerga muito bem; pessoa muito inteligente e perspicaz.

Nessa frase, o melhor “lince”, ou seja, “pessoa muito inteligente e perspicaz”, é o que não quer ver aquilo que não lhe convém, assim como não quer ouvir o que não lhe convém.

O fragmento “o que não quer ver, é o melhor lince” remete ao comentário anterior “Pudera crer na inventada moça, tendo-a a peito?”, pois ambos tratam da questão da crença como sendo derivada do “não ver”.

Em “Sabia ter conta e juízo, no furtivar-se; e, o que não quer ver, é o melhor lince”, retoma-se o jeito esquivo do avicultor, com o neologismo “furtivar-se”.

Neste segmento, destaca-se o neologismo “furtivar-se”. Segundo Martins (2001:233), esse neologismo pode ser entendido como: “Esquivar-se, furtar-se, desviar-se, desaparecer.// Deriv. de furtivo, ‘oculto’, ‘dissimulado’”.

Tal neologismo, entretanto, não apresenta opinião negativa quanto à forma de agir de João Porém, que “sabia ter conta e juízo” em seu proceder dissimulado. Esse neologismo, ainda, retoma o adjetivo “vesgo”, que já caracterizara o avicultor.

Neste segmento, também se destaca, o neologismo “indestruir”. Segundo Martins (2001:272), esse neologismo significa: “Não destruir, não apagar.” É muito expressivo pois informa o caráter indelével daquilo que em que se crê com fé, no caso, em Lindalice.

Em “Requieto, contudo, na quietude, na inquietude”, tem-se que João Porém não se deixava abalar pelas circunstâncias, fossem elas favoráveis (“na quietude”), ou desfavoráveis (“inquietude”). Segundo o dicionário *Houaiss*, para “requieto”, tem-se: “que demonstra muita quietude; muito sossegado”.

Em “O contrário da idéia-fixa não é a idéia solta”, há outro comentário do narrador que exprime ponto de vista relativo à crença de João Porém em Lindalice. Assim como as demais frases do texto, esse comentário expressa ponto de vista favorável ao proceder de João Porém. A expressão “idéia fixa” significa pensamento firmemente assentado na mente, ou seja, pensamento em que se meditou muito (“miúdo meditou”), contudo, esse pensamento afincado não seria “idéia solta”, ou seja, incoerente, desarrazoado, mas um pensamento lúcido, embora divergente.

### 3.2.13 Análise do Décimo episódio

Aconteceu que a moça morreu...” --- arrependidos tiveram então de propor-lhe, ajuntados para o dissuadir, quase com provas. Porém gaguejou bem --- o pensamento para ele mesmo de difícil tradução: --- Esta não é a minha vez de viver... --- quem sabe. Maior entortou o olhar, sinceramente evasivo, enquanto coléricos perus sacudiam grugulejos. Tanto acreditara? Segurava-se à falecida --- pré-antepredida. E fechou-se-lhe a estrada em círculo. Porém, sem se impedir com isso, fiel à forte estreiteza, não desandava. Infelicidade é questão de prefixo. Manejava a tristeza animal, provisória e perturbável. Se falava, era com seus perus, e que viver é um rasgar-se e remendar-se. Era só um homem debaixo de um coqueiro.

Em “Aconteceu que a moça morreu...”, há o argumento radical dos moradores, unidos, para dissuadir o avicultor de sua “idéia fixa”, ou seja, o falecimento de Lindalice.

Em “---- Esta não é a minha vez de viver...”, exprime-se que João Porém acreditou na morte de Lindalice, mostrou resignação e manteve sua credulidade.

Essa resignação retoma a ação de Porém de permanecer “aficado, com recopiada paciência”, em sua aldeiazinha natal, cuidando da criação de perus. Tal submissão ao destino também se encontra no trecho “na quietude, na inquietude”.

Essa frase, em discurso direto, exprime, ainda, a visão espiritual de João Porém, em que o pronome demonstrativo “esta” sugere “outras” vezes, referindo-se a outras existências.

Em “Maior entortou o olhar, sinceramente evasivo, enquanto coléricos perus sacudiam grugulejos”, o uso de “maior”, em vez de “mais”, sugere crescimento interior de João Porém. Segundo o dicionário Houaiss, “maior” designa: “que supera outro em número, grandeza, extensão, intensidade, duração, importância, superioridade, excelência; superior”. Com esse adjetivo, não apenas se expressa a intensidade do desvio do olhar de João Porém, como também sugere a superioridade do avicultor.

Na expressão “sinceramente evasivo”, antitética, o advérbio “sinceramente” dá enfoque positivo ao adjetivo “evasivo”, como já ocorrera em “Sabia ter conta e juízo, no furtivar-se”.

A oração adverbial temporal -- “enquanto coléricos perus sacudiam grugulejos” -- exprime que João Porém não abandonou sua atividade de criar perus, em razão de sua dor pela “morte” de sua amada. Marca-se a oposição entre o comportamento irado de seus animais (“coléricos perus”) e o de João Porém (“com recopiada paciência” e “requieto”). O narrador transfere a cólera da frustração de João Porém para os grugulejos dos perus (hipálage). A inquietude das aves se expressa no substantivo onomatopaico “grugulejos” e no verbo “sacudir”, que, segundo o dicionário *Houaiss*, designa: “agitar(-se) em vários sentidos, forte e sucessivamente; fazer tremer, estremecer(-se); pôr em movimento; impressionar vivamente; agitar, abalar, comover”.

Em “Tanto acreditara?”, aparece a crença inabalável do avicultor na existência de Lindalice. Nessa frase, há simulação de oralidade, com a interlocução entre o narrador e seus ouvintes.

Em “Segurava-se à falecida --- pré-anteperdida”, exprime-se o apego de João Porém à “falecida” Lindalice. No dicionário *Houaiss*, para “segurar”, tem-se:

tornar(-se) seguro e estável; apoiar ou agarrar para que não caia ou não se arruíne; firmar(-se), sustentar(-se), suste(-se), equilibrar(-se); dar como certo; assegurar, garantir, sustentar; afiançar, confirmar; não se desfazer de; guardar, conservar por algum tempo, ao menos.

No texto, esse verbo significa que João Porém não esquecia Lindalice, mas também que, ao manter sua “idéia fixa”, ele permanecia seguro, estável. Essa noção de apoiar-se em algo para não cair aparece, também, em “Sustentava-se nisso (no ofício de criar perus)”.

O neologismo “pré-anteperdida” é um adjetivo relativo à Lindalice formado por dois prefixos, ambos transmitindo a noção de “anterioridade”. “Perdida” retoma o termo “falecida”, em “pré-ante” essa noção encontra-se reforçada. Conota o luto, o sofrimento, a dor pela morte de Lindalice. Designa uma perda ocorrida antes da posse.

Em “E fechou-se-lhe a estrada em círculo, há um comentário do narrador acerca do momento vivido por João Porém, cuja imagem sugere a noção de encerramento, clausura, reclusão, ou seja, de sofrimento intenso. Agora sim é que ele não tinha mais motivo para sair de seu terreno e partir em busca de Lindalice. Retoma a expressão “avante”, trata-se de um ponto final para sua ilusão de felicidade amorosa, o que retoma a expressão “a vida é nunca e onde”.

Em “Porém, sem se impedir com isso, fiel à forte estreiteza, não desandava”, o pronome demonstrativo “isso” retoma a última adversidade sofrida pelo avicultor: o falecimento de Lindalice. Os trechos: “sem se impedir” (de trabalhar, de continuar vivendo) e “não desandava” expressam que a morte da amada não foi obstáculo para João Porém, que deu prosseguimento a seu empreendimento.

No dicionário *Houaiss*, para “desandar”, tem-se:

mover (veículo, animal etc.) para trás; percorrer (caminho, trajeto) em sentido oposto; recuar; voltar; Derivação: sentido figurado. mudar o rumo; desviar-se; ter resultado negativo; descambar, redundar, reverter; entrar em declínio; decair, deteriorar.

O advérbio “não” neutraliza a negatividade do verbo “desandar” e reforça a noção de progresso da trajetória de João Porém.

Em “Infelicidade é questão de prefixo”, há um comentário do narrador, em tom proverbial, acerca do estado de espírito de Porém. Segundo o dicionário *Houaiss*, para “prefixo”, tem-se: “fixado anteriormente; prefixado, preestabelecido,

predeterminado; fixado na parte dianteira (de algo); feito com rigor; exato, preciso; afixo que vem antes da raiz”.

Com a palavra “prefixo”, na acepção de “afixo que vem antes da raiz”, tal frase pode ser entendida como sendo a infelicidade resultado da colocação do afixo “in” antes de “felicidade”, expressando que, assim como a palavra “felicidade” pode ser derivada em “infelicidade”, o estado de espírito de uma pessoa também está sujeito à variação: feliz/infeliz, conforme as circunstâncias. O trecho seguinte confirma que, nessa frase, se afirma que a “infelicidade” é um estado sujeito a modificações: “Manejava a tristeza animal, provisória e perturbável.” Podemos, ainda, entender a palavra “prefixo, no, na acepção de “predeterminado”.

Em “Manejava a tristeza animal, provisória e perturbável”, o adjetivo “animal” diz respeito à “tristeza”, referindo-se a esse sentimento humano como um *pathos* relativo à nossa condição animal, a requerer, portanto, equilíbrio, para que se possa ascender a um estado de alma “requieto”, imperturbável.

Em “Se falava, era com seus perus, e que viver é um rasgar-se e remendar-se”, tem-se que o avicultor não falava do que lhe acontecia com ninguém, somente com seus perus. Com essa frase, é retomado o neologismo “congruíam-se”.

A frase “e que viver é um rasgar-se e remendar-se” informa o que João Porém dizia a suas aves, visando recuperar seu equilíbrio emocional.

Com a frase “Era só um homem debaixo de um coqueiro”, constrói-se uma imagem da solidão vivenciada pelo avicultor, marcada pelo advérbio “só”. Também é imagem de insignificância: não era nada de importante, era só isso.

### **3.2.14 Análise do Décimo primeiro episódio**

Vem que viam que ele não a esquecia, viúvo como o vento. Andava o rumo da vida e suas aumentadas substituições. Ela não estava para trás de suas costas. Porém, Lindalice, ele a persentia. Tratava centena de peruzinhos em gaiolas e, outros tantos soltos, já com os pescoços vermelhos. Bem que bem -- e porque houvesse justo o coincidir fortuito--- moveram de o fazer avistar-se com uma mocinha, de lá, também olhos azuis, lisos cabelos, bonita e esperta, igual à outra, a urdida e consumida. Talvez desse certo. Pois, por sombras! Porém aqui suspendeu suma a cabeça, só zorolhaz, guapamente --- vez tudo, vez nada --- a mais não ver.

Em “Vem que viam que ele não a esquecia, viúvo como o vento”, tem-se a persistência da fidelidade amorosa do avicultor a Lindalice.

A comparação “viúvo como o vento” sugere o intenso sofrimento amoroso de Porém e sua solidão. A aliteração do fonema /v/ (vem que viam (...) viúvo) é sugerida na própria palavra “vento”. Essa idéia de solidão retoma a imagem “Era só um homem debaixo de um coqueiro”.

Em “Andava o rumo da vida e suas aumentadas substituições”, tem-se que “a vida prosseguia”. Essa frase retoma a expressão “não desandava”, com toda a idéia de progresso e de perseverança, mas também associada à de resignação e equilíbrio interior, obtido à custa de meditação. Assim, o avicultor, embora sofrendo a “viuvez”, permanecia em seu ofício de criador de perus.

O trecho “e suas aumentadas substituições” se esclarece com a leitura do fragmento que se lhe segue.

Segundo o dicionário, o verbo “persentir “ significa: “sentir no íntimo, de maneira profunda”. Portanto, o trecho “em suas aumentadas substituições” refere-se à sublimação do amor do avicultor por Lindalice, já que ele a “persentia”, “sentia no íntimo” de si mesmo, e assim, pôde conviver com a dor de sua ausência, que se expressa na frase “Ela não estava para trás de suas costas”.

Com a frase “Tratava centena de peruzinhos em gaiolas, e outros tantos soltos, já com os pescoços vermelhos”, faz-se referência à contínua prosperidade do avicultor. Com ela, retoma-se “cuidando e ganhando, só em acrescentamentos”.

Neste segmento, há simulação de oralidade: a expressão “Bem que bem, fática, simula oralidade e também a interlocução entre o narrador, contador de “causos” e sua audiência.

Na frase, “e porque houvesse justo o coincidir fortuito”, o adjetivo “justo” designa “conveniente” e fortuito, segundo o dicionário, significa: “que acontece por acaso; não planejado; eventual, imprevisto, inopinado”. Os conterrâneos do avicultor agiram irrefletidamente, o que retoma a expressão “de graça”, que caracteriza as ações dos moradores da aldeiazinha como “não planejadas”. O adjetivo “fortuito” se opõe a “prefixo”, termo mencionado anteriormente.

O trecho “moveram de o fazer avistar-se com uma mocinha, de lá” exprime o resultado da ação irrefletida dos conterrâneos de João Porém. No dicionário *Houaiss*, para o verbo “moveram”, tem-se:

fazer funcionar; pôr em ação, em movimento; acionar, movimentar; executar movimento com; mexer(-se); agitar(-se) de leve; bulir(-se), mexer(-se); Derivação: sentido figurado.provocar ou ter uma reação (física ou psicológica); mobilizar, excitar; fazer nascer no espírito; incutir, inspirar; Derivação: sentido figurado.causar perturbação ou perturbar-se; alterar(-se), inquietar(-se)

O verbo “mover”, indicando incitamento, nesse fragmento, retoma o adjetivo “aficado”, por oposição. Assim, o avicultor, que naquele episódio manteve-se “aficado, com recopiada paciência”, agora se vê sujeito a uma inquietação, ele que, conforme trecho anterior, tinha “horror a qualquer espécie de surpresas”.

A perturbação a que seus conterrâneos lhe submetem é a de se encontrar com uma jovem, descrita como sendo “de lá”, advérbio que indica que ela é conterrânea do avicultor; o fragmento “também olhos azuis, lisos cabelos”, repetem a descrição de Lindalice, apresentando a conterrânea do avicultor como cópia da moça inventada --- é por isso que ele usou a expressão o “coincidir fortuito”; os adjetivos “bonita” e “esperta”, relativos à substituta, retomam “vistosa” e “sacudida”, relativos à Lindalice.

Nesse fragmento, o adjetivo “urdida” refere-se ao fato de que Lindalice fora inventada pelos conterrâneos de João Porém. No dicionário *Houaiss*, para “urdido”, tem-se: “feito por urdidura; tecido; Derivação: sentido figurado.que foi objeto de trama ou conspiração; enredado, maquiado”.

Nesse fragmento, o adjetivo “consumida” também se refere à Lindalice, retomando a mentira de seu falecimento. A “mocinha” é igual à Lindalice, diferindo elas, no entanto, no fato de a primeira ser inventada e residir “além-cercanias” e a segunda ter existência genuína e ser oriunda da “aldeiazinha indiscreta”. Contudo, apesar de a segunda ser a de existência concreta, sensível, ela nos é apresentada como sendo cópia da inventada.

Saliência: O comportamento estranho do avicultor em relação à moça trazida por seus conterrâneos.

Questionamento 12: “Por que João Porém não quis ver a “mocinha”?”

### 3.2.15 Análise do Décimo segundo episódio

Deixaram-no, portanto, dado às aranhas dos dias, anos, mundo passável, tempo sem assunto. E Porém morreu; nem estudou a quem largar o terreno e a criação. Assustou-os.

A frase “Talvez desse certo” traz, em discurso indireto livre, o pensamento dos conterrâneos do avicultor, expressando sua incerteza, pelo advérbio de dúvida “talvez”, em relação ao desfecho da trama que eles mesmos engendraram. Esse advérbio expressa a falta de confiança dos conterrâneos, o que se opõe à noção de “idéia fixa”, expressão que explicita a firmeza inabalável da crença do avicultor.

O trecho “Pois, por sombras!” é uma interjeição. Segundo o dicionário, para “sombras” tem-se: “ausência total de luz; escuridão, trevas”. Com essa interjeição o narrador exprime seu assombro quanto ao que ocorrerá em seguida.

Em “Porém aqui suspendeu suma a cabeça, só zarolhaz, guapamente – vez tudo, vez nada --- a mais não ver”, tem-se o acontecimento que causou assombro: João Porém não quis ver a “mocinha”.

Neste segmento, destaca-se o neologismo “zarolhaz”. Segundo Martins (2001:534), o neologismo “zarolhaz é: “Aumentativo intensificador de zarolho.” No dicionário *Houaiss*, para “zarolho”, tem-se:

que não tem um olho, ou é cego de um olho; que sofre de desvio de um ou ambos os olhos; estrábico, vesgo; indivíduo zarolho, cego de um olho ou estrábico”. No dicionário Houaiss, para “-az”, tem-se: sufixo do lat. -ax,-ácis (padrão lat. capax,ácis) em 1) adjetivos com a noção de intensidade, competência, aptidão: agraz, audaz, capaz, contumaz,(...) mordaz, perspicaz, pertinaz, (...) voraz ; 2) nomes (isto é, subst. ou adj.) aumentativos, com noção pejorativa ou sem ela: (...) beberraz, (...) tolaz, velhacaz.

Nesse fragmento, “zarolhaz” significa “o que não quer ver”, por ser, paradoxalmente, mais capaz de enxergar, de ver além, retomando a frase do nono episódio: “o que não quer ver, é o melhor lince.”

Após o adjetivo “zarolhaz”, tem-se o advérbio “guapamente”. Segundo o dicionário Houaiss, para “guapo”, tem-se: “que denota ousadia, coragem; ousado, valente; dotado de elegância e beleza física; bonito, airoso, elegante”. Esse advérbio sugere que o modo como o avicultor desviou o olhar da substituta de Lindalice, revelava distinção, elegância e coragem.

No trecho “vez tudo, vez nada, os pronomes indefinidos “tudo/nada” podem sugerir que se trata de uma situação limite para o avicultor. A frase “--- a mais não ver --- retoma o seguinte questionamento “Pudera crer na inventada moça, tendo-a a peito?” e o comentário efetuado anteriormente “o que não quer ver, é o melhor lince”.

Em “Deixaram-no, portanto, dado às aranhas dos dias, anos, mundo passável, tempo sem assunto”, o verbo “deixar”, que diz respeito à ação praticada

pelos conterrâneos de João Porém, opõe-se às ações persistentes praticadas pelo avicultor.

Segundo o dicionário *Houaiss*, para esse verbo, tem-se: suspender a dedicação a (tarefas, trabalhos, atividades etc.); afastar de si (sentimentos, lembranças etc.); esquecer, evitar; realizar uma interrupção em; suspender.

Esse verbo retoma “Desistiram”, “retroceder, desdizendo-a”; que dizem respeito ao modo inconstante de proceder dos conterrâneos de João Porém, o qual, ao contrário, age com constância extraordinária (“perseverava”; “aficado”, “cuidando e ganhando”, “indestruía-a”, “sem se impedir com isso”, “tratava centena de peruzinhos”).

A palavra “aranhas” sugere a noção, por contigüidade (aranha/teia), de “emaranhamento”, de “embaraço”, de situações adversas cotidianas, que não findaram para o avicultor durante toda sua trajetória existencial. “Teias de aranha” pode ser entendido também como a passagem de tempo, envelhecimento.

A expressão “mundo passável” evidencia a transitoriedade do que é do mundo e a expressão “tempo sem assunto” sugere que a vida de João Porém continuou sendo dedicada ao seu ofício e próspera, não havendo nada que surpreendesse mais seus conterrâneos, que fosse digno do comentário deles, até sua morte, ou, ainda, que o avicultor permaneceu como sempre fora, silencioso.

Em “E Porém morreu; nem estudou a quem largar o terreno e a criação. Assustou-os”, o verbo “largar” assume as acepções dicionarizadas. Segundo o dicionário *Houaiss*, o verbo “largar” significa: “transmitir a posse de (algo) a (alguém); dar, doar, legar”.

No texto, esse verbo não implica descaso em relação à propriedade, tanto é que João Porém se esforçou muito por torná-la próspera e por mantê-la, mas revela seu despreendimento quanto ao que é material no momento de sua morte, ainda mais por não ter ninguém a quem “largar”, já que não criara laços com ninguém. O susto dos conterrâneos nos revela que esse desapego das posses materiais era incomum naquele lugarejo, que os proprietários rurais tinham cuidado especial (“estudavam”) em transmitir suas propriedades a seus herdeiros, para uso privado.

Saliência: O assombro dos conterrâneos de João Porém por ele não constituir herdeiros.

Questionamento 13: “Qual seria o destino da propriedade rural de João Porém e de sua criação, após sua morte?”

### 3.3.16 Análise da Avaliação

Tinham de o rever inteiro, do curso ordinário da vida, em todas as partes de sua figura --- do dobrado ao singelo. João Porém, ramerrameiro, dia-a-diário -- seu nariz sem ponta, o necessário siso, a força dos olhos caolhos --- imóvel apaixonado: como a água, incolormente obediente. Ele fora ali a mente mestra. Mas, com ele não aprendiam, nada. Ainda repetiam só: --- “Porém! Porém...” Os perus, também.

Em “Tinham de o rever inteiro, do curso ordinário da vida, em todas as partes da figura --- do dobrado ao singelo”, exprime-se a visão parcial dos habitantes da aldeiazinha acerca de João Porém, seu próspero conterrâneo.

Nessa frase, a construção “do curso ordinário da vida” exprime a necessidade de se compreender a trajetória de João Porém em seus aspectos mais corriqueiros. O trecho “em todas as partes da figura”, retoma o adjetivo “inteiro”.

A expressão “do dobrado ao singelo” significa do complexo ao simples, retomando a necessidade dos conterrâneos de João Porém conhecê-lo em sua inteireza.

São expressivos os termos “dobrado” e “singelo”, antitéticos, que, segundo o dicionário *Houaiss* denotam, respectivamente:

“dobrado”: “que se dobrou; que se acha curvado; inclinado; Derivação: por extensão de sentido, sentido figurado. em quantidade; múltiplo Uso: formal. que tem caráter duplo; fingido, simulado; que apresenta compleição vigorosa; de grande força física; homem forte e valente;

“singelo”: “simples, não dobrado, desprovido de ornatos ou enfeites; que não apresenta complexidade; fácil; não corrompido; puro; que não tem malícia; inocente, ingênuo; inofensivo, que não indica dissimulação nem reserva”.

Em “João Porém, ramerrameiro, o adjetivo “ramerrameiro”, segundo Martins (2001:42), significa “Afeito ao ramerrão, rotineiro. / De ramerrão + --- eiro.” A palavra sugere, também, a difamação do avicultor, ao reduplicar o elemento “rame”, pois, segundo o dicionário *Houaiss*, “ramerrão” é substantivo de que deriva “ramerraneiro” e significa:

ruído sucessivo e monótono; repetição fastidiosa; modo de vida caracterizado pela invariabilidade de ocorrências, que se repetem tediosamente dia a dia; rotina”

Nesta frase, tem-se o neologismo “dia-a-diário”. Segundo o dicionário *Houaiss*, o vocábulo “diário” significa

que se faz ou acontece todos os dias; cotidiano” e o vocábulo “dia-a-dia” significa “a sucessão dos dias; a labuta diária, o viver cotidiano, a rotina.

O neologismo “dia-a-diário”, ao retomar a palavra “ramerrameiro”, vem carregado do sentido da rotina do labor cotidiano empreendido pelo avicultor, remetendo à sua arte meticulosa de criar perus, cuja prática realiza-se por pequenas ações cotidianas. Assim, com a repetição se aprimoraria o caráter perseverante de João Porém. A repetição silábica (“dia-a-dia) retoma outras repetições e aliteraões ocorridas ao longo do texto. Tal repetição, além de retomar a disfemia do avicultor também diz respeito ao modo de dizer do narrador.

Em “nariz sem ponta”, aparece, no texto, mais um atributo que distingue João Porém como um homem que não se deixa conduzir pelo sensorial. Tal característica retoma sua recusa de ver a “mocinha” que seus conterrâneos queriam apresentar-lhe. Também retoma o verbo “persentir”, significando um sentir além do meramente sensorial. “Nariz sem ponta” também sugere a humildade do avicultor, retomando o trecho (“nem se dava conta disso”).

Em “a força dos olhos caolhos”, com a palavra “força”, exprime-se a eficácia e o poder do olhar de João Porém, justamente por ser oblíquo, ou seja, capaz de uma visão longínqua, mais aguda que a de seus conterrâneos.

Com a expressão “imóvel apaixonado”, retoma-se o fato de o avicultor não ter saído em demanda da amada, mas ter permanecido, em sua terra natal, embora amando muito Lindalice. Também se refere ao fato de ele ter-se mantido fiel à amada durante toda sua vida.

Em “como a água, incolormente obediente”, a palavra “obediente” diz respeito à resignação demonstrada por João Porém. No dicionário *Houaiss*, para “incolor”, há as seguintes acepções:

1 que não tem cor; descolorido; 2 que carece de brilho, de relevo; desbotado, monótono, insípido; 3 desprovido de expressão, de características marcantes; 4 difícil de caracterizar; dúbio, indeciso, indefinido, vago; 5 que não tem opinião determinada ou própria ou sem feição política.

O advérbio “incolormente” sugere o modo evasivo de João Porém, propício a passar despercebido. Trata-se de uma conduta de não enfrentamento aos seus opositores, como a observada no trecho “Porém tardava-os, com a indecisão falsa do zarolho e o pigarro inconcusso da prudência”, ou no trecho: “Sabia ter conta e juízo, no furtivar-se”.

Em “Ele fora ali a mente mestra”, enfatiza-se a mestria do avicultor, colocando seus conterrâneos na posição de aprendizes. Segundo o dicionário Houaiss, a palavra “mestre” designa

peessoa dotada de excepcional saber, competência, talento em qualquer ciência ou arte; indivíduo que ensina; chefe ou iniciador de um movimento; que é o mais importante; principal, fundamental; que ultrapassa os limites habituais; enorme, fantástico; que serve de base, de guia.

Em “Mas, com ele não aprendiam, nada”, explicita-se a falta de sabedoria dos conterrâneos do avicultor, descritos como falhos em representar o papel que lhes caberia na comunidade. O uso do verbo no pretérito imperfeito em vez do verbo no pretérito perfeito, indica que a falha do aprendizado não é tratada como uma ação pontual, mas durativa.

Em “Ainda repetiam só: “Porém! Porém...”, tem-se que os conterrâneos de João Porém, sem terem aprendido a lição do mestre, louvavam-no, por reconhecerem que ele tinha sido um homem de valor, embora não soubessem avaliar esse valor senão a partir de uma visão parcial, ou seja, a de um homem que atingiu grande prosperidade econômica.

Em “Os perus, também”, com a comparação com as aves, os conterrâneos do avicultor sofrem um rebaixamento, como se eles não tivessem atingido o nível que é próprio dos seres humanos, ou seja, o de aprendizado. No texto, os perus são apresentados como dependentes do avicultor (“como um tutor de órfãos”) para sobreviverem, bem como bastante selvagens (“coléricos perus”). Nessa frase, tem-se que os conterrâneos de João Porém dependiam dele para o aprendizado que os elevariam a um nível superior de conhecimento. Com esta frase o grupo dos que ainda não compreendiam João Porém se amplia: o narrador, seus ouvintes, os conterrâneos de João Porém e até mesmo os seus perus.

Saliência: A menção do narrador relativa à carência de discernimento dos conterrâneos de João Porém.

Questionamento 14: “Qual a lição a ser aprendida com João Porém?”

Em síntese, seguindo Jauss (1989), foi realizada a leitura heurística do conto “João Porém, o criador de perus”. Desta leitura resultaram 14 questionamentos que serão respondidos na alinearidade do texto e com o encontro de intertextos do livro *Tutaméia* e de diversas áreas do saber, no capítulo IV desta dissertação.

O encontro de tais intertextos, de certa forma, é facilitado pela leitura, na linearidade do livro *Tutaméia*, do prefácio “Aletria e hermenêutica” (ver análise deste prefácio no Capítulo II desta dissertação).

#### **IV EM BUSCA DA PERGUNTA PARA A QUAL O CONTO ANALISADO E A RESPOSTA**

## **4.1 Leitura hermenêutica e leitura intertextual dos questionamentos produzidos durante a leitura heurística**

Seguindo Jauss (1989), este capítulo apresenta um percurso de leitura recursiva entre a heurística e a hermenêutica e a intertextual, de reconstrução histórica, a fim de se descobrir a pergunta feita pelo autor para a qual o texto analisado é a resposta.

### **4.1.1 Resposta ao questionamento 1: “A que descoberta o autor se refere na epígrafe?”**

#### **Leitura hermenêutica**

No sétimo episódio, aparece a “descoberta” de João Porém. Trata-se de “Lindalice”, a moça inventada por seus conterrâneos. O avicultor crê na existência dela e passa a amá-la extremadamente. Mantém-se fiel a ela até o fim da vida. O “encontro” de “Lindalice” faz a busca de o avicultor cessar, daí ele não querer ver a moça real (décimo primeiro episódio).

#### **Leitura intertextual**

Na epígrafe, retoma-se o enunciado-clichê “quem procura acha”, que pode ser encontrado na seguinte passagem bíblica:

“Peçam, e lhes será dado! Procurem, e encontrarão! Batam, e abrirão a porta para vocês! Pois todo aquele que pede, recebe; quem procura, acha; e a quem bate, a porta será aberta”. (Bíblia Sagrada, Evangelho Segundo São Mateus em “O Sermão da Montanha”, 1990:1188).

E é equivalente aos seguintes provérbios:

“A perseverança tudo alcança”; “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”; “Quem procura sempre alcança”; “Vem a ventura a quem a procura”. (Dicionário de Provérbios Francês, Português, Inglês, 2004:90)

Nos intertextos mencionados, tal enunciado-clichê traz representado, linguisticamente, a noção de crença, certeza, esperança de que as expectativas do sujeito da procura serão concretizadas. Também transmite a noção de que a perseverança é atributo propício à obtenção do que se almeja. No conto analisado, a

trajetória de “João Porém” ratifica a noção do enunciado-clichê expressa nos intertextos, pois ele “descobre” Lindalice, na medida em que crê na existência dela e mantém-se fiel à sua crença até o fim.

A organização da epígrafe é construída como se fosse uma adivinha. Tal construção remete-nos ao prefácio “Aletria e hermenêutica”, em que o autor define o que são suas histórias, demonstrando sua teoria por meio de um conjunto de “anedotas de abstração”, algumas delas apresentadas na forma de adivinhas.

No referido prefácio, o autor esclarece que a finalidade das adivinhas de que trata não é, simplesmente, obter uma resposta de quem se propõe a respondê-las, mas propiciar-lhe um vislumbre de uma realidade superior e “dimensões para mágicos novos sistema de pensamento” (Rosa, 2001:30), ou seja, modificar o saber daquele para quem a adivinha foi proposta (os leitores de Guimarães Rosa).

#### **4.1.2 Resposta ao questionamento 2: “O que significaria a designação “Quatrêvo”?”**

##### **Leitura hermenêutica**

O neologismo “Quatrêvo” refere-se ao trevo de quatro folhas, que convencionalmente é um achado que traz sorte, crença popular que faz parte da cultura do brasileiro. No conto “João Porém, o criador de perus”, pode dizer respeito à “sorte” do avicultor de ter “descoberto” o que procurava (“Lindalice”) e, portanto, ter cessado sua busca.

##### **Leitura intertextual**

A designação “Quatrêvo” parece ser formada pela aglutinação de *quatro* + *trevo*.

A formação de neologismos por aglutinação é um procedimento comum na obra rosiana: prostittriz (prostituta + meretriz), esquipático (esquisito + antipático) que mimetizam a variedade oral-rural (Ward, 1988)

Pode referir-se ao trevo de quatro folhas, cujo poder viria de sua raridade na natureza.

Pode adquirir um sentido simbólico, relativo à plenitude e eternidade, considerando-se a aglutinação de *quatro* + *evo*. O número quatro

desde as épocas vizinhas da pré-história, (...) foi utilizado para significar o (...)tangível (...). Sua relação com a cruz fazem dele um símbolo incomparável de plenitude, de universalidade, um símbolo totalizador. (...) (Dicionário de Símbolos, 2005:761)

O elemento “evo” denota

perpetuação, duração desprovida de fim (mais us. no pl.); eternidade, eviternidade. Como elemento de composição, tem-se: pospositivo, do lat. *aevus* ou *aevum*, i 'tempo', considerado na sua duração, p.opos. a *tempus*, que designava, primitivamente, aspecto punctual do tempo; ocorre em eruditismos lat. na sua orig. ou à sua feição, como *coevo*, *eqüevo*, *grandevo*, *longevo*, *medievo*, *primevo*.

O neologismo também poderia aludir ao quarto prefácio do livro *Tutaméia* (“Sobre a escova e a dúvida”), em que o produtor glosa uma expressão inexistente: o neologismo “Yayarts”, de “autor inidentificado, talvez corruptela de oitiva. Não é anagrama. (Pron. láiards). Decerto não existe.” (Rosa, 2001:233).

Neste caso, designaria uma obra imaginada, mas não escrita de fato. No livro *Tutaméia*, há um conjunto de epígrafes, em que há nome de autores/obras aparentemente “inexistentes” (*Porandiba; Estória Imemorada; Toô; Do Irreplegível; Diurno; Do Entreespelho; O cule cão; Da Esperenza, 1ª. Tabuleta; Das Efemérides Orais; O Domador de Baleias; Quiabos, Mnemônicum*) como parece ser o caso do neologismo “Quatrêvo”.

#### 4.1.3 Resposta ao questionamento 3: “O que sugeriria o sobrenome “Porém”?”

Para a elucidação do sentido da alcunha “Porém”, gramema que passa a lexema, acompanhamos o trabalho de ressemantização operado pelo produtor ao

longo do texto. Visando à clareza de nossa exposição dos resultados obtidos, respondemos a essa questão após a resolução das demais perguntas do texto.

#### **4.1.4 Resposta ao questionamento 4: “A que insensatez o caso a ser narrado se referiria?”**

##### **Leitura hermenêutica**

A partir da frase inicial do conto, “o caso não cabendo em nossa cabeça”, a noção de “insensatez” progride ao longo da narrativa.

No terceiro episódio, diz respeito ao fato de o jovem órfão dedicar-se à tarefa de criar perus, ofício menosprezado pela comunidade em que nasceu e cresceu e atribuir grande valor à herança precária que recebera.

No sétimo episódio, com o relato da prosperidade do avicultor, diz respeito ao amor extremado que passou a nutrir por Lindalice, moça inventada por seus conterrâneos.

Do nono ao décimo-primeiro episódio, a insensatez consiste em o avicultor manter a crença na existência de Lindalice, a fidelidade amorosa, mesmo estando ela “falecida” e rejeitar uma bela conterrânea com quem poderia ter concretizado seu amor.

Ao final da narrativa, a insensatez do caso diz respeito ao fato de que os conterrâneos de João Porém é que seriam os insensatos, por não terem aprendido “nada” com o avicultor, a “mente mestra” daquela província. Assim, a “insensatez” seria dos demais e não de João Porém.

##### **Leitura intertextual**

A frase inicial do conto analisado remete ao prefácio “Aletria e hermenêutica”, em que é apresentada uma coletânea de estórias que também versam sobre o absurdo, apresentado de diferentes modos. No caso do conto analisado, a personagem João Porém, assemelha-se, por sua credice e ingenuidade a alguns personagens apresentadas nas “Anedotas de Abstração” do referido prefácio. Trata-se, no caso do conto analisado, de evidenciar esses atributos como característicos do trabalhador rural.

#### 4.1.5 Resposta ao questionamento 5: “O que haveria de contraditório em ser um “João”?”

##### Leitura hermenêutica

No conto analisado, “João” é um nome contraditório, pois traz dois enfoques antitéticos, relativos àquilo que cada um dos pais projeta sobre o futuro da criança: o pai não deseja que seu filho seja uma pessoa sem prestígio social (um “joão ninguém”). O prenome, portanto, é considerado por ele como índice de má fortuna. Já para a mãe, o prenome pode designar um indivíduo agraciado. No decorrer da narrativa, João prospera e, por esta razão, é reconhecido por seus conterrâneos; porém, eles não o reconhecem devidamente, como a “mente mestra” do lugar.

##### Leitura intertextual

Segundo a enciclopédia *Larousse Cultural*, “João” é nome dado tanto a santos, reis, nobres, pessoas ilustres e talentosas, como a pessoas sem qualquer importância social. Como exemplos do nome “João” atribuído a indivíduos prestigiados socialmente, dentre as muitas personalidades célebres com esse nome, encontram-se:

João Batista (São), João, o Evangelista (São), João Bosco, João Clímaco, João Crisóstomo, João da Cruz, João Damasceno, João de Deus; Também é prenome de uma série de papas: João I a João XXIII; João Paulo I e João Paulo II. (*Enciclopédia Larousse Cultural*, 1988: 3340-3346)

Também é nome próprio de reis, imperadores e nobres, em diversas partes do mundo, dentre eles, o rei D. João VI. É nome também de pessoas talentosas, como, por exemplo, João de Barros.

Conforme Buckland (1999), o nome “João” significa “graça ou favor de Deus”.

Como exemplo do nome empregado a indivíduos sem prestígio social, encontram-se

João. Jogador que se dribla com facilidade; João-Bobo. Boneco inflável dotado de um peso na base, que se caracteriza pelo fato de voltar sempre à

posição original após ser socado; João-teimoso. || Ser um João-bobo, ser parvo, ingênuo; João-Fernandes Homem sem importância, insignificante: João ninguém; João-Ninguém. Homem sem importância alguma; pobre-diabo. (Enciclopédia Larousse Cultural, 1988:3340-3347)

No Dicionário *Houaiss*, tem-se: “João-ninguém. Indivíduo sem importância, que não tem peso social e destituído de qualquer poder econômico”.

No conto analisado, a desavença entre os pais da criança seria proveniente do fato de o nome poder designar tanto uma pessoa de prestígio quanto um homem sem importância. Portanto, o conflito entre os progenitores da criança refere-se à contradição existente entre dois diferentes pontos de vista sociais: um preocupado com riqueza, sucesso, prestígio (que diz respeito ao ponto de vista do pai); outro, mais afeito aos costumes religiosos, está preocupado em inserir a criança numa tradição religiosa (relativo à vontade materna). Assim, a divergência entre os pais de João, pode ser considerada como uma ambigüidade em relação ao futuro da criança: da perspectiva paterna, não êxito (desprestígio/anonimato/condição social modesta); da perspectiva materna, graça (proteção espiritual).

A expressão desta contradição aparece como repetição de elementos negativos (“nem não”) que é própria da fala do sertanejo mineiro: “hoje ninguém erra não; não nada, ninguém não” (Ward, 1984)

#### **4.1.6 Resposta ao questionamento 6: “De que engano se trataria?”**

##### **Leitura hermenêutica**

Este questionamento foi feito durante a leitura do quarto segmento, o primeiro episódio. Encontramos a resposta, retomando o título do texto “João Porém, o criador de perus”. Com essa retomada, tem-se que o nome da criança é “João Porém”, sobrenome que não é mencionado no quarto segmento.

A palavra “engano” denota que, para a vontade materna sair vitoriosa, quanto ao prenome, houve algum tipo de ardil feminino. Mas também houve “engano” (ardil) masculino: o registro do prenome “no assento de batismo” é um ato de fala institucional, que o pai não revoga, mas deixa inscrita a sua rejeição, daí “Porém”, que passa a ser o sobrenome da criança

### **Leitura intertextual**

No que se refere ao prenome João, por se tratar do prenome do próprio literato mineiro, pesquisamos a biografia do autor e encontramos a informação de que o literato mineiro serviu-se de um dado biográfico para compor seu texto ficcional: o nome dele seria definido por vontade paterna, segundo a qual, o prenome seria Ladislau, em homenagem ao santo do dia de seu nascimento (27/06). Mas ele acabou se chamando João, por gosto da mãe, em homenagem a São João cuja festa tinha sido realizada três dias antes do nascimento de Guimarães Rosa. (Vilma Guimarães Rosa, 1983).

#### **4.1.7 Resposta ao questionamento 7: “Haveria outra “aventura”, além de ficar sem os pais, a ser vivida por João Porém?”**

### **Leitura hermenêutica**

No segundo episódio, tem-se que a aventura de João Porém é a vida, que deve ser vivida solitariamente, sem pai nem mãe. No terceiro episódio, a aventura do avicultor é ter prosperado. Do quarto ao sexto episódios, a aventura do avicultor consiste em manter-se proprietário, e próspero. No sétimo episódio, a aventura do avicultor é amar uma moça que não passava de uma invenção de seus conterrâneos. No oitavo episódio, a aventura do avicultor é expandir seu empreendimento avícola para além das fronteiras de sua terra natal. Do nono ao décimo primeiro episódios, a aventura de João Porém é manter-se fiel ao amor à Lindalice. Ao final da narrativa, a aventura do avicultor é ser a “mente mestra” de sua província natal.

### **Leitura intertextual**

Na obra de Guimarães Rosa, a noção de “aventura” adquire também caráter espiritualista, ou seja, denotativa de ocorrências inexplicáveis senão pelo metafísico. Em seu discurso na Academia Brasileira de Letras, aparece a palavra “tutaméias”

referindo-se a elos misteriosos que unem os acontecimentos da “aventura” da existência.

#### **4.1.8 Resposta ao questionamento 8: “Por que tão grande valorização da herança precária por parte de João Porém?”**

##### **Leitura hermenêutica**

O terreno que João Porém herdara propiciou a ele a prosperidade (terceiro episódio). Manter o terreno, adequado à criação de perus, executando com maestria seu ofício de criador de perus, tornou-o cada vez mais próspero. (Do quarto episódio até o décimo-primeiro episódio).

##### **Leitura intertextual**

Segundo Galvão (1972), denomina-se sertão a uma vasta área do interior brasileiro, que abrange Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Goiás e Mato Grosso. Constitui o núcleo central do país. A continuidade do sertão é dada menos pelas características físicas, como tipo de solo, clima e vegetação, que formam um conjunto muito diversificado, do que pela forma econômica predominante: a pecuária extensiva.

A ocupação do sertão pelo gado é um episódio relacionado à expansão do capital. As terras litorâneas e férteis foram destinadas à lavoura de cana, para a produção de açúcar. Para garantir a subsistência, tanto dos que produziam o açúcar, como os que o comercializavam, e, como havia terra não aproveitável para o cultivo de cana, ocorreu a expansão da pecuária no sertão.

A pecuária sertaneja era uma empresa que demandava pouco investimento, executada por homens livres. Nesse trabalho, há uma grande proximidade física e afetiva entre o homem e o gado, como ocorre, geralmente, nas sociedades primitivas ou rústicas e que, atualmente, quase não podemos avaliar.

Cabe aqui a observação de que, no conto analisado nesta dissertação, ocorre de forma semelhante essa aproximação muito estreita entre homem e animal, só que, no caso, não se trata de gado, mas de perus.

A plebe sertaneja formou-se, ao longo de nossa história, por homens livres, excluídos do processo produtivo principal, o cultivo da cana, que sobrevivia por atividades marginais esporádicas. Para Antônio Cândido, a plebe rural constituía-se de

desocupados, de aventureiros deixados sem enquadramento pela desbandeirização (...) e que contribuíram para a massa de agregados, posseiros e desbravadores, que se estabilizariam em grande parte no nível de sitiante, mas que formariam também os valentões, autônomos ou a soldo.”  
(Galvão, 1972:36)

No sertão, há duas classes sociais apenas: a dos proprietários e os moradores ou agregados, sendo que estes constituem cerca de 80% da população rural, dependente do fazendeiro.

A plebe rural vive em condição caracterizada pela carência de tudo: de raízes, tradição, propriedade, qualificação profissional, instrumentos de trabalho, que possui como único meio de sobrevivência colocar-se na dependência absoluta de um fazendeiro poderoso.

Essa plebe rural pratica lavoura de subsistência em terra alheia, situação que traz implícito o compromisso pessoal com o fazendeiro, podendo ser convocada todas as vezes que o exercício da violência for necessária à defesa dos interesses do grande proprietário rural.

Após essa pesquisa, concluímos que o motivo de, no conto “João Porém, o criador de perus”, o valor dado à herança ser altamente positivo ao jovem sertanejo, embora ela fosse precária (um pequeno terreno e poucas aves (perus) reprodutoras): sem o terreno, o jovem órfão seria um sem-terra e, como tal, para sobreviver, possivelmente um agregado, sujeito a pagar o favor da moradia como aproovesse ao poderoso fazendeiro, seu “protetor”. Sem o terreno, talvez, lhe coubesse, inclusive, a sina de jagunço.

Assim, o pequeno terreno e a diminuta criação de perus, em vez dessa sina de dependência absoluta, possibilitariam ao jovem a autonomia de pequeno proprietário e a conseqüente ascensão social pelo trabalho persistente e executado com excelência. Assim, o valor desse terreno, para João Porém, é grande, daí a

palavra “egyptos”, expressiva do enorme valor atribuído pelo sertanejo à pequena propriedade herdada.

A condição de itinerância do mineiro (e do brasileiro) como fator de sobrevivência, que acaba por tornar-se uma característica do sertanejo, está mencionada em *Grandes Sertões: Veredas*:

Quem é pobre, pouco se apega, é um giro-giro no vago das gerais, que nem os pássaros de rios e lagoas. O senhor vê: o Zé-Zim, o melhor meeiro meu aqui, risonho e habilidoso. Pergunto: ‘Zé-Zim, por que é que você não cria galinhas d’ângola, como todo mundo faz? ‘Quero criar nada não...’ --- me deu resposta: “Eu gosto muito de mudar...”

#### **4.1.9 Resposta ao questionamento 9: “Qual seria a atribuição do ofício de criar perus?”**

##### **Leitura hermenêutica**

O ofício de criar perus é mencionada, ao longo da narrativa, como uma tarefa de grande atribuição: no terceiro episódio (“deveres muito recortados”), no quinto episódio (“surgida alguma peste”), no sexto episódio, (“considerando o tempo e arte”), no oitavo episódio (“com recopiada paciência, de entre os perus, como um tutor de órfãos”), no décimo episódio (“coléricos perus”) e no décimo primeiro episódio (“tratava centenas de peruzinhos em gaiolas e, outros tantos soltos, já com os pescoços vermelhos”). Trata-se, portanto, de um ofício que exige do trabalhador rural disciplina, certo conhecimento das doenças que acometem a criação, habilidade, paciência e certa proximidade afetiva com as aves.

##### **Leitura intertextual**

Segundo Fabichak (1999), o peru é uma ave originária dos Estados Unidos e México. Seus antepassados viviam em estado selvagem. Para a incubação, o peru abrigava-se em capoeiras e lugares bastante seguros que o protegiam dos outros animais. Trata-se, de uma ave de grande rusticidade. Foi levado para a Europa por volta do século XVI e ficou conhecido como “galinha da Índia”.

Para a criação de perus selvagens, não é necessário um terreno de grande extensão. A região de que trata o produtor do conto, sertão mineiro, é árida, a caatinga é sua vegetação típica, contudo, há também muitas pastagens naturais, ao longo das margens dos rios e dos pequenos córregos que recortam o sertão mineiro. Nesse lugar, pratica-se, em geral, a pecuária extensiva, com o gado criado solto em grandes extensões de território desabitado.

Antigamente a criação de perus era uma espécie de tabu. Dizia-se que era muito problemática, porque uma grande parte das aves morria antes de atingir os três meses de idade. (Era até comum dizer que, entre dez perus que nasciam, nove não completariam três meses.) (Fabichak,1999:49)

Nessa fase, segundo o autor, em que permanecem com a mãe, os peruzinhos deverão ficar a salvo de chuva, umidade e frio. Também do forte calor, para não contraírem insolação, chamada *“crise do vermelho”*. Para sobreviverem devem ser enxugados e aquecidos.

Depois de terem ficado três meses com a mãe, podem ser transferidos para pastos mais amplos, ou ficarem soltos em locais onde se exercitem o dia todo à procura de alimentos (insetos, sementes e pasto verde). Ao anoitecer, os peruzinhos devem ser recolhidos aos abrigos e pouco a pouco se acostumarão com o local. Desta maneira, as fêmeas, habituadas ao galpão, farão ali o seu ninho, facilitando a recolha de ovos.

Conforme o especialista, após esse período a rusticidade do peru é bastante grande e ele pode viver em plena liberdade, desde que haja espaço suficiente para o seu desenvolvimento.

São recomendáveis áreas com pastagens, uma vez que ele se alimenta de capim, insetos e outros bichinhos. Há criações em que os perus permanecem livres, em bandos, e árvores servem-lhes de abrigo. Além da utilidade comercial da ave, o peru é considerado como a mais bela ave do quintal.

#### **4.1.10 Resposta ao questionamento 10: “Como se explicaria a divergência das mentalidades de João Porém e seus conterrâneos?”**

##### **Leitura hermenêutica**

No conto analisado, encontra-se representado o conflito sócio-cognitivo entre inovadores e conservadores

Considerando-se seus aspectos histórico-culturais representados em língua, em paralelo com a trajetória do sertanejo João Porém, que progride à custa de sua diligência e inova, ao romper com o provincialismo, desenrola-se a de outro grupo, que, embora viva no mesmo espaço-tempo físico, é marcadamente diferente do próspero avicultor, pois conserva traços de caráter cujas raízes remontam à época da mineração do século XVIII.

Para esse grupo, a construção da fortuna não implica ter diligência na execução de um ofício, nem estar em sintonia com as oportunidades novas surgidas, derivadas do desenvolvimento do país, mas sim, o hábito arraigado de se apropriar do que é lucrativo, de modo imediatista.

Já o grupo constituído por João Porém é comparado, no texto, à água --- “como água, incolormente obediente” --- ou seja, como água contorna os obstáculos até atingir seu destino. Segundo o texto, a perseverança conciliatória é uma característica do mineiro com mentalidade progressista. Essa perseverança inovadora é plenamente compatível com o desenvolvimento histórico, e, sendo assim, permite que esse desenvolvimento se amplie.

##### **Leitura intertextual**

Segundo Mello e Souza (1986), no século XVIII, Vila Rica adquirira enorme relevância pela opulência de suas riquezas. Não havia limites para a pompa então presenciada em Vila Rica. Entre os anos 30 e 50, Vila Rica atingiu o apogeu e começou, lentamente, sua decadência, que se tornou evidente nos anos 70.

Nesta época, a riqueza já começava a sumir, ela era de poucos, contudo aparece como de todos. As festas religiosas se tornam espaço em que se produzia a ilusão de que a sociedade era rica e igualitária.

A mensagem social, transmitida com força persuasória, dessas festividades era a de riqueza e opulência para todos, no entanto, a riqueza começava a ser pobreza e o apogeu, decadência.

No século XVIII, há o grande paradoxo da fome que marcou o nascimento das minas de ouro. O nobre metal provocou um enorme afluxo de pessoas, não apenas da Metrópole como das capitanias vizinhas. Essas pessoas improvisavam alojamentos numa região deserta e ali era assolada pela fome. Muitos mineiros morriam à míngua, aproveitavam-se dos mais imundos animais, e, faltando-lhes esses, abandonavam as minas, fugindo para as matas com seus escravos, alimentando-se de frutas que colhiam. Com a falta de alimentos, as Minas se tornaram o centro de inflação da colônia.

Os anos de 1697-98 foram aqueles em que a fome atingiu os seus limites extremos e muito povoado foi abandonado pelos mineiros. Essa deserção deu origem a muitos arraiais novos e junto às lavras eram cultivadas roças. Buscou-se também observar com mais atenção o abastecimento da capitania, suprido pela Bahia e pelas capitanias do sul. A fome então passou a circunscrever-se apenas em seu círculo costumeiro: a pobreza.

Na sociedade mineradora, eram privilegiados aqueles que possuíssem um grande número de escravos. Para estes, o luxo e a ostentação existiram, como sinal distintivo de status social, como instrumento de dominação necessário à manutenção do mando. Em Minas, poucos foram, portanto, os senhores de escravos e, conforme o ouro se tornava mais escasso, os mineradores alforriavam os escravos, pois os gastos com a mão-de-obra se tornavam pesados demais. Assim, explica-se que:

A sociedade mineira foi das mais abertas da colônia (...) pela falta --- quase ausência --- do grande capital e pelo seu baixo poder de concentração. Daí o número de pequenos empreendedores, daí o mercado maior constituído de avultado número de homens livres --- homens esses, entretanto, de baixo poder aquisitivo e pequena dimensão econômica. (Mello e Souza, 1986:29).

Conforme aumentava a produção, passou-se a se referir ao ônus crescente da tributação sobre os mineiros. Assim, a coroa enriquecia, mas o mineiro ficava pobre.

Dessa situação, começou-se a se formar a imagem de que o ouro correspondia a uma riqueza enganadora. Em meados do século XVIII, foram escritos textos que revelam a preocupação com os males que o ouro acarretava para a Metrópole e para a sua colônia. Buscam-se explicações para justificar a pobreza de minas, apesar do ouro.

Surge, então, a explicação de que a ausência da riqueza seria devido ao extravio e ao contrabando. Essa explicação se articulou basicamente do lado do poder.

Em busca de explicações para a decadência vivenciada, a partir de estudos científicos, as atenções se voltam para a inadequação dos métodos usados na extração do metal.

Surge também a explicação de que a mineração é perniciosa por ser uma riqueza encontrada com facilidade, não com o trabalho árduo, penoso, considerado como provação necessária para a obtenção final da felicidade.

Passa-se, assim, a explicar-se a decadência mineira pela imprudência da escolha da mineração em lugar da agricultura. Entendia-se que plantar era trabalho, enquanto minerar não passava de jogo e aventura.

Nesta época, é produzido um discurso contrário à mineração, que passa a ser considerada como riqueza casual, variável e caprichosa. Assim, o ouro transferia esses atributos negativos para o mineiro e para a nação mineradora, caracterizada como inconstante.

Na época, uma nação sensata deveria estabelecer-se sobre bases sólidas e mais permanentes proporcionadas pela agricultura, não pelo ouro, que não passaria de mera representação da riqueza.

Estas formulações eram pertinentes, contudo, não atingiam o cerne do problema, que era a voracidade da Metrópole. “Quase nada escapava às malhas do sistema colonial: fisco voraz, tributação sobre os escravos, sistema monetário

específico e importações feitas pelo exclusivo do comércio.” (Mello e Souza, 1986:40)

Esse mecanismo seria o gerador de pobreza, implicando para o colono a impossibilidade de comprar escravos, o que, numa sociedade escravista, implicava mais pobreza. A Metrópole, no entanto, não examinava as causas da pobreza, limitava-se a aplicar medidas reformistas visando à preservação dos seus domínios.

O colono, no entanto, tinha outra consciência relativa ao problema da pobreza, pois não se atinha ao tema da decadência do ouro como os portugueses. Para Tiradentes, Minas era pobre devida à exploração européia das riquezas mineiras. Tinha-se, portanto, consciência de que todo o ouro era enviado à Inglaterra, para promover a acumulação primitiva nos centros hegemônicos europeus. Assim,

a mineração se estabeleceu sob o signo da pobreza e da conturbação social, marcando-a, sobretudo, o enorme afluxo de gente que acudiu ao apelo do ouro e cuja composição social se apresentava bastante heterogênea. Mais do que em qualquer outro ponto da colônia, foi grande nas Minas Gerais a instabilidade social, a itinerância, o imediatismo, o caráter provisório assumido pelos empreendimentos. (Mello e Souza 1986:66)

A empresa mineira era transitória e itinerante. A exploração de ouro obedecia, no seu desenvolvimento, ao lucro mais imediato. Os resultados imediatos desse tipo de empresa era o desenraizamento constante da população, bem como a fome que assombrava a empresa mineradora. Assim, as pessoas tendiam a ver como provisório e intermitente tudo que as cercava.

A explicação mais aprofundada das peculiaridades da mineração, transferida para os que dela se ocupavam, se encontra no caráter que a colonização assumira. Segundo Mello e Souza,

A itinerância e o senso do provisório persistiram por muito tempo (...). Explicado nas Minas por uma série de fatores ligados ao caráter da exploração aurífera, essas peculiaridades são, no seu conjunto, clarificadas pelo próprio sentido da exploração colonial, assentada na aferição rápida e imediata do maior lucro possível. (1986: 67)

Nesta perspectiva, os deslocamentos de população ocorridos no Brasil seriam ensaios e tentativas caracteristicamente brasileiros de procura de condições de sobrevivência. Conforme Caio Prado Júnior,

No Brasil, este fato é sensível pelo caráter que tomara a colonização, aproveitamento aleatório em cada um dos momentos, como veremos ao analisar a nossa economia, de uma conjuntura passageiramente favorável. Cultiva-se a cana como se extrai o ouro, como mais tarde se plantará o algodão ou o café: simplesmente pela oportunidade do momento. (1942:73).

A força de trabalho, no Brasil Colônia, era basicamente escrava. Era muito raro que o homem livre, sem recursos vultosos, se mantivesse como proprietário, “sobretudo em Minas, região que, apesar de tida tradicionalmente como democrática, apresentava possibilidades favoráveis apenas a um pequeno número de pessoas.” (Mello e Souza, 1986: 68)

A distribuição de lavras era concedida conforme o número de escravos que cada um dos senhores possuísse. Eram os Guarda-Mores que distribuíam a terra conforme sua vontade, que privilegiava os poderosos.

O homem livre pobre dedicava-se, dada a repartição injusta de terras, ao garimpo e à faiscação, atividades que mal lhes garantia a subsistência. Muitos mineiros, até os filhos de antigos e ricos mineiros falidos, tornavam-se miseráveis, especialmente quando a mineração começou a decair. Esses homens voltavam-se, então, a uma agricultura de subsistência que, muitas vezes, quase não os impedia de morrer de fome.

Havia uma grande quantidade de homens na miséria: os aventureiros do ouro, os desclassificados oriundos de Portugal. Sem razão de ser, vagavam pelos arraiais, esmolando, muitos acabavam mortos no fundo dos córregos mineiros.

No século XVIII, em Minas Gerais, esses homens, designados como “vadios” acabaram se tornando úteis. Tornaram-se mão-de-obra alternativa à escrava. Conforme Mello e Souza, diversas eram as alternativas para a utilização da mão-de-obra desclassificada:

constituição dos corpos que se aventuravam pelo sertão em entradas; a guarda, defesa e manutenção dos presídios; o trabalho nas obras públicas e na lavoura de subsistência; a formação de corpos de guarda e polícia privada; a composição de corpos de milícia (...); a abertura e povoamento de novas áreas, as fronteiras. (1986: 74)

No século XVIII, a grande maioria dos que viviam numa condição precaríssima era constituída de mestiços e negros forros e fugidos. Segundo Melo e Souza,

A família de gente pobre estruturou-se independentemente dos laços matrimoniais. E, revelação surpreendente, uma pesquisa sobre a população setecentista de Vila Rica acusa a enorme importância das mulheres como cabeça da família, ou seja, como chefes da casa. (Mello e Souza, 1986:144)

A miséria foi uma das principais marcas desta camada social. Suas habitações eram muito precárias, muitas dependuradas sobre despenhadeiros, cobertas de capim e tendo por piso a terra esburacada. Situavam-se em zonas periféricas. O mobiliário era muito modesto, às vezes, existia apenas uma cama para uso de vários moradores dormirem. Quanto à alimentação, era a pior da colônia. Quanto à vestimenta, era a mais precária que se pode imaginar.

Assim, o homem livre pobre sobrevivia na penúria. Para explicar essa situação, a camada dominante produziu formulações “cujas raízes lançam seus frutos ainda hoje, pois foram incorporadas e reelaboradas pela nossa tradição autoritária.” ( Mello e Souza, 1986:219)

Passou-se a considerar essa camada social uma “outra humanidade”, tida como inviável pela mestiçagem ou cor negra de sua pele, pela indolência e ignorância, pelos vícios que possuíam. Eram considerados preguiçosos, acomodados a esmolas, indivíduos que repudiavam o trabalho e adotavam uma vida itinerante e imprevidente.

No discurso das autoridades da administração colonial, era nítida a concepção de que os homens livres eram vadios, sem aptidão para trabalhar. Embora esses homens fossem empregados, com freqüência, em tarefas que o escravo não preenchia, “no mundo das ideologias, o ônus que representavam aparecia como predominante, recobrando a utilidade empiricamente constatável e escamoteando-a.” (Mello e Souza, 1986:220)

Essas formulações serviam para justificar a escravidão como mão-de-obra imprescindível ao funcionamento da colônia. A desqualificação do homem livre pobre, enquanto mão-de-obra e ser humano, correspondeu a uma “necessidade profunda que se moldou simultaneamente ao desenvolvimento do processo de exploração colonial -- de que fez parte a mineração.” (Mello e Souza, 1986: 222)

A liberdade não valia muito ao homem pobre, que o mundo da produção e os aparelhos de poder oprimiam, e, no entanto, ele não deixava de ser homem

livre numa sociedade escravagista. Embora fosse utilizado de modo intermitente mas regular pela camada dominante e pelo Estado,

a sua utilidade real e empiricamente detectável era revestida por um ônus que o deixava sem razão de ser. A formulação dessa inutilidade justificava o sistema escravista, e o atributo da vadiagem passava a englobar toda uma camada social, desclassificando-a. (Mello e Souza, 1986: 222)

Assim, todos os homens livres pobres eram considerados vadios na perspectiva dos poderosos. A representação do mineiro como inconstante, imediatista e itinerante, que diz respeito ao fato de que em Minas Gerais, como afirmou Mello e Souza, o caráter provisório assumido por seus empreendimentos, o imediatismo, a instabilidade social e a itinerância foi grande, maior do que em qualquer outra parte da colônia, aparece, no conto analisado, de dois modos opostos: como afirmação de alguns desses atributos, no caso a inconstância, a imprudência e a busca de lucro fácil, figurativizada pelos conterrâneos de João Porém; e, de modo diverso, como negação da representação, firmada pelo ideologia dos poderosos, do homem livre e pobre, na figura de João Porém, que, ao invés de ocioso, cheio de vícios, sensual, ignorante, indolente, aparece como um homem dotado de prudência, sensatez, grande habilidade para o trabalho, preso à terra, não aventureiro, e, sobretudo persistente.

Assim, na figura dos conterrâneos de João Porém, encontra-se a representação do que, desde o século XVIII, firmou-se no nosso imaginário acerca do mineiro, e, por extensão, do brasileiro; e que, na figura de João Porém, está presente a representação nova, criada por Guimarães Rosa, que recusa o estereótipo, ao criar um avicultor, que permanece em sua terra natal e, por meio de um trabalho de grande persistência, expande as fronteiras provincianas.

Com base no cotejamento do texto “João Porém, o criador de perus”, e as informações fornecidas pela historiografia, na trajetória de João Porém, constrói-se uma opulência real a partir da situação miserável de nascimento, diferentemente do que ocorreu no século XVIII, em que o fausto era falso.

A escolha de uma atividade bem sucedida relacionada à nutrição, isto é, criação de perus, soluciona uma questão que permaneceu crítica no século XVIII, em que a fome dizimou grande número de mineiros. Realçando o fato de que a

solução não veio de fora, mas foi criada na província interiorana, expandindo-se depois para além da aldeiazinha sertaneja.

João Porém, já próspero e “tido na conta de ouro”, permaneceu humilde, ao contrário do que ocorria no século XVIII, época em que o luxo e a ostentação existiram como sinal de distinção de status social e como instrumento de dominação imprescindível à manutenção de privilégios.

O avicultor da narrativa rosiana é um homem que nasce livre e pobre, mas ao contrário do que ocorreu na história mineira, alcançou grande poder aquisitivo e grande dimensão econômica.

Na sociedade mineira do século XVIII, a explicação da ausência da riqueza seria resultado do extravio e do contrabando. No texto rosiano, a acumulação de riqueza seria devido ao trabalho persistente, apesar dos conterrâneos que insistentemente buscam lesar o avicultor, ou seja, o lucro fácil.

Contudo, no texto rosiano, o trabalho árduo e penoso não é considerado como provação necessária para a obtenção final da felicidade, uma vez que, para o narrador, a “infelicidade é questão de prefixo”, e, assim, transcende a questão meramente material.

No texto rosiano, o avicultor é prudente e sua prudência consiste, sobretudo, em manter-se “aficado”, em sua propriedade rural. Não se tornar itinerante, mas perseverar, apesar da tarefa atribulada a que se dedicou durante toda sua existência.

No texto rosiano, a riqueza que João Porém obtém não é casual, variável ou caprichosa, mas resultado de um labor perseverante. Não há imediatismo em suas ações (“seu horror a qualquer espécie de surpresas”), mas sim um agir fundamentado em meditação profunda (“miúdo meditou”, “se bem pensou, melhor adiou”, “Era só um homem debaixo do coqueiro”). Sua empresa prospera não por um lance de sorte de um aventureiro, mas em razão do comedimento (“tomadas as coisas em seu meio”) do avicultor.

Se como diz a historiografia, no século XVIII, a empresa mineira era transitória e itinerante, no texto rosiano, a empresa de João Porém, que não está no

século XVIII, provavelmente, esteja no século XX, é duradoura e fixada na aldeiazinha.

Se os resultados mais imediatos da empresa itinerante é o desenraizamento constante da população, bem como a fome que assombrava a empresa mineradora e, por essa razão, as pessoas tendiam a ver como provisório e intermitente tudo o que as cercava, no texto rosiano, a empresa construída e mantida por João Porém enraíza o homem em sua terra natal, possibilitando-lhe que não caia na miséria e torne-se um desclassificado social. Assim, essa empresa colabora para que o homem pobre seja livre da opressão da miséria que a condição itinerante fatalmente lhe determinaria.

João Porém, ao contrário do itinerante que faz uma mudança espacial mas sua condição de precariedade permanece, efetiva, por permanecer enraizado, fixado em sua aldeiazinha e, graças a um trabalho perseverante, não oportunista como o dos conterrâneos, empreende um movimento ascensional, de grande prosperidade.

O texto rosiano, portanto, considerando-se a trajetória vitoriosa de João Porém, recusa a itinerância e o senso do provisório, recusa a aferição rápida e imediata do maior lucro possível, peculiaridades que, em razão da exploração colonial, passaram a caracterizar o modo de ser da economia, não apenas mineira, mas brasileira.

João Porém desmente o discurso elaborado pelos dominantes, que, até hoje, é reelaborado pela nossa tradição autoritária, na medida em que não repudia o trabalho e executa-o com maestria.

João Porém, portanto, ao contrário de seus conterrâneos que representam a persistência de um modo de agir advindo da época do apogeu e da decadência da sociedade mineradora, representa um homem cuja visão orienta-se não mais de acordo com o passado, ao contrário, trata-se de uma ruptura com esse passado, trazendo uma visão inovadora, progressista, que, no texto, aparece, no oitavo episódio, na expressão “sob pressão de desenvolvimento histórico”, cuja temporalidade, associada à expressão “caminhão”, não ficou plenamente esclarecida, o que, como mencionado anteriormente, produziu o questionamento: “A que desenvolvimento histórico se estaria fazendo referência?”

#### 4.1.11. Resposta ao questionamento 11: “Como se explicaria esse sentimento de saudade indeterminada?”

##### Leitura hermenêutica

Encontramos a resposta a esse questionamento nas seguintes expressões, que nos remetem à filosofia de Platão:

- “saudoso”, “saudade sem saber de quê”, “amar não é verbo; é luz lembrada” (relativa à concepção de reminiscência).
- “sonha-se é rabiscos” (relativa à deformação sensorial de nossa visão relativa à projeção do mundo inteligível no sensorial)
- “com aquela como o tivessem cerrado noutra ar” (relativa à vivência no mundo inteligível)
- “--- Não ia ver o amor?” (relativo ao amor platônico, no grau que transcende o sensorial)
- “--- Esta não é a minha vez de viver...” (relativa a reencarnações passadas)
- “Ela não estava para trás de suas costas. Porém, Lindalice, ele a persentia” (relativa ao amor platônico. Cabe lembrar que o antropônimo “Alice” significa “a verdadeira” e “Linda” nos parece remeter à noção platônica de Beleza)
- “uma mocinha, de lá, também olhos azuis, lisos cabelos, bonita e esperta, igual à outra” (relativa à imperfeição do mundo sensorial: a “mocinha” é uma cópia da “verdadeira”, ou seja, de Lindalice)
- “por sombras!” (relativa à imperfeição do mundo sensorial)
- “Porém (...) suspendeu suma a cabeça, só zarolhaz guapamente --- vez tudo, vez nada --- a mais não ver”. (relativa ao amor platônico, que transcende ao mundo sensorial)

### **Leitura intertextual**

Para entender o saudosismo “sem saber de quê” de João Porém, recorreremos à filosofia, porque, no texto, há referência ao amor dito platônico e à noção de reminiscência, oriunda do platonismo.

Segundo Reale e Antiseri (2007), a novidade mais importante da filosofia platônica consiste na descoberta de uma realidade superior ao mundo sensível, isto é, uma metafísica do ser. O plano supra-sensível do ser é constituído pelo mundo das Idéias (ou Formas). As Idéias platônicas não são simples conceitos mentais, mas são “entidades” que subsistem em si e por si em um sistema hierárquico bem organizado e que constituem o verdadeiro ser.

No vértice do mundo das Idéias encontra-se a Idéia do Bem, que coincide com a idéia do Uno, princípio do ser, da verdade e do valor. Todo o mundo inteligível resulta da cooperação do Princípio do Uno com o segundo Princípio entendido como indeterminação e ilimitação.

Haveria também o mundo sensível, criado pelo “Demiurgo”, que toma como modelo as Idéias e plasma o receptáculo material informe. O Demiurgo procura descer na realidade física os modelos do mundo ideal. Assim, a inteligência demiúrgica transforma o princípio caótico do sensível em cosmo. Deste modo, o mundo sensível aparece como cópia do mundo inteligível. O mundo inteligível é eterno, enquanto o sensível existe no tempo, que é imagem móvel do eterno. (Reale-Antiseri, 2007:137)

Segundo Platão, as almas criadas pelo Demiurgo vivem no Hiperurânio, no Mundo das Idéias, e ali conhecem as verdades eternas, a beleza absoluta, os arquétipos de todas as coisas.

Para Platão, o conhecimento é “anamnese”, isto é, uma forma de “recordação”, “um emergir daquilo que já existe desde sempre no interior de nossa alma” (Reale-Antiseri, 2007-146).

A alma viu e conheceu toda a realidade, do outro mundo e deste mundo. Assim, a alma deve simplesmente retirar de si mesma a verdade que já porta desde sempre, o que significa recordar.

Para Platão, os sentidos nos proporcionam apenas conhecimentos imperfeitos. Nosso intelecto, ao se deparar com os dados dos sentidos, meditando, encontra neles a ocasião para descobrir os conhecimentos perfeitos correspondentes. Assim, temos na alma uma intuição originária do verdadeiro.

Em Platão, o Amor é força mediadora entre o sensível e o supra-sensível, “força que dá asas e eleva” (Reale-Antiseri, 2007-150).

Para Platão, o Amor dispõe de muitos caminhos que conduzem a vários graus de bem, sendo que toda forma de amor é desejo de possuir o bem definitivamente.

O grau mais baixo na escala do amor é o amor físico, que consiste no desejo de possuir o corpo belo para gerar no belo outro corpo.

Depois vem o grau dos amantes que se mostram fecundos quanto às almas. São os amantes da justiça, das leis e das ciências puras.

No degrau mais elevado, está a visão fulgurante da Idéia do Belo em si, do Absoluto.

Para Platão, em sua vida pré-terrena junto aos deuses, a alma contemplou o mundo das Idéias. Depois, perdendo as asas e precipitando-se nos corpos esqueceu tudo. No mundo sensível, persiste na alma o anseio do supra-sensível, pois as almas guardam uma saudade, uma “reminiscência” da contemplação da Beleza e da Verdade absolutas.

Assim, o amor platônico é nostalgia do Absoluto, “tensão transcendente para o mundo metaempírico, força que impulsiona para o retorno à nossa existência originária junto aos deuses.” (Reale-Antiseri, 2007:151).

O corpo e a realidade sensível são, para Platão, cárceres da alma, que, por meio de sucessivas reencarnações, deve ascender da imperfeição da matéria à perfeição do espírito.

Conforme Platão, o papel dos sentidos é tornar conscientes na alma os conhecimentos já adquiridos anteriormente no Mundo das Idéias e esquecidos na encarnação.

Para Platão, as coisas sensíveis são imagens da Idéia e mais nada. Como já se observou, tudo o que existe no mundo é cópia imperfeita do mundo inteligível. As imagens só servem para lembrar uma ideia. Assim, conforme o “Mito da Caverna”, as coisas sensíveis são apenas sombras imperfeitas das idéias preexistentes. Assim, a verdadeira realidade, contemplada pela inteligência, é a luz da alma.

Há outras passagens na obra *Tutaméia* que nos orientam para o conhecimento da filosofia platônica como uma das chaves de interpretação das histórias desse livro. Em nossa pesquisa, encontramos três que nos pareceram significativas.

A primeira delas consta do prefácio “Aletria e hermenêutica”:

A vida também é para ser lida. Não literalmente, mas em seu supra-senso. E a gente, por enquanto, só a lê por tortas linhas. Está-se a achar que se ri. Veja-se Platão, que nos dá o “Mito da Caverna”. (ROSA, 2001:30).

A segunda delas encontra-se no conto “Desenredo”:

Entregou-se a remir, redimir a mulher, à conta inteira. Incrível? É de notar que o ar vem do ar. De sofrer e amar, a gente não se desfaz. Ele queria apenas os arquétipos, platonizava. Ela era um aroma. (ROSA, 2001:74)

Trata-se da história de um homem apaixonado que, embora ela o tenha traído duas vezes, perdoa a amada e, buscando atingir a felicidade, faz uma revisão da amada com paciente trabalho amoroso.

A terceira delas diz respeito ao título de uma história de *Tutaméia* “Reminiscção”, neologismo que remete à expressão platônica “reminiscência”. Trata-se de uma história de um homem (Romão) que se tornou o marido apaixonado de uma mulher medonha e má (Nhemaria, apelidada Drá), que, ao morrer, transmitiu ao povo do lugarejo em que vivia o casal a imagem deslumbrante de sua amada:

Os outros, otusos, imaginânicos, com olhos emprestados viam também, pedacinho de instante: o esboçoso, vislumbrança ou transparecência, o aflato! Da Drá, num estalar de claridade, nela se assumia toda a luminosidade, alva, belíssima, futuramente... o rosto de Nhemaria. (Rosa, 2001:129)

Nos contos “Reminiscção” e “João Porém, o criador de perus”, em que o avicultor cria amor e mantém-se fiel à Lindalice, donzela “urdida” por seus conterrâneos, “o que não é passa a influir efetivamente no que é, a moldá-lo, a mudar-lhe a feição”. (Ronái, no apêndice de *Tutaméia*, Rosa, 2001:25).

Nas três estórias, no entanto, parece que os sujeitos amorosos, embora enganados, ao transfigurarem a realidade, atingiram um nível de compreensão mais elevado do que os demais.

Para Platão, a arte (transfiguração da realidade) serve ao falso e deve submeter-se à filosofia, que é a única capaz de alcançar o verdadeiro:

a arte não revela, mas esconde o verdadeiro, porquanto não constitui uma forma de conhecimento nem melhora o homem, mas o corrói, porque é mentirosa; não educa o homem, mas o deseduca, porque se volta para as faculdades irracionais da alma que constituem as partes inferiores de nós mesmos. (Reale e Antiseri, 2007:150).

Para Guimarães, Rosa, ao contrário, a arte é uma forma de conhecimento, que, por se voltar para o nonsense, acaba por desvelar a verdade, na medida em que a transfigura.

Nas três estórias acima referidas, parece-nos estar tematizada a questão da transfiguração do real como forma de conhecimento, uma vez que, conforme se afirma em “Aletria e hermenêutica”, “o não-senso, crê-se, reflete por um triz a coerência do mistério geral, que nos envolve e cria.” (Rosa, 2001:30). Quanto a esse aspecto, ver nosso estudo do prefácio “Aletria e hermênutica”, constante do Capítulo II desta dissertação.

#### **4.1.12 Resposta ao questionamento 12: “A que “desenvolvimento histórico” se estaria fazendo referência?”**

##### **Leitura hermenêutica**

Para responder a esse questionamento, produzido durante a leitura do oitavo episódio, nos ativemos às seguintes expressões do texto: “desenvolvimento histórico”, “caminhão”, “cidade”.

Trata-se de expressões que pertencem a uma temporalidade que podemos demarcar com facilidade como sendo a da modernidade atingindo as regiões atrasadas do sertão brasileiro (“aldezinha (...) mal saída da paisagem”).

Durante a leitura do oitavo episódio, concluímos que um empresário oriundo de região mais desenvolvida ( “um , dos de caminhão, da cidade”), que parara naquela paragem encravada no sertão mineiro, possivelmente para abastecimento, ao se deparar com a empresa avícola próspera de João Porém, firmara um contrato para transporte do perus.

### **Leitura intertextual**

Assim, num processo inverso ao que ocorrera no século XVIII, em que os alimentos chegavam à zona mineradora da Bahia e das capitanias do sul, agora, graças ao empreendimento próspero de João Porém, o interior mineiro se tornara um centro provedor de alimento, não apenas para o mercado interno da aldeiazinha, mas direcionado a outras regiões brasileiras. Portanto, parece que o fantasma da fome, ameaçador no século XVIII, no tempo de João Porém, estaria, graças à sua iniciativa empresarial, sendo superado.

Não nos parece difícil de determinar a que temporalidade da modernidade se estaria fazendo referência, pois as palavras “caminhão” e “desenvolvimento” nos remeteram imediatamente à época de Juscelino Kubitscheck.

Assim, o conto publicado durante a Ditadura Militar, estaria fazendo referência a um passado bastante recente, o do Governo de Juscelino Kubitscheck (1956-1961).

Segundo Cancian (site [educação.uol.com.br/historia](http://educação.uol.com.br/historia)), na eleição presidencial de 1955, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) se aliaram, lançando como candidato Juscelino Kubitschek para presidente, que venceu as eleições.

O governo de Juscelino Kubitschek entrou para história do país como a gestão presidencial na qual se obteve o mais expressivo crescimento da economia brasileira. Na área econômica, o lema do governo era "Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo".

Para realizar esse objetivo, foi elaborado o Plano de Metas, que projetava um acelerado crescimento econômico a partir da expansão do setor industrial, com

investimentos na produção de aço, alumínio, metais não-ferrosos, cimento, álcalis, papel e celulose, borracha, construção naval, maquinaria pesada e equipamento elétrico.

O Plano de Metas teve pleno sucesso, pois no decorrer da gestão governamental a economia brasileira registrou taxas de crescimento da produção industrial em torno de 80%.

O governo obteve apoio de importantes setores da sociedade, como os militares, empresários e sindicatos trabalhistas. O acelerado processo de industrialização registrado no período, no entanto, ocasionou uma série de problemas de longo prazo para a econômica brasileira.

O governo investia no setor industrial a partir da emissão monetária e da abertura da economia ao capital estrangeiro. A emissão monetária acarretou agravamento do processo inflacionário, e a abertura da economia ao capital estrangeiro produziu uma progressiva desnacionalização econômica, pois as empresas estrangeiras passaram a controlar setores industriais estratégicos da economia nacional.

O controle estrangeiro sobre a economia brasileira era preponderante nas indústrias automobilísticas, de cigarros, farmacêutica e mecânica. As multinacionais começaram a remeter grandes remessas de lucros para seus países de origem, burlando as leis locais.

Portanto, se por um lado o Plano de Metas atingiu os resultados esperados, por outro, foi responsável pela consolidação de um capitalismo muito dependente.

O governo de Juscelino Kubitschek também foi marcado pela implementação de um programa de obras públicas com destaque para a fundação da nova capital federal do Brasil. Dado seu arrojado projeto arquitetônico, Brasília tornou-se o mais importante ícone do processo de modernização e industrialização do Brasil daquele período histórico. A nova cidade e capital federal foi o símbolo máximo do progresso nacional e foi considerada Patrimônio Cultural da Humanidade. Foi inaugurada pelo presidente, a 21 de abril de 1960.

Em comparação com os governos democráticos que antecederam e sucederam o de JK na presidência da República, o mandato presidencial de Juscelino apresenta o melhor desempenho no que se refere à estabilidade política.

A aliança entre o PSD e o PTB garantiu-lhe uma base parlamentar de sustentação e apoio político.

O PSD tinha o domínio do Congresso Nacional, com o maior número de parlamentares e de ministros no governo. Era tido como um partido conservador, representante de interesses de setores agrários (latifundiários), da burocracia estatal e da burguesia comercial e industrial.

O PTB reunia lideranças sindicais que representavam os trabalhadores urbanos mais organizados e setores da burguesia industrial. O sucesso da aliança entre os dois partidos deveu-se ao fato de que ambos evitaram radicalizar suas respectivas posições políticas.

Na revista *Grandes Líderes da História* no.19, encontramos as seguintes considerações acerca de Juscelino Kubitschek: “Juscelino nasceu no início do século 20 e teve uma infância pobre na outrora rica Diamantina. Da cidade, ele herdaria o instinto do minerador – sonhador e aventureiro.” (p. 4)

Venceu muitos obstáculos: passou de garoto pobre a médico, de médico a deputado, de deputado a prefeito de Belo Horizonte, de prefeito a governador do Estado de Minas Gerais e, enfim, de governador a presidente da República. Em suas memórias, JK lembrou que ouvira uma frase que nunca esquecerá: “política é destino”.

Tornou-se um mito que atendia a demanda dos homens de seu contexto histórico. O resultado de todo o esforço de JK foi a transformação do Brasil de uma nação basicamente agrária em industrializada.

Morto, JK transformou-se num mito. Passou a representar para o povo brasileiro a utopia dos “anos dourados”. Nas épocas difíceis que seguiram ao seu governo, o período JK acabou sendo considerado como “o tempo-espaço da utopia, em que a economia crescia e a liberdade era plena.” (p. 48)

O governo JK mostrou que era possível ao Brasil ser um país desenvolvido. O cenário de liberdade em que ocorreu, possibilitou o surgimento da bossa nova, a seleção brasileira foi campeã mundial.

Há muito que aprender com Juscelino. Num país em que a regra era a intervenção militar desde a República, ele sempre defendeu a democracia e o direito de expressão. Todas as instituições permaneceram livres em seu mandato presidencial. Respeitava a Constituição.

Juscelino é considerado como o melhor presidente que o Brasil já teve, porque teve um ideal desenvolvimentista. Foi considerado pelo povo como um nacionalista, embora incentivasse o capital estrangeiro. Construiu uma capital de traços arrojados num país extremamente conservador. Diz a revista:

O mito JK é hoje muito mais a imagem do político que Juscelino foi do que qualquer outra coisa. E a imagem que ele carrega consigo na memória está intimamente ligada a Brasília, crescimento econômico, simpatia, respeito à democracia, sorriso sedutor, a esperança que despertou no povo, enfim, todas as conquistas que ele concretizou em apenas cinco anos de governo. (p. 48)

Parece-nos que há uma característica inovadora no ponto de vista de João Porém, que em tudo o mais é um conservador, ao firmar contrato para expandir sua empresa além dos limites provincianos e que essa inovação remete à época dos “anos dourados”, ou ao menos ao projeto de JK de levar o desenvolvimento ao sertão.

**4.1.13. Resposta ao questionamento 13: “Por que João Porém não quis ver a “mocinha” real?”**

**Leitura hermenêutica**

João Porém não quis ver a mocinha apresentada porque já tinha achado o que procurava, Lindalice, moça inventada, mas, em cuja invenção, ele jamais descrera. A rejeição à visão da moça equivale à rejeição do mundo sensorial, uma vez que a “mocinha” não passaria de “cópia” da Lindalice (“igual à outra, a urdida e consumida”). Essa rejeição seria a vitória final à tentação do sensorial, que já se dera no oitavo episódio (“--- Não ia ver o amor? ---), atingindo-se o que teria real valor: o transcendental.

**Leitura intertextual**

O fato de João Porém desviar o olhar da “mocinha” que, no décimo primeiro episódio, lhe fora apresentada, também pode ser explicada pela filosofia platônica.

**4.1.14. Resposta ao questionamento 14: “Qual seria o destino da propriedade rural de João Porém e de sua criação, após sua morte?”**

**Leitura hermenêutica**

No terceiro episódio, o narrador afirma que João Porém dava enorme valor ao terreno e a pequena criação de perus que herdara. Do quarto ao sexto episódio, narra-se a resistência de João Porém em manter sua próspera propriedade, apesar das ações inescrupulosas de seus conterrâneos. No sétimo episódio, o avicultor mantém-se na propriedade, apesar da tentação de partir em demanda de Lindalice. Do oitavo ao décimo primeiro episódio, narra-se a perseverança de João Porém na manutenção de sua propriedade cada vez mais próspera. No décimo segundo episódio, João Porém morre sem nomear herdeiros (“nem estudou a quem largar o

terreno e a criação”). O fato de o avicultor não ter se ocupado em deixar herdeiros sugere a transformação da propriedade particular em propriedade social.

### **Leitura intertextual**

Com a morte de João Porém, sua propriedade próspera se destinaria ao governo municipal. Parece-nos que, de certa forma, há aqui uma resposta possível à questão agrária brasileira dada pelo autor: a pequena propriedade rural destinada ao sertanejo, seria responsável pela fixação do sertanejo em sua terra natal, minimizando o grave problema do êxodo rural

No conto analisado, o homem sertanejo é um pequeno proprietário, envolvido em uma atividade de produção alimentícia. Esse mundo possível responde a uma questão mal resolvida socialmente no passado: a fome vivenciada na época da mineração. Mas também era uma questão vivenciada à época da produção do conto. (Cabe lembrar que muitos artistas brasileiros se debruçavam sobre essa questão, por exemplo, Graciliano Ramos, em *Vidas Secas*, ou Portinari, em seu quadro “Os Retirantes”).

No mundo recriado por Guimarães Rosa, o sertanejo poderia não apenas sobreviver, mas também tornar-se abastado, e, com isso promover o desenvolvimento do interior do país, com o apoio de um governo em que fosse possível a união entre o litoral e o sertão, entre o Brasil mais desenvolvido e o Brasil de condições precárias. Nesse mundo recriado pelo literato mineiro, esse cidadão poderia, inclusive, pelo exemplo de sua trajetória de vida virtuosa, levar sua *pólis* à felicidade.

#### **4.1.15 Resposta ao questionamento 15: “Qual a lição a ser aprendida com João Porém?”**

##### **Leitura hermenêutica**

O aprendizado fundamental deixado por João Porém a seus conterrâneos é a da adivinha contida na epígrafe: que a procura se encerra com o encontro do objeto buscado. E que essa prescinde de crença e persistência. No texto, sugere-se um caminho possível para que ocorresse o aprendizado: “Tinham de o rever inteiro, do curso ordinário da vida, em todas as partes da figura – do dobrado ao singelo.” Assim, o produtor do texto sugere que a devida compreensão textual acerca da lição a ser aprendida implicaria a revisão da figura do avicultor.

##### **Leitura intertextual**

A lição não aprendida pelos conterrâneos de João Porém é oferecida pela trajetória exemplar de João Porém a seus conterrâneos, cuja mentalidade, enraizada nos “valores” da época da mineração (a aventura, o lucro fácil, a itinerância da plebe, a inconstância dos empreendimentos das classes privilegiadas) os impedia de reconhecer no avicultor a “mente mestra” do lugarejo.

No conto “João Porém, o criador de perus”, assim como no prefácio “Aletria e hermenêutica”, há uma referência, implícita, à filosofia aristotélica. Roncari (2004:16) afirma que

o conceito de clássico tem de ser visto com muito cuidado em Guimarães, pois, na sua prática literária, ele recobre muitas vezes o representado com a aparência de seu “outro” ou contrário. (...) atrás de uma aparência de fluxo desordenado está uma forma muito bem arquitetada, assim como atrás de uma visão trágica temos uma sátira (...) atrás de Platão encontramos Aristóteles (...) assim também atrás do barroco se esconde o clássico, que não se opõe a ele, mas o compreende. (p.16)

Segundo Reale e Antiseri (2007), para Aristóteles, o fim supremo do homem é a felicidade. Segundo a filosofia aristotélica, para a maioria, a felicidade é o prazer; contudo, dedicar-se ao gozo, reduz o homem ao animal. Para alguns a felicidade é a honra (sucesso), mas a honra não passa de resultado, de consequência. Para

outros, a felicidade está em acumular riquezas; contudo, a riqueza é apenas meio para outras coisas. O bem supremo realizado pelo homem (a felicidade)

consiste em aperfeiçoar-se enquanto homem, ou seja, naquela atividade que diferencia o homem de todas as outras coisas. Assim, não pode consistir no simples viver como tal, porque até seres vegetativos vivem; nem mesmo viver na vida sensitiva, que é comum também aos animais. Só resta, portanto, a atividade da razão. O homem que deseja viver bem deve viver, sempre, segundo a razão (pág. 218).

Segundo os autores, nesse aspecto, a filosofia aristotélica acolhe plenamente o discurso socrático-platônico. Aristóteles exalta, portanto, os valores da alma como valores supremos, ainda que reconheça a utilidade dos bens materiais em quantidade necessária, já que eles, mesmo não estando em condições de dar a felicidade com sua presença, podem comprometê-la, em parte, com sua ausência.

A temática da felicidade aparece explicitada, no conto analisado, nesta frase: “Infelicidade é questão de prefixo”. Também aparece na epígrafe do conto, pois a objeto da busca a que se refere poderia ser a felicidade.

Conforme Reale e Antiseri, a filosofia aristotélica considera as virtudes éticas como “meio justo” ou “meio-termo entre os extremos”. Segundo essa filosofia, o homem é, sobretudo, razão; contudo não apenas razão, havendo na alma algo que se opõe à razão e resiste, como a faculdade do desejo, e, no entanto, participa da alma. O “domínio dessa parte da alma e sua redução aos ditames da razão é a “virtude ética”, a virtude do comportamento prático.” (pág. 219)

Segundo os autores, na filosofia aristotélica, “esse tipo de virtude se adquire, com a repetição de uma série de atos sucessivos, ou seja, com o hábito.” (pág. 219). Assim, as virtudes tornam-se como “modos de ser” construídos por nós mesmos, conforme nossa persistência.

No conto analisado, foi realçada justamente a perseverança de João Porém na manutenção de um mesmo modo de agir, que, em virtude de uma ação habitual, a de criar perus, acabou por aprimorar o avicultor, tornando-o uma excelência nessa atividade, vindo a prosperidade e o louvor público em decorrência do “modo de ser” de João Porém.

Por outro lado, também por força de um hábito, os conterrâneos de João Porém não construíram um “modo de ser” virtuoso para si, pois se mantiveram inescrupulosos, levianos, inconstantes e não trabalhavam.

Segundo Reali e Antiseri, na filosofia aristotélica, há a noção de “justa medida”, que é o “caminho intermediário” ou “meio-termo”, que consiste num procedimento equilibrado, sem que se tenda para a falta ou para o excesso. Esse meio termo, portanto, “não é uma mediocridade, mas sim “uma culminância”, um valor, pois é “vitória da razão sobre os instintos””. (pág. 220).

Nesse aspecto, a filosofia aristotélica, segundo os autores, faria uma síntese de toda a sabedoria grega

que encontrara expressão típica nos poetas gnômicos, nos Sete Sábios, que haviam identificado no “meio intermediário” (...) a regra suprema do agir, (...) e há o aproveitamento do conceito de “justa medida”, que desempenha papel tão importante em Platão. (pág. 220)

No conto “João Porém, o criador de Perus”, a moderação foi realçada como uma característica do protagonista em vários momentos do texto, sendo que essa moderação está explicitada na frase “Porém punha convicção no tossir, prático de economias quiméricas, tomadas as coisas em seu meio.”

Segundo os autores, na filosofia aristotélica, “como o fim do Estado é moral, é evidente que aquilo a que ele deve visar é o incremento dos bens da alma, ou seja, o incremento da virtude.”

Assim, é “impossível que tenha êxitos felizes quem não cumpre boas ações e nenhuma boa ação, nem de um indivíduo, nem de uma Cidade, pode realizar-se sem virtude e bom senso.” Conforme os autores, nesse aspecto, a filosofia aristotélica reafirma “o grande princípio platônico da correspondência entre o Estado e a alma do cidadão singular.” (pág. 223)

A singularidade de João Porém não diz respeito apenas ao fato de ele ser um homem que alcançou prosperidade, mas que a alcançou na medida em que se aprimorou, não cedendo ao desejo de evadir-se de sua terra natal, em busca da aventura amorosa, mantendo-se fiel à sua atividade de criador de perus (“Se bem pensou, melhor adiou: aficado, com recopiada paciência, de entre os perus, como um tutor de órfão”).

Ao final do conto, o narrador explicita a singularidade de João Porém na frase “Ele fora ali a mente mestra”, e afirma também com a frase “Mas, com ele não aprendiam, nada”, a dificuldade de a aldeiazinha em obter “êxitos felizes”, uma vez que ali não se praticavam “boas ações”, em decorrência da falta de “virtude” e de “bom senso” dos conterrâneos do avicultor.

Em síntese, neste capítulo, respondemos, por meio da leitura hermenêutica e da leitura intertextual, a um conjunto de perguntas produzidas durante a leitura heurística que nos orientou para uma compreensão mais cabal do conto.

Também concluímos que a pergunta para o qual o texto apresentado é uma resposta é apresentada na epígrafe, sob a forma de adivinha.

Segundo Jolles (1930), a adivinha é um tipo de texto para o qual a resposta é dada por quem a formulou, ou seja, o próprio autor. Sua função é a de modificar o saber do leitor, portanto, trata-se de modificar seu sistema de crenças. O público a que se destinava o conto era formado por pessoas da mais alta escolaridade, pois foi publicado, primeiramente, na Revista *Pulso*, cujos leitores eram, em geral, médicos. Cabia, portanto, a este público descobrir a resposta já previamente formulada pelo literato mineiro (“Quatrêvo” é um termo que designa uma obra “inexistente”, e a epígrafe se encontraria nela). Além disso, a pergunta formulada --- “a busca persistente de algo implicaria inevitavelmente em seu encontro?” --- é retórica.

O objeto da busca nos é fornecido pela narrativa: trata-se de “Lindalice”, nome simbólico ( “Alice” provém de **Alétheia** (em grego] ἀλήθεια, "Verdade", é o conceito filosófico que se refere à sinceridade dos factos e a realidade. Literalmente a palavra significa *"aquilo que não está oculto"*, *"aquilo que é evidente"*, o que “é verdadeiro”. **Alétheia** (em grego antigo, ἀλήθεια: «verdade», no sentido de desvelamento: de *a-*, negação, e *lethe* «esquecimento» ), para os antigos gregos, designava verdade e realidade, simultaneamente (Ch. Georjgin : *Dictionnaire Grec-Français* – Hatier. )

João Porém encontrou a “verdade suprema”: o amor verdadeiro (conforme o platonismo), a realização de seu “dom” (criador de perus), a prosperidade pessoal pautada na ética. Mas também encontrou “o da cidade” (referência aos “Anos

Dourados” de JK), e esse encontro, integrou, de certa forma, a província interiorana (“aldeiazinha indiscreta”) ao Brasil que se desenvolvia (“sob pressão de desenvolvimento”).

Ao final do conto, o narrador afirma que os conterrâneos de João Porém deveriam fazer a revisão de sua figura e aprender com ele. O conto, no entanto, acaba com um certo pessimismo “com ele não aprendiam nada, só repetiam Porém... Porém).

## Capítulo V

### A subjetividade enunciativa de Guimarães Rosa

Neste capítulo, seguindo Van Dijk (1983), analisamos o processo de ressemantização do nome próprio “João Porém”, a fim de respondermos ao questionamento “O que significaria o nome João porém”, produzido na leitura heurística (capítulo III, item 3.2.2).

Também analisamos, seguindo Orecchioni (1996), os lugares em que a subjetividade do literato mineiro se inscreveu com maior carga.

#### 5.1 Análise das categorias canônicas dos episódios

Para acompanhar o trabalho de ressemantização do sobrenome “Porém” e responder ao questionamento em aberto (“O que sugeriria o sobrenome “Porém?”), dividimos os episódios em suas categorias canônicas.

Cada um dos episódios é organizado pelas categorias da intriga: apresentação, conflito e resolução. Por se tratar de um texto em linguagem poética, para esse estudo, foi efetuada uma paráfrase.

##### 5.1.1 Análise do primeiro episódio

No primeiro episódio, a categoria da Apresentação compreende as seguintes informações semânticas:

- Uma criança prestes a receber o nome de batismo.

No primeiro episódio, a categoria do Conflito compreende as seguintes informações semânticas:

- Houve uma divergência entre os progenitores da criança durante o sacramento do batismo quanto ao prenome a ser atribuído a ela.
- O pai teimava em que o filho não chamasse João.
- A mãe, ao contrário, insistia em que seu filho recebesse esse antropônimo.
- A mãe lançou mão de um ardil, para que sua vontade prevalecesse.

No primeiro episódio, a categoria da Resolução compreende as seguintes informações semânticas:

- A vontade da mãe saiu vitoriosa, em razão de sua artimanha.
- O nome João foi registrado no livro de assentos da igreja.

### **5.1.2 Análise do segundo episódio**

No segundo episódio, a categoria da Apresentação compreende as seguintes informações semânticas:

- A criança não se distinguia do meio familiar e comunitário.
- Ela era imperfeita sensorialmente: vesga, um pouco gaga e parcialmente surda.
- Também possuía atributo positivo: a sensatez.
- Ela crescera com vigor, apesar de ser portadora de deficiência sensorial.
- Tornando-se um jovem sensato, com imperfeição sensorial.

No segundo episódio, a categoria do Conflito compreende as seguintes informações semânticas:

- Os pais do jovem faleceram.

No segundo episódio, a categoria da Resolução compreende as seguintes informações semânticas:

Com a morte de seus pais, João ficou solitário e saudosos.

### **5.1.3 Análise do terceiro episódio**

No terceiro episódio, a categoria da Apresentação compreende as seguintes informações semânticas:

- João, na juventude, ficou solitário e saudosos de seus pais falecidos.
- Seus pais lhe deixaram de herança um pequeno terreno e algumas poucas aves reprodutoras (perus).
- O jovem considerou grandiosa a herança recebida.
- Como não tinha habilidades para outra profissão, dedicou-se às aves.
- Tornou-se um criador de perus.
- Sua escolha deveu-se à vocação, mas também para sobrevivência.

No terceiro episódio, a categoria do Conflito compreende as seguintes informações semânticas:

- A atividade de criar perus era desprestigiada socialmente.
- Era considerada uma atividade trabalhosa, pelos conterrâneos do jovem avicultor.
- Em razão de sua escolha profissional, o rapaz era zombado por seus conterrâneos.
- Contrariamente à opinião de seus conterrâneos, o jovem criador de perus tinha alta consideração pelo ofício de criar perus.
- João dedicava-se plenamente à sua criação de perus.
- Ele e as aves harmonizavam-se perfeitamente.

No terceiro episódio, a categoria da Resolução compreende as seguintes informações semânticas:

- O rapaz alcançou, com seu trabalho bem executado como criador de perus, prosperidade material.
- A atividade de criador de perus também lhe proporcionou realização pessoal.

#### **5.1.4 Análise do quarto episódio**

No quarto episódio, a categoria da Apresentação compreende as informações semânticas:

- João tornou-se um próspero criador de perus.
- Ele persistia em sua atividade profissional com afinco.

No quarto episódio, a categoria do Conflito compreende as seguintes informações semânticas:

- Os moradores da província em que João nascera, crescera e prosperara invejavam-no.
- Naquele lugarejo, era comum a bisbilhotice e a indiscrição.
- Os moradores da aldeiazinha cobiçavam a pequena propriedade de João.
- Invejavam o pequeno terreno herdado e a criação avícola que se desenvolvia cada vez mais.
- Os seus conterrâneos tinham pressa em adquirir a propriedade lucrativa de João.
- Eles assediavam-no, propondo a compra da pequena propriedade próspera.

- No quarto episódio, a categoria da Resolução compreende as seguintes informações semânticas:
- O avicultor resistia à insistência importuna de seus conterrâneos.
- Não lhes vendia sua propriedade lucrativa.
- Visando manter sua propriedade lucrativa, era habilidoso na negociação.
- Para tanto, recorria à sua deficiência sensorial e sensatez;
- Hábil negociante, postergava a venda de sua propriedade.

### **5.1.5 Análise do quinto episódio**

No quinto episódio, a categoria da Apresentação compreende as seguintes informações semânticas:

- O avicultor mantinha-se na posse de sua propriedade próspera.

No quinto episódio, a categoria do Conflito compreende as seguintes informações semânticas:

- Os cobiçosos moradores da aldeiazinha manifestavam grande empenho em comprar a propriedade lucrativa do avicultor.
- O avicultor resistia à nova investida.
- Para tanto, ele contornava a situação que o constrangia, não a enfrentava diretamente. Para não se desfazer de sua propriedade, economizava bastante.
- E era moderado em suas aquisições.

No quinto episódio, a categoria da Resolução compreende as seguintes informações semânticas:

- Os moradores da pequena aldeia deixaram de ter esperança de que Porém lhes vendesse o terreno.
- O avicultor venceu, usando de cautela, a insistência de seus conterrâneos.

#### **5.1.6 Análise do sexto episódio**

No sexto episódio, a categoria da Apresentação compreende as seguintes informações semânticas:

- Os moradores da aldeiazinha, vencidos pelo cansaço, desistiram da negociação da propriedade do avicultor.
- Também deixaram de esperar que o insucesso do empreendimento avícola.

No sexto episódio, a categoria do Conflito compreende as seguintes informações semânticas:

- Seus conterrâneos, ao exercerem o papel de intermediários na compra e venda de perus, no comércio interno da aldeiazinha, eram inescrupulosos.
- Os comerciantes praticavam inúmeras ações imprevistas, desonestas.

No sexto episódio, a categoria da Resolução compreende as seguintes informações semânticas:

- O criador de perus, embora fosse lesado pelas ações desonestas de seus conterrâneos que comercializavam suas aves, não se deixava abater.
- Sua perseverança no trabalho.

### 5.1.7 Análise do sétimo episódio

No sétimo episódio, a categoria da Apresentação compreende as seguintes informações semânticas:

- O avicultor permanecia trabalhando.
- Sua habilidade era excepcional.
- Sua constância inabalável.
- Exercia seu ofício integrado à natureza.

No sétimo episódio, a categoria do Conflito compreende as seguintes informações semânticas:

- Os moradores da pequena aldeia inventaram uma mentira, propícia a acabar com sua tranquilidade..
- A mentira contada era que, em um lugar distante, vivia uma jovem que queria bem ao avicultor.
- Descrita como uma jovem robusta, atraente, com olhos azuis, cabelos lisos e um nome refinado: Lindalice.
- João Porém ouviu a mentira muitas vezes;
- Refletiu minuciosamente acerca do que contaram;
- Deduziu que a saudade sentida por ele, indeterminada, devia ser em razão de um amor latente.
- Acreditou na existência da donzela, Lindalice
- Passou a dedicar-lhe intenso amor, à distância.

No sétimo episódio, a categoria da Resolução compreende as seguintes informações semânticas:

- João Porém acreditou na mentira inventada pelos moradores da aldeiazinha.

- Iludido por seus conterrâneos passou a amar demasiadamente a moça inventada.

#### **5.1.8 Análise do oitavo episódio**

No oitavo episódio, a categoria da Apresentação compreende as seguintes informações semânticas:

- O jovem amava extremadamente a moça inventada por seus conterrâneos.

No oitavo episódio, a categoria do Conflito compreende as seguintes informações semânticas:

- Ele queria estar junto da moça amada.
- Não queria, contudo, deixar sua atividade profissional.
- Porque tinha grande apreço por sua criação de perus.
- Os moradores do lugar instigavam-no a sair da aldeiazinha em demanda da moça.
- Eles, cobiçosos, almejavam o arrendamento da pequena propriedade de João Porém, cada vez mais próspera.
- Para que ele saísse do lugarejo, ofereceram-lhe meio de transporte e provisões.
- João Porém passou a refletir sobre a proposta feita por seus conterrâneos, ou seja, a de evadir-se de seu sítio em demanda da amada.
- Preferiu permanecer em sua aldeiazinha natal.
- Sofrendo resignado e solitário.

No oitavo episódio, a categoria da Resolução compreende as seguintes informações semânticas:

- Firmou um contrato comercial com intermediários de fora da província, da cidade, que transportavam suas aves.
- Essa negociação foi excelente.
- Adquiriu maior fortuna.
- E foi louvado por seus conterrâneos.

### **5.1.9 Análise do nono episódio**

No nono episódio, a categoria da Apresentação compreende as seguintes informações semânticas:

- João Porém tinha-se tornado um homem bastante admirado por seus conterrâneos.
- Os provincianos o consideravam um empresário bem-sucedido.
- Ele, contudo, não se envaidecia.
- Ficou indiferente ao louvor dos habitantes de sua aldeiazinha.
- Permanecia dedicado à sua criação de perus.
- E sua fortuna aumentava.

No nono episódio, a categoria do Conflito compreende as seguintes informações semânticas:

- Os conterrâneos do empreendedor resolveram contar-lhe que Lindalice não passava de invenção deles.
- O avicultor, contudo, não quis ouvir a versão verdadeira da história.
- Para esquivar-se da desilusão, usou sua imperfeição sensorial.

No nono episódio, a categoria da Resolução compreende as seguintes informações semânticas:

- João manteve seu amor pela moça, como um esposo fiel.
- Não se desiludiu.

#### **5.1.10 Análise do décimo episódio**

No décimo episódio, a categoria da Apresentação compreende as seguintes informações semânticas:

- João Porém manteve fidelidade amorosa à Lindalice.

No décimo episódio, a categoria do Conflito compreende as seguintes informações semânticas:

- Os moradores da província estavam arrependidos de terem inventado Lindalice.
- Unidos contaram-lhe outra mentira: a de que Lindalice tinha morrido.
- João Porém sofreu muito pela morte de Lindalice.
- Lamentava a morte de Lindalice.
- Solitário, tinha por ouvintes apenas suas aves.

No décimo episódio, a categoria da Resolução compreende as seguintes informações semânticas:

- O Porém não ficou prostrado de dor.
- Acabou por racionalizar a perda da amada.
- Recuperou seu equilíbrio emocional.

#### **5.1.11 Análise do décimo primeiro episódio**

No décimo episódio, a categoria da Apresentação compreende as seguintes informações semânticas:

- O avicultor persistia amando muito Lindalice, como um homem que tivesse perdido a esposa.
- Ele sentia em seu próprio íntimo a presença de Lindalice.
- Continuava dedicado ao seu ofício.
- Sua empresa estava cada vez mais próspera.

No décimo primeiro episódio, a categoria do Conflito compreende as seguintes informações semânticas:

Seus conterrâneos promoveram o encontro do “viúvo” com uma conterrânea.

- Com esse encontro visavam demovê-lo de seu amor.

No décimo primeiro episódio, a categoria da Resolução compreende a seguinte informação semântica:

- João Porém não quis saber da bela mocinha substituta.

#### **5.1.12 Análise do décimo segundo capítulo**

No décimo segundo episódio, a categoria da Apresentação compreende as seguintes informações semânticas:

- Os moradores da aldeiazinha abandonaram a idéia de encontrar um par amoroso para Porém.
- Deixaram-no em sua pequena propriedade próspera, cuidando de seus perus.
- Onde ele envelhece solitariamente.

No décimo segundo episódio, a categoria do Conflito compreende as seguintes informações semânticas:

- O avicultor faleceu.
- Sem deixar herdeiros.

No décimo segundo episódio, a categoria da Resolução compreende as seguintes informações semânticas:

- Os conterrâneos de Porém ficaram pasmados pelo fato de ele mostrar despreendimento quanto ao grande patrimônio que amealhara desde a juventude.
- Surpreenderam-se com seu despreendimento material.

### 5.1.13 Análise da Avaliação

Os doze episódios, com as suas categorias da intriga, são seguidos da categoria da Avaliação, que compreende as seguintes informações semânticas.

- Os provincianos tinham de fazer uma revisão acerca do criador de perus.
- Não tinham reconhecido que ele fora, naquela província, a “mente mestra”.
- Sem entendê-lo, no entanto, louvavam-no.
- Repetindo a alcunha “Porém”, à semelhança do que faziam as aves criadas por João Porém.

## 5.2 O inter-relacionamento do antropônimo com os episódios da narrativa

Esta narrativa é construída por doze episódios, que se sucedem na linearidade temporal, da infância à morte, na velhice, de João Porém, o criador de perus. Tem-se a seguinte redução das informações obtidas no item anterior.

### Primeiro episódio

Apresentação	Conflito	Resolução
anônimo	antropônimo polêmico	identificação nominal

### **Segundo episódio**

Apresentação	Conflito	Resolução
imperfeição sensorial	falecimento dos pais	orfandade

### **Terceiro episódio**

Apresentação	Conflito	Resolução
condição social precária	ofício mal-remunerado	prosperidade

### **Quarto episódio**

Apresentação	Conflito	Resolução
prosperidade	a ambição de seus conterrâneos	manutenção da propriedade próspera

### **Quinto episódio**

Apresentação	Conflito	Resolução
maior prosperidade	assédio dos conterrâneos	manutenção das posses

### **Sexto episódio**

Apresentação	Conflito	Resolução
Maior progresso	lesavam-no	permanece perseverante

### **Sétimo episódio**

Apresentação	Conflito	Resolução
Porém bem-sucedido	invenção de uma moça	avicultor enamorado

### **Oitavo episódio**

Apresentação	Conflito	Resolução
Avicultor amoroso	abandonar a criação	permanece em sua propriedade

### **Nono episódio**

Apresentação	Conflito	Resolução
Afortunado	a verdade sobre Lindalice	o esquivamento de Porém

### **Décimo episódio**

Apresentação	Conflito	Resolução
Fiel à Lindalice	“morte” da amada	viuvez resignada

### **Décimo primeiro episódio**

Apresentação	Conflito	Resolução
“viuvez”	encontro amoroso	vitória do amor platônico

### **Décimo segundo episódio**

Apresentação	Conflito	Resolução
Viuvez	morte	herança para a comunidade

## **Avaliação**

João Porém era a “mente mestra” do lugarejo e seus conterrâneos não aprenderam nada com ele.

### **5.3 A ressemantização do antropônimo**

Em nossa análise, acompanhamos o processo de ressemantização em duas categorias do episódio: a do conflito e a da resolução.

#### **5.3.1. A ressemantização de “Porém”, considerada a categoria Conflito**

Considerada a categoria do conflito, no texto, o nome “Porém” sugere um grande número de obstáculos a serem enfrentados:

- Primeiro episódio: Destino de um João-ninguém.
- Segundo episódio: Precariedade da condição social.
- Terceiro episódio: Ofício desprestigiado socialmente.
- Quarto episódio: A inveja dos conterrâneos de João Porém.
- Quinto episódio: A cobiça dos conterrâneos.
- Sexto episódio: A falta de escrúpulos dos conterrâneos.
- Sétimo episódio: A invenção donzela inexistente, a quem ele começa a amar platonicamente.
- Oitavo episódio: A tentação de ir em demanda da amada.
- Nono episódio: A revelação da inexistência de Lindalice.
- Décimo episódio: A “morte” de Lindalice.
- Décimo primeiro episódio: A tentação do amor sensual
- Décimo segundo episódio: A morte

Na medida em que se vai processando a leitura da categoria Conflito, inter-relacionando-se os episódios, o conjunto de proposições, que especificam cada um dos obstáculos sofridos pelo avicultor ao longo de sua existência, pode ser reduzido à seguinte macroproposição: “oposição ao crescimento econômico, material, de um ser”.

### **5.3.2. A ressemantização de “Porém”, considerada a categoria Resolução**

Acompanhando a ressemantização do antropônimo, considerada a categoria da resolução, o nome próprio “João Porém” sugere um grande número de obstáculos vencidos, na maioria dos casos, pelo próprio Porém.

- Primeiro episódio: Nome próprio vencedor.
- Segundo episódio: A morte dos pais não significa seu destino final.
- Terceiro episódio: Prosperidade material.
- Quarto episódio: Manutenção da propriedade próspera.
- Quinto episódio: Manutenção da propriedade próspera.
- Sexto episódio: Resistência inabalável aos assédios dos conterrâneos invejosos.
- Sétimo episódio: Amor sublimado.
- Oitavo episódio: A expansão de seu empreendimento.
- Nono episódio: A ampliação cada vez maior da fortuna.
- Décimo episódio: O equilíbrio emocional reestabelecido.
- Décimo primeiro episódio: A fortuna cada vez maior.
- Décimo segundo episódio: O alcance da visão transcendental.

Reduzindo-se as informações acerca do antropônimo designativo do criador de perus a uma macroproposição, consideramos que “João Porém” significa “desenvolvimento persistente, ininterrupto, material e transcendente de um ser.”

### **5.3.3. O significado do antropônimo “Porém”, de gramema a lexema.**

O lexema “Porém”, considerando-se a categoria Conflito, confirma o gramema “porém” (“adversidade”, “oposição”), em dois aspectos: individual (deficiência sensorial e credulidade extraordinária) e social (inveja e ganância de seus conterrâneos). Neste caso, a expectativa paterna (primeiro episódio) em relação ao prenome “João” (de “mau agouro”) se confirma.

O lexema “Porém”, no entanto, considerando-se a categoria Resolução significa, não apenas superação de obstáculos, mas realização pessoal (enriquecimento e encontro com o verdadeiro, conforme platonismo). Neste caso, a expectativa materna em relação ao prenome “João” (primeiro episódio) se confirma. Trata-se de um nome agraciado pela sorte.

Considerando-se, portanto, as categorias Conflito e Resolução, trata-se de um nome contraditório. No entanto, na Avaliação, ocorre a sanção positiva dada pelo narrador ao avicultor e o antropônimo “João Porém” passa a equivaler à “mente mestra” de sua província.

### **5.4. As três isotopias organizadoras do texto**

Neste conto, há três isotopias, que aparecem na retomada do antropônimo ao longo da narrativa. A primeira compreende do primeiro ao terceiro episódio. Trata-se da isotopia em que são apresentadas as condições adversas (social, pessoal, familiar) da existência de João Porém, desde a infância até a mocidade, e a superação dessas circunstâncias desfavoráveis. Trata-se da superação da condição de um João ninguém, com a ascensão do sertanejo à condição de avicultor próspero.

A segunda isotopia compreende do quarto ao sétimo episódio. Trata-se da isotopia em que são apresentadas as condições adversas enfrentadas e superadas por João Porém, inclusive a invenção de uma donzela, para manter-se dono de sua propriedade (terreno e avicultura), apesar do assédio dos cobiçosos moradores de sua província natal. Trata-se também da manutenção das condições propícias para o desenvolvimento cada vez maior de sua prosperidade.

A terceira isotopia compreende do oitavo ao décimo segundo episódio. Trata-se da isotopia em que é apresentada a ampliação do desenvolvimento de João Porém: material, ao expandir seu empreendimento para além de sua província natal, e espiritual, ao, considerando-se a filosofia platônica, ter reconhecido o verdadeiro amor, a lendária Lindalice, vencendo a prova do amor sensorial, atingindo, assim, por sua ascensão material e espiritual, o grau de “mente mestra do lugar”.

### **5.5. O sintagma maior do texto**

Os doze episódios se integram num sintagma maior, organizador do texto, que diz respeito à história de vida de um criador de perus, de sua origem pobre até a sua glorificação por seus conterrâneos devido a seu enriquecimento material.

Situação Inicial (SI)	Fazer transformador (T)	Situação Final (SF)
João -ninguém	desenvolvimento pleno	João Porém

### **5.6 A subjetividade inscrita no enunciado**

Neste trabalho, o exame dos aspectos da enunciação consiste em buscar, no texto escolhido para análise, alguns lugares em que a subjetividade se inscreveria. Encontramos alguns dêiticos, substantivos, adjetivos, verbos e advérbios, que consideramos portarem grande carga de subjetividade. São eles:

## **5. 6.1 Os dêiticos do conto analisado**

Em nossa análise, destacam-se pela carga de subjetividade, alguns pronomes e adjuntos adverbiais, de espaço e de tempo.

### **5.6.1.1 Os pronomes do conto analisado**

No conto analisado, o pronome oblíquo os (aparece, por exemplo, em “tardava-os”, “lesavam-no”, “E vem que o tiveram de louvar”) apresenta carga subjetiva. Esse pronome refere-se ao actante agente do enunciado --- João Porém.

Como no português falado no Brasil os pronomes oblíquos 'o', 'a', 'os' e 'as', em geral, não são usados, sendo quase sempre substituídos pelos pronomes pessoais do caso reto ('ele', 'ela'...), num primeiro momento, estranhamos que o locutor tenha usado o pronome oblíquo, uma vez que, como ele se apresenta no texto como um contador de casos, seria esperado uma maior coloquialidade no uso pronominal. Portanto, com o uso do pronome oblíquo em vez do reto, o locutor é representado como um contador de estórias que tem o domínio da fala culta.

Assim, o uso do pronome oblíquo é, no conto analisado, elemento importante para caracterizar o locutor e sua linguagem, na qual se encontram tanto elementos da fala culta quanto da fala sertaneja. Tal uso seria exigido para dar verossimilhança à representação do locutor, que não seria dotado apenas da sabedoria de vida, mas também de sabedoria de homem de leitura.

Também o pronome demonstrativo “isso” (que ocorre três vezes: “Indistinguível disso”, “sustentava-se nisso”, “Nem se dava disso”.) aparece, no conto analisado, com carga de subjetividade. Nos três casos, o locutor aponta para o contexto em que se encontrava o actante agente João Porém. O fato de o locutor usar o pronome demonstrativo para se referir a esses contextos é uma marca de representação literária de oralidade, que contribui para a representação do locutor como um contador de estórias.

### 5.6.1.2 Os dêiticos espaciais do conto analisado

No conto analisado, ocorre o uso de dêiticos espaciais, com carga de subjetividade. A espacialidade é marcada por expressões de indeterminação, bem como, algumas vezes, com conotações pejorativas, reveladoras do ponto de vista do locutor. Por exemplo: *aldeizinha indiscreta; mal saída da paisagem; além-cercanias; em desfechada distância; noutro ar; um, dos de caminhão, da cidade.*

É possível observar que essas expressões referem-se a três espaços distintos:

#### **Espaço do lugarejo**

(= lugar de invejosos, de indiscretos, de pequenez física e moral)

“Já os invejavam os do lugar”

“Aldeiazinha indiscreta”

“mal saída da paisagem”

#### **Espaço urbano**

(= lugar de expansão da fortuna)

“um dos de caminhão, da cidade

#### **Espaço lendário**

(= lugar transcendente, do amor sublimado)

“além-cercanias”

“em desfechada distância”

“noutro ar”

Se consideramos o percurso dos actantes do enunciado João Porém e os conterrâneos, esses espaços, marcados pelos dêiticos acima, conotam diferentes valores, do ponto de vista do locutor, e, indiretamente, do enunciador.

**Espaço do lugarejo (considerada a trajetória de João Porém, tem valor positivo)**

Lugar do trabalho perseverante, de luta persistente contra adversidades, de sobrevivência difícil, de fonte de sobrevivência, de superação de adversidades e de alcance de certa prosperidade.

**Espaço do lugarejo (considerada as ações e os sentimentos dos conterrâneos de João Porém, tem valor negativo)**

Ambiente provinciano, lugar de inveja, de falta de escrúpulos, de invenção de mentiras, de não aprendizado.

**Espaço da cidade (considerada a trajetória de João Porém, tem valor positivo)**

Lugar de expansão do empreendimento iniciado no lugarejo, lugar de ampliação significativa da fortuna.

**Espaço lendário (considerado o ponto de vista de João Porém, com o qual se identifica o locutor, e, indiretamente, o enunciador, com valor positivo)**

Lugar arquetípico.

**Espaço lendário (considerado o ponto de vista dos conterrâneos de João Porém, com valor negativo)**

Espaço da mentira, da busca aventureira de um objeto inexistente.

### **5.6.1.3. Os dêiticos temporais do conto analisado**

No conto analisado, ocorre o uso de dêiticos temporais, com marca de subjetividade: há duas temporalidades marcadas pelos dêiticos “Agora”, “sob pressão de desenvolvimento histórico”.

O dêitico “**a**gora”, que também cumpre função fática”, refere-se a um tempo, da enunciação, que o locutor avalia como um momento de incompreensão (“Agora o caso não cabendo em nossa cabeça.”), em que o locutor, acompanhado por seu(s)

alocutário(s) representado na posição de ouvinte, procura fazer a revisão, ao contar o caso, de um fato do passado: a trajetória singular de João Porém. Trata-se, portanto, de uma temporalidade marcada pela busca de um aprendizado existencial.

A expressão “sob pressão de desenvolvimento histórico” explicita um tempo do enunciado, que é valorizado pelo locutor pelo termo “desenvolvimento”, progressista. Essa temporalidade, no caso de nossa leitura, foi melhor compreendida com a ajuda de intertextos históricos.

No tempo do enunciado, há ainda outra temporalidade, não marcada por dêiticos, mas que pode ser apreendida pelas ações e sentimentos dos conterrâneos de João Porém. Trata-se, em oposição ao tempo do “desenvolvimento”, de um tempo conservador, de não aprendizado da lição inovadora, dada aos conterrâneos de João Porém pela trajetória existencial de João Porém.

## 5. 6.2 Os substantivos do conto analisado

Quanto aos substantivos, há carga de subjetividade tanto em substantivos próprios como em substantivos comuns.

Há grande quantidade de ocorrências do nome próprio designando o actante agente. Houve quinze ocorrências do nome próprio, que variava aparecendo ora como *Porém* (onze vezes), ora como *João* (duas vezes) e ora como *João Porém* (duas vezes), relativa à fala do interlocutor. Houve ainda mais duas ocorrências relativas à fala dos conterrâneos de João Porém, que repetiam o nome do avicultor em coro com os perus criados pelo avicultor. Trata-se de representações literárias da oralidade sertaneja, representação que ganha verossimilhança a partir da construção de um locutor que é apresentado como um contador de casos (conforme a frase inicial do texto “o caso não cabendo em nossa cabeça”).

Também aparece o nome próprio João Porém designando as características peculiares do seu referente. Trata-se de um nome que, ao longo do texto, a cada uma de suas ocorrências, vai se ressemantizando, a partir de informações sobre o actante do enunciado a que ele se refere. Ao acompanharmos esse processo de

ressemanização, episódio a episódio, o nome próprio vai adquirindo uma significação de realização pessoal, de desenvolvimento persistente. Pode-se dizer, portanto, que o sentido que esse nome adquire rompe com significados já construídos e, portanto, apresenta alta carga da subjetividade de seu enunciador, ao mesmo tempo, as palavras “João” e “Porém”, unidas para designar o avicultor do texto, passam a pertencer apenas ao idioleto rosiano, sendo que em “Porém” há o processo de transformação de gramema a lexema.

O nome próprio Lindalice, no conto, designa características do seu referente de forma não arbitrária, mas motivada. A significação desse nome (“Alice”, “Alethia”) já dada, no grego antigo, é “a verdadeira”; contudo, no texto, adquire a significação paradoxal de “inventada/verdadeira”. Para os conterrâneos de João Porém, Lindalice designa apenas uma mentira, uma invenção; contudo, do ponto de vista de João Porém, ela é verdadeira, ratificando o significado original do nome.

Uma ausência que acaba por revelar a subjetividade do enunciador é a que diz respeito ao fato de que os conterrâneos de João Porém não são nomeados em momento algum do enunciado. No texto, eles são referidos pela expressão “os do lugar”, dêitica (indeterminada) e, depois, podem ser identificados pela desinência dos verbos do conto (*vexavam, desistiram, incutiram* etc.).

Tal “elipse” pode revelar uma avaliação negativa do locutor, e, indiretamente, do enunciador. Portanto, os conterrâneos de João Porém é que são ninguéns, ocorrendo um rebaixamento da humanidade deles, sobretudo, considerando o final do conto em que os moradores do lugarejo são identificados aos perus, no coro laudatório que entoam.

Trata-se de uma espécie de anomia dos conterrâneos de João Porém, que realça ainda mais a tenacidade de João Porém em relação a seus objetivos e a força de sua identidade no seu meio social, a ponto de ele ao final do texto ser avaliado pelo locutor como “a mente mestra” do lugarejo.

Há ocorrência de substantivos comuns com alta carga de subjetividade: a palavra *egyptos* e o neologismo *despautação*. Quanto à primeira, diz respeito à avaliação do actante agente em relação à sua herança precária: um pequeno terreno e uma pequeníssima criação de perus. Avaliação altamente positiva. Quanto

ao segundo, diz respeito à avaliação do locutor relativa à ação absurda dos conterrâneos de João Porém em inventar Lindalice.

### 5.6.3 Os adjetivos do conto analisado

Há ocorrências de adjetivos com alta carga de subjetividade: os neologismos “cabedora”, “zarolhaz”, “ramerrameiro” e “dia-diário”, que se referem ao actante agente (João Porém).

O primeiro traz uma avaliação positiva do locutor acerca do referente esperança (“A esperança, talvez, sempre cabedora”). O adjetivo “zarolhaz” traz uma avaliação do locutor sobre o modo inusitado do olhar do actante agente, em que se intensifica a vesguice de João Porém.

Os dois últimos adjetivos (*ramerrameiro* e *dia-diário*), apresentados ao leitor ao final do texto, são construídos com a repetição de elementos mórficos. Essa repetição refere-se a deficiência da fala de João Porém e, como quem está pronunciando esses neologismos, ao contar o caso, é o narrador, de sua própria fala, aproximando-os, talvez ele imite o Porém. Essa deficiência da fala, no entanto, no texto, apresenta-se como uma qualidade, pois graças a ela o avicultor entrava em sintonia com sua criação e, ao ser assediado por seus conterrâneos, usava-a como forma de contê-los, procrastinando a negociação.

Talvez, haja aí uma alusão à própria linguagem rosiana, que, por recriar a fala sertaneja, possa soar aos ouvidos do leitor urbano com um tom claudicante, como uma língua bárbara, não civilizada.

Para o leitor urbano, muitos outros adjetivos poderiam ser tomados como neologismos, quando na verdade são apenas palavras que não fazem parte do código do leitor (como por exemplo, no caso de nossa leitura, os vocábulos *desfechada*, *aficado* (*arcaísmo*), *recopiada*, *atentivo*, *requieto*). Para confirmar se eram ou não palavras dicionarizadas, assim que surgia a dúvida, recorríamos ao dicionário Houaiss, mas também a um estudo anteriormente feito, por Martins (2001), sobre o léxico de Guimarães.

#### 5.6.4. Os verbos do conto analisado

Há ocorrência de verbos em que o locutor faz uma avaliação positiva acerca do proceder de um actante agente do processo, mas outros actantes do enunciado (os ouvintes do caso, os conterrâneos do avicultor) fazem uma avaliação negativa: “Desprendado quanto ao resto, João Porém *votou-se* às aves – vocação e meio de ganho”. “De dele *rir-se*?” (Valorização relativa à atividade profissional: criador de perus). A escolha lexical *votou-se* em vez de *devotou-se*, que seria o verbo mais esperado, parece evidenciar *escolha*, *eleição*, que traz uma carga de subjetividade maior do enunciador (ainda mais se considerarmos que o conto foi publicado em 1965, sob regime ditatorial).

Há verbos que sugerem disposição desfavorável de X (os conterrâneos) diante de Y (João Porém): “Já o *invejavam* os do lugar”; *Vexavam-no* a vender o pequeno terreno”; “Mas *Lesavam-no*, medianeiros, no negócio dos perus, produzidos já aos bandos”; “*Abusavam* de seu horror a qualquer tipo de surpresas”; “*Incutiram-lhe* notícia oral” (=mentiram-lhe). Pela escolha desses verbos, o locutor posiciona-se desfavoravelmente às ações dos conterrâneos de João Porém, o locutor revela seu sentimento de aversão ao proceder inescrupuloso dos moradores do lugarejo.

Há um verbo que sugere disposição favorável de X (os conterrâneos) diante de Y (João Porém): “E vem que o *tiveram de louvar* (...) um, dos de caminhão, fechara com o Porém dos perus tráfico ajuste perfeito.” Tal verbo revela a mudança de sentimento/opinião dos conterrâneos em relação a João Porém, mas também o auxiliar “tiveram” revelam uma avaliação do locutor, ou seja, que o reconhecimento da grandeza do avicultor “tinha de” ser reconhecida.

Os verbos sugerem disposição favorável de X (locutor) diante de Y (João Porém), expressa o sentimento do locutor em relação ao proceder do actante agente: “Porém *perseverava*, considerando tempo e arte, tão clara e constantemente o sol não cai do céu”; “Porém sem se *impedir* com isso, (...) não *desandava*”; “*Manejava* a tristeza animal, provisória e perturbável.” A carga subjetiva desses verbos se revela mais, se compararmos as ações de João Porém, persistente e prudentes, às de seus conterrâneos, levianas e inescrupulosas.

Há verbos com alta carga subjetiva: os neologismos “congruir” e “indestruir” (“Qual o homem e tal a tarefa: congruíam-se, como um tom de vida, com riqueza de fundo e deveres muito recortados”; “Aceitara-a, indestruía-a.”). Com esses dois verbos, que não são dicionarizados, o locutor transmite seu próprio sentimento em relação às ações de João Porém, focalizando a harmonia fora de comum de sua relação com a criação de perus e a sua fidelidade inquebrantável à Lindalice.

### **5.6.5 O advérbio do conto analisado**

O advérbio “incolormente”, no texto analisado, pareceu-nos carregado de subjetividade (“como a água, incolormente obediente”). A subjetividade encontrada se refletiu, sobretudo, em nossa dificuldade de atribuir-lhe um sentido. Pareceu-nos que não apenas à maneira dócil com que João Porém agia, como seu caráter evasivo, diplomático, que nos parece dizer respeito ao jeitinho mineiro de ser.

Em síntese, neste capítulo, seguindo Van Dijk (1983), analisamos a ressemantização do antropônimo do avicultor. Os resultados obtidos demonstram que a ressemantização de “João Porém”, considerada a categoria Conflito, reafirma um saber social (nome de “joão ninguém”). Considerada a categoria Resolução, a ressemantização também confirma um saber social (nome de pessoa de prestígio). Esta contradição encontra-se marcada no primeiro episódio do conto com a divergência entre os pais do avicultor. Considerada, no entanto, a categoria Avaliação, há, no texto, uma definição inédita acerca do antropônimo = “mente mestra” do lugarejo, que provoca a necessidade, explicitada no conto pelo narrador, de revisão da figura de “João Porém”, pois rompe com o saber institucionalizado acerca do referente (um trabalhador rural, iletrado, platônico, mas capaz de construir uma fortuna a partir de quase nada (tutaméia) uma pequena propriedade e uma pequena criação. Desta forma, o caso narrado deixa de ser apenas uma estória descartável, de entretenimento apenas, que “como um fósforo: riscado, deflagrada, foi-se a serventia” e passa a ser uma estória “de abstração”, cuja arquitetura e serventia está demonstrada no prefácio “Aletria e hermenêutica” (ver capítulo II desta dissertação).

Além disso, neste episódio seguindo Orecchioni (1996), analisamos os lugares em que a subjetividade da enunciação rosiana porta maior carga. Os resultados obtidos confirmam que a linguagem de Guimarães Rosa fundamenta-se na variedade oral-rural. Os resultados demonstram o trabalho minimalista do escritor mineiro, consideradas tanto as classes gramaticais, quanto à pontuação não normativa. Também permitem-nos reconhecer a necessidade de intertextos de variadas áreas do saber, além do lingüístico, para a compreensão de suas designações inventadas. Intertextos cujo encontro, de certa forma, podem ser mais facilmente depreendidos com a leitura dos prefácios multiplicados em *Tutaméia* para dar-nos pistas e, ao mesmo tempo, despistar-nos (Ver capítulo II desta dissertação).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos esta dissertação, revemos os objetivos que a orientaram. Consideramos que nosso objetivo geral de colaborar para a melhoria do ensino de leitura de texto literário em Língua Portuguesa foi cumprido, na medida em que apresentamos um percurso de leitura que associa aspectos da enunciação aos da co-enunciação, indissociáveis, mas que, durante as atividades de leituras realizadas em sala de aula, não costumam ser tratados em conjunto.

Consideramos que nosso objetivo específico de fornecer elementos para compreensão mais cabal do conto “João Porém, o criador de perus” também foi cumprido, na medida em que atribuímos significado às construções poéticas do autor, considerando suas relações co-textuais e intertextuais.

Acompanhamos o processo de ressemantização do nome próprio *João Porém*, de gramema a lexema, e evidenciamos os locais em que a subjetividade da enunciação, no conto analisado, se inscreve em mais alto grau, tornando mais expressiva sua linguagem poética.

Com intertextos da historiografia, demonstramos o conflito grupal sócio-cognitivo, entre conservadores e inovadores, representado em língua no texto.

Finalmente, demonstramos que a pergunta para o qual o conto teria sido a resposta estava organizada na forma de epígrafe. Tratava-se de uma adivinha “de abstração”, cuja compreensão exigia intertextos filosóficos (de Aristóteles e, sobretudo, de Platão).

Após o desvendar da linguagem poética de Guimarães Rosa, entendemos que esta pesquisa merece ser continuada. Como novas perspectivas, indicamos procurar mais provas para a alusão aos “Anos Dourados” (relacioná-lo, possivelmente, ao conto “As Margens da Alegria”, de *Sagarana*, que trata da

construção de Brasília e da rivalidade de perus; considerar, por conta da palavra “egyptos”, o fato de JK ter sido apelidado de “O Faraó”). Indicamos, ainda, a análise dos três outros prefácios, considerando-os como os locais privilegiados de orientação de leitura das “estórias” de *Tutaméia*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5ª.ed. São Paulo:Livraria Martins Fontes Editora, 2007, p.4-6.
- AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel. *Teoria da literatura*.Coimbra:Livraria Almedina, 1979.
- ALBERTI, Verena. *O riso e o risível na história do pensamento*, São Paulo, Rio de Janeiro:Jorge Zahar Editor, 2002.
- ARAUJO, Heloisa Vilhena de, *As três graças: Nova contribuição ao estudo de Guimarães Rosa*, São Paulo:Mandarim, 2001.
- ARRIGUCCI, JR, Davi. *O Mundo Misturado: romance e experiência em Guimarães Rosa*. In: *Novos Estudos/CEBRAP* (40). São Paulo: novembro de 1994, p. 7-29 (apud “ Morais, Márcia Marques – A história dentro da estória - [www.ich.pucminas.br/posletras](http://www.ich.pucminas.br/posletras))
- AUERBACH, Erich. *Mimesis*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- BUCKLAND, Lukyn Williams. *Dicionário Bíblico Universal*. São Paulo:Editora Vida, 1999.
- CANO, Wilson. “*Economia do ouro em Minas Gerais (séc. XVIII)*” in *Contexto* no. 3. São Paulo, 1977.
- CAVALCANTI, Marilda do Couto. “*Interação leitor-texto. Aspectos de interpretação pragmática*” Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- COUTINHO, Eduardo F. (sel.). *Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. (Fortuna Crítica; 6). p. 174.
- DELAS, Daniel; FILLIOLET, Jacques. *Linguística Poética* São Paulo: Cultrix/Edusp, 1975.
- DUCROT, Oswald (1984) – *O dizer e o dito*. Campinas:Pontes, 1987.
- FABICHAK, Irineu, *Criação doméstica de patos, marrecos e perus*, São Paulo:Editora Nobel, 1999.

- FANTINI, Marli. *Guimarães Rosa: Fronteiras, Margens, Passagens*, São Paulo: Editora Senac/Ateliê Editorial, 2004.
- FIORIN, José Luiz. *As Astúcias da Enunciação. As Categorias de Pessoa, Espaço e Tempo*, São Paulo: Editora Ática, 2002
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *As formas do falso*. São Paulo: Perspectiva, 1972
- GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite et. Al. “Introdução à Gramaticalização” – *Princípios Teóricos e Aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007
- GREIMAS, Julien e COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- Haidu, P. *The episode as a semiotic module in twelfth-century romance*. *Poetics Today*, 4 (4), 1983.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2005.
- JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1989.
- JOLLES, André. *Formas simples*. São Paulo: Cultrix, 1930.
- KINTSCH, Walter e VAN DIJK, Teun A. *Comment on se rapelle et on resume des histoires*. In: *Langages* no. 40. Didier-Larousse. Paris, 1975.
- KINTSCH, Walter e VAN DIJK, Teun A. *Strategies of discourse comprehension*. New York: Academic Press, 1983.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à Lingüística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- MAINGUENEAU, Dominique– *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

- MAINGUENEAU, Dominique – *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996
- MARTINS, Nilce Sant’Anna Martins – *O léxico de Guimarães Rosa*, São Paulo: Edusp, 2001.
- MELLO E SOUSA, Laura de. *Desclassificados do ouro*. A Pobreza mineira do século XVIII. Rio de Janeiro: Editora Graal. 1990.
- NOVIS, Vera, *Tutaméia: Engenharia e Arte*. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- NUNES, Benedito. *O Dorso do Tigre*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. A linguagem e seu funcionamento: As formas do Discurso. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ORECCHIONI, Catherine Kerbrat. *La enunciación de La subjetividad em el lenguaje*, Buenos Aires: Edicial, 1996.
- PACHECO, Siomara Ferrite Pereira. *Um percurso de leitura para a linguagem poética*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.
- PHILIPPE, Marie-Dominique – *Introdução à Filosofia de Aristóteles*, São Paulo: Paulus, 2002
- RAMOS, Rita de Cássia – *A Poética Risível de Guimarães Rosa: Um Estudo de “Aletria e Hermenêutica”*. Monografia de Pós-Graduação Lato Sensu – IICS- Centro de Extensão Universitária, São Paulo, 2008.
- REALE, Giovanni – ANTISERI, Dário. *História da Filosofia*. “A filosofia pagã”, Volume I, São Paulo: Editora Paulus, 2007.
- REIS, C. e LOPES, A.C.M. *Dicionário de Teoria Narrativa*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- RIFFATERRE, Michael. *A produção do Texto*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- RONCARI, Luiz. *O Brasil de Rosa. O amor e o poder*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

ROSA, João Guimarães. *Tutaméia (Terceiras Estórias)*. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSA, Vilma Guimarães. *Relembraimentos: João Guimarães Rosa, meu pai*. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1999.

SÁNCHEZ, Ana Maria Amar. *El retalto de los hechos*. Argentina: Beatriz Viterbo, 1992

SELLAN, Aparecida Regina Borges. *Um procedimento de leitura de textos literários: uma contribuição ao ensino de Língua Portuguesa*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade de São Paulo, 1995

\_\_\_\_\_. *Cognição, discurso e sociedade: Aspectos da Identidade Cultural do Paulista e os descaminhos da Revolução de 1932*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade de São Paulo, 2001.

SPERBER, Dan. & Wilson. *La Relevância*. Madrid: Visor, 1994.

SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi. Identidade Cultural do brasileiro a partir de crônicas nacionais. In Norimar Júdice (org.) *Português/Língua estrangeira – leitura produção e avaliação de textos*. Niterói, Intertexto, 2000.

STEINER, George. *Gramáticas da criação*. São Paulo: Globo, 2003.

TOLEDO, Dionísio. *Por uma teoria do texto – entrevista com Júlia Kristeva*, *Linguagem* no. 1, Ed. Presença, Rio de Janeiro, 1983.

WARD, Terezinha Souto. *O discurso oral em Grande Sertão Veredas*. São Paulo: Brasília, 1984.

VAN DIJK, Teun A. *News Schemata*. In: *Studying Writing: Linguistic Approach*. Edites by Charles R. Cooper e Sidney Greendaum. Ervely Hills. Sage, 1986.

ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática, 1989

BÍBLIA SAGRADA, Edição Pastoral, São Paulo: Editora Paulus, 1990.

DICIONÁRIO DE PROVÉRBIOS – Lacerda e Abreu - São Paulo: Editora Unesp, 2003

DICIONÁRIO DE SÍMBOLOS – Chevalier e Gheerbrant, Editora José Olympio, Rio de Janeiro, 20

DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS

LAROUSSE *Grande Enciclopédia Cultural*, São Paulo: Nova Cultural, 1995,

REVISTA GRANDES LÍDERES DA HISTÓRIA no 19 – JK – *O presidente que se transformou em mito*. São Paulo: Arte Antiga Editora, s/d.

SUPLEMENTO Literário da *Imprensa Oficial de Minas Gerais*, Edição Especial – Guimarães Rosa 50º. Grande Sertão Veredas. Belo Horizonte, Maio, 2006.

INTERNET

**Cancian**, Renato. site [educacao.uol.com.br/historia](http://educacao.uol.com.br/historia).

GUIMARÃES, Maria Lúcia. *Do Cômico ao Excelso*.  
[www.ciencialit.letras.ufrj.br/garrafa8/na-marialucia](http://www.ciencialit.letras.ufrj.br/garrafa8/na-marialucia)

## **Anexo 1: Texto-base: “João Porém, o criador de perus”**

*Se procuro, estou achando.*

*Se acho, ainda estou procurando?*

*Do Quatrêvo*

*Agora o caso não cabendo em nossa cabeça. O pai teimava que ele não fosse João, nem não. A mãe, sim. Daí o engano e nome, no assento de batismo. Indistinguível disso, ele viçara, sensato, vesgo, não feio, algo gago, saudoso, semi-surdo; moço. Pai e mãe passaram, pondo-o sozinho. A aventura é obrigatória. Deixavam ao Porém o terreno e, ainda mais, um peru pastor e três ou duas suas peruas.*

*E tanto; aquilo tudo e egiptos. Desprendado quanto ao resto, João Porém votou-se às aves --- vocação e meio de ganho. De dele rir-se? A de criar perus, os peruzinhos mofinos, foi sempre matéria atribulativa, que malpaga, às poucas estimas.*

*Não para o João. Qual o homem e tal a tarefa: congruía-se como um tom de vida, com riqueza de fundo e deveres muito recortados. Avante, até, próspero. Tomara a gosto. O pão é que faz o cada dia.*

*Já o invejavam os do lugar --- o céu aberto ao público --- aldeiazinha indiscreta, mal saída da paisagem. Ali qualquer certeza seria imprudência. Vexavam-no a vender o pequeno terreno, próprio aos perus vingados gordos. Porém tardava-os, com a indecisão falsa do zarolho e o pigarro inconcusso da prudência. Tornaram; e Porém punha convicção no tossir, prático de economias quiméricas, tomadas as coisas em seu meio.*

*Desistiram então de insistir, ou de esperar que, mais-menos dia, surgida alguma peste, ele desse para trás. Mas lesavam-no, medianeiros, no negócio dos perus, produzidos já aos bandos; abusavam de seu horror a qualquer espécie de surpresas. Porém perseverava, considerando o tempo e a arte, tão clara e constantemente o sol não cai do céu. No fundo, coqueirais. Mas inventaram, a despautação, de espevitar o espírito.*

*Incutiram-lhe, notícia oral: que, de além-cercanias, em desfechada distância, uma ignorada moça gostava dele. A qual sacudida e vistosa --- olhos azuis, liso o cabelo --- Lindalice, no fino chamar-se. João Porém ouviu, de sus brusco, firmes vezes; miúdo meditou. Precisava daquilo, para sua saudade sem saber de quê, causa para ternura intacta. Amara-a por fé --- diziam, lá eles. Ou o que mais, porque amar não é verbo; é luz lembrada. Se assim com aquela como o tivessem cerrado noutra ar, espaço, ponto. Sonha-se é rabiscos. Segredou seu nome à memória, acima de mil perus, extremadamente.*

*Embora de lá não quisesse sair, em busca, deixando o que de lei, o remédio de vida. -- Não ia ver o amor? --- instavam-no, de graça e com cobiça. Arrendar-lhe-iam o sítio, arranjavam-lhe cavalo e viático... Se bem pensou, melhor adiou: aficado, com recopiada*

*paciência, de entre os perus, como um tutor de órfãos. Sustentava-se nisso, sem mecanismos no conformar-se, feito uma porção de não-relógios. A moça, o amor? A esperança, talvez, sempre cabedora. A vida é nunca e onde.*

*E vem que o tiveram de louvar --- sob pressão de desenvolvimento histórico: um, dos de caminhão, da cidade, fechara com o Porém dos perus tráfico ajuste perfeito; e a bela vez é quando a fortuna ajuda os fracos.*

*Nem se dava disso, inepto exato, cuidando e ganhando, só em acrescentamentos, homem efetivo, já admirado, tido na conta de ouro. Pasmavam, os outros. Pudera crer na inventada moça, tendo-a a peito? Ágil, atento, sempre queria antigas novidades dela.*

*De dó ou de cansaço, ou por medo de absurdos, acharam já de retroceder, desdizendo-a. Porém prestou-lhe a metade surda de seus ouvidos. Sabia ter conta e juízo, no furtivar-se; e, o que não quer ver, é o melhor lince. Aceitara-a, indestruiu-a. Requieto, contudo, na quietude, na inquietude. O contrário da idéia fixa não é a idéia solta.*

*--- “Aconteceu que a moça morreu...” --- arrependidos tiveram então de propor-lhe, ajuntados para o dissuadir, quase com provas. Porém gaguejou bem --- o pensamento para ele mesmo de difícil tradução: --- Esta não é a minha vez de viver... ----- quem sabe. Maior entortou o olhar, sinceramente evasivo, enquanto coléricos perus sacudiam grugulejos. Tanto acreditara? Segurava-se à falecida --- pré-antepredida. E fechou-se-lhe a estrada em círculo.*

*Porém, sem se impedir com isso, fiel à forte estreiteza, não desandava. Infelicidade é questão de prefixo. Manejava a tristeza animal, provisória e perturbável. Se falava, era com seus perus, e que viver é um rasgar-se e remendar-se. Era só um homem debaixo de um coqueiro.*

*Vem que viam que ele não a esquecia, viúvo como o vento. Andava o rumo da vida e suas aumentadas substituições. Ela não estava para trás de suas costas. Porém, Lindalice, ele a persentia. Tratava centena de peruzinhos em gaiolas e, outros tantos soltos, já com os pescoços vermelhos.*

*Bem que bem --- e porque houvesse justo o coincidir fortuito--- moveram de o fazer avistar-se com uma mocinha, de lá, também olhos azuis, lisos cabelos, bonita e esperta, igual à outra, a urdida e consumida. Talvez desse certo. Pois, por sombras! Porém aqui suspendeu suma a cabeça, só zorolhaz, guapamente --- vez tudo, vez nada --- a mais não ver.*

*Deixaram-no, portanto, dado às aranhas dos dias, anos, mundo passável, tempo sem assunto. E Porém morreu; nem estudou a quem largar o terreno e a criação. Assustou-os.*

*Tinham de o rever inteiro, do curso ordinário da vida, em todas as partes de sua figura - -- do dobrado ao singelo. João Porém, ramerrameiro, dia-a-diário --- seu nariz sem ponta, o*

*necessário siso, a força dos olhos caolhos --- imóvel apaixonado: como a água, incolormente obediente.*

*Ele fora ali a mente mestra. Mas, com ele não aprendiam, nada. Ainda repetiam só: ---  
“Porém! Porém...” Os perus, também.*